




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO:	05/11/2008 10:59:12	
ASSUNTO:	 Ministério do Meio Ambiente	CÓDIGO:
OUTROS DADOS:	Processo Nº 02000.002272/2002-40 Unid.Atuadora: CGGA/SEPRO Interessado: IBAMA/DIRETORIA DE ECOSISTEMAS Resumo: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MMA E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO, VISANDO A MÚTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA. VOLUME I.	

M O V I M E N T A Ç Õ E S

S _{Eq}	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S _{Eq}	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	Conjur		09/07/02	19			/ /
02	Dr. Gisela		12/07/02	20			/ /
03	Dr. Luciano		25/09/02	21			/ /
04	SCA		/ /	22			/ /
05	ARPA		14/10/02	23			/ /
06	SCA		18/10/02	24			/ /
07	Conjur	16:00	18/10/02	25			/ /
08	Dr. T. Arauz		21/10/02	26			/ /
09	SCA		25/10/02	27			/ /
10	ARPA		04/11/02	28			/ /
11	Secex		13/02/04	29			/ /
12	ARPA		12/03/04	30			/ /
13	Conjur	C	08/08/06	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /

CONJUR/MMA

Número: 79/2002

Ministério do Meio Ambiente

Processo Nº 02000.002272/2002-40

d. Autuadora: SEPRO

Assunto: IBAMA/DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Objeto: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MMA E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO, VISANDO A MÚTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA.

08/07/2002 12:02:35

GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO-GPD

Espécie: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Procedência: CONJUR/MMA

Registro: - 0 -

Data: 9/07/2002

Interessado: IBAMA / DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MMA E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE-FUNBIO, VISANDO A MÚTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA-ARPA.

PROVIDENCIAR

☐

REGISTRO E CADASTRAMENTO

☐

DESAPENSAÇÃO DO PROCESSO
Nº

☒

AUTUAÇÃO

☐

ARQUIVAMENTO

☐

ANEXAÇÃO AO PROCESSO
Nº

☐

DESARQUIVAMENTO

☐

DESAPENSAÇÃO AO PROCESSO
Nº

☐

OUTROS:


WAGNER NATAL DA SILVA
SAA/CONJUR/MMA

Observações: APÓS, ENCAMINHE-SE À ESTA CONJUR/MMA, PARA DEMAIS PROVIDÊNCIAS.

RECEBI EM: / /

HORA:

RUBRICA:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ARPA Nº

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, VISANDO A MÚTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE -MMA, órgão da Administração Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 e Medida Provisória nº 1.795, de 01 de janeiro de 1999 e suas reedições subsequentes, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375/0001-07, doravante denominado MMA, neste ato representado por seu Ministro de Estado do Meio Ambiente, **JOSÉ CARLOS CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente na praça Marino Mendes Campos, 12 – Apt. 503, Bairro Anchieta, Belo Horizonte e domiciliado nesta Capital, Carteira de Identidade nº MG-10.735.933 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.735.597-34, conforme atribuição que lhe confere o Decreto Presidencial de 04 de março de 2002, publicado no DOU de 5 de março de 2002, pag. 2, Seção 2 e FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO S/C, doravante denominado FUNBIO, com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, Cep.: 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**, residente e domiciliado à rua Prefeito João Felipe, 450, Santa Tereza, Cep.: 20.251-140, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.600.877-72XXXXX, —sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, no que couber, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Instruções Normativas nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, nº 03, de 27 de maio de 1991, e nº 10, de 02 de outubro de 1991, ambas do Departamento do Tesouro Nacional, conforme processo nº, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Considerações Preliminares

Considerando que o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) consiste no compromisso



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

assumido pela República Federativa do Brasil em 1998, visando a ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no Brasil, em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), como agência implementadora de recursos provenientes do GEF (Global Environmental Facility) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o objetivo de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

Considerando que o Projeto ARPA é um projeto decenal da República Federativa do Brasil, que visa exclusivamente a criação e consolidação de Unidades de Conservação(Ucs), tendo como meta proteger 10% da Amazônia brasileira. Para tanto, pretende viabilizar, em sua primeira fase de quatro anos: a) a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação(UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Usos Sustentável(US), sendo esta última categoria subdividida em Reservas Extrativistas (Rsex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); b) a consolidação de UCs de Proteção Integral que totalizam 7 milhões de hectares; e c) estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável.

Considerando que o Projeto ARPA conta com recursos de doação do Global Environmental Facility - GEF (cuja agência implementadora é o Banco Mundial ou Bird), do Fundo Mundial para a Natureza do Brasil (WWF-Brasil), do Instituto de Crédito para a Reconstrução (Kfw) por meio do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, da Brasil Connects, além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil.

Considerando a existência do sofisticado arcabouço legal para o meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei de nº 6.938/81 que criou a **Política Nacional do Meio Ambiente**, surgindo como divisor de águas entre uma época de forte industrialização afastada de compromissos ambientais, para tempos de crescimento econômico com forte envolvimento e compromisso com políticas públicas do meio ambiente; a Lei que instituiu o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/2000)**, que trata desde o processo de criação, implantação e consolidação das Unidades de Conservação(Ucs), através de diferentes categorias de manejo, permitindo a preservação da biodiversidade, por meio da construção de mosaicos de Unidades de Conservação (Ucs), demonstrando a tradição brasileira de vanguarda em política pública ambiental e social; a **Lei de Crimes Ambientais de nº 9.785/99**, que passou a penalizar aqueles que agem pelo progresso econômico dissociado da proteção e preservação do meio ambiente de nosso país.

Considerando que o Projeto ARPA é um dos principais projetos governamentais de implementação do SNUC, tendo como princípio fundamental a criação, consolidação e manutenção de UCs com pleno envolvimento e participação efetiva da sociedade brasileira, nas suas mais diversas facções: populações tradicionais, quilombos, povos indígenas, seus representantes e organizações interessadas, dentre outros atores que demonstrem legitimidade para interferir no processo de consulta para o processo de criação e consolidação de UCs.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

Considerando que para tanto o Presidente da República Federativa do Brasil, em ... publicou no Diário Oficial da União (DOU), Decreto Presidencial de nº..., regulamentando o Projeto ARPA.

Considerando que em ... de maio de 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), elaborou Documento Oficial do Governo Brasileiro para o Projeto ARPA.

Considerando que para o alcance dos objetivos do Projeto ARPA a que se referem as declarações anteriores, a Lei do SNUC, em seu artigo ..., determina que o IBAMA, deverá ser a autarquia federal investida e encarregada de sua implementação.

Considerando que o Funbio, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, tendo como missão catalisar ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da diversidade biológica do país, tem como objetivos apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprimindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não; promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a Sociedade Civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades; contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais; fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares; gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação; implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa.

4 Considerando que o Funbio é originalmente um programa do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), com recursos administrados por este último, provenientes do GEF (Global Environmental Facility), em iniciativa conjunta com o Governo Brasileiro, tendo regras preestabelecidas que regulamentam toda atividade de apoio a projetos que conservem a biodiversidade no Brasil e promovam o uso sustentável dos recursos naturais.

Considerando que o Conselho Deliberativo do Funbio, tendo em vista os objetivos que motivam sua existência, aprovou a participação da instituição no Projeto ARPA, para tanto criando uma Comissão Técnica, que vem negociando as condições de participação no referido Projeto.

4 Considerando que os doadores do Projeto ARPA escolheram o Funbio como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação: Grant Agreement com Banco Mundial(GEF) de nº..., vinculado ao Projeto Document), para a finalidade específica de o Funbio atuar como agente implementador das atividades de: a) compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; b) desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); c) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o Funbio, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o INCRA, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o FUNAI, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e os Estados e Municípios da federação brasileira, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, a luz da Lei do SNUC, decidiram por bem estabelecer entre o IBAMA e o Funbio, um **Acordo de Cooperação Técnica** a fim de estabelecer responsabilidades, obrigações, direitos e deveres acerca da execução das atividades designadas ao Funbio de: a) compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; b) desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); e c) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA, mencionadas anteriormente.

Considerando que a característica declaratória dos dados constantes tanto no Documento Oficial do Governo Brasileiro, como no Project Document (vinculado ao Granta Agreement nº...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio, todos mencionados anteriormente, e dos instrumentos que dele resultaram, especialmente o demais acordos de doação, e os Planos Operativos Anuais (POAs), que fazem parte do presente para todos os efeitos.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

Resolvem celebrar o presente termo, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições que seguem.

Terminologia

Para fins deste contrato:

Convenção sobre Diversidade Biológica é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 05 de junho de 1992 e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993, cuja autorização congressional para ratificação ocorreu pelo Decreto legislativo nº 2/94, ratificada pelo Brasil em 28 de maio de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/02/98;

Decreto Presidencial de nº... é o documento que regulamenta o compromisso da República Federativa brasileira com o Projeto ARPA.

Documento Oficial do Governo Brasileiro é o documento contendo, de forma genérica, as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, as metodologias para todo o Projeto. É o documento oficial do Governo Brasileiro. Abrange o período total de duração do Projeto. É o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

Project Document é o documento contendo todas as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, os indicadores de desenvolvimento, o cronograma físico e a programação financeira para todo o Projeto, criação de um fundo fiduciário para sustentabilidade das UCs, desenvolvimento de estudos e a participação de outras fontes de financiamento. Abrange o período total de duração do Projeto. Junto com o Documento Oficial do Governo Brasileiro é o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

O Projeto é o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), contemplados tanto no documento oficial do governo brasileiro, como no Project Document (vinculado ao Grant Agreement nº...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio.

Documentos Oficiais do Projeto ARPA é o conjunto de documentos que regem todo o Projeto ARPA, sendo dentre outros: Decreto Presidencial de nº...; Documento Oficial do Governo Brasileiro; Project Document (documento do Banco Mundial). O Projeto.

Grant Agreement nº... é o contrato fiduciário onde o Banco Mundial (GEF) doa recursos, na ordem de US\$ 30.000.000,00, para o Funbio, com a finalidade específica deste executar: a)



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Manual do Operativo do Projeto ARPA para o Funbio é o manual que tem por objetivo orientar as atividades do Projeto a serem desenvolvidas pelo Funbio: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Coordenação Geral do Projeto (CG) é a instância decisória máxima do projeto ARPA. Composta pelo MMA, através da Secretaria Executiva (SECEX), Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e da Secretaria de Biodiversidade de Floresta (SBF) e pelo IBAMA. A SECEX é responsável pela coordenação geral do Projeto ARPA nas instituições de coordenação governamentais, tendo o papel de fazer articulações com a política ambiental do Brasil e demais ações correlatas.

Comitê do Projeto (CP) é a instância deliberativa colegiada subordinada à Coordenação Geral do Projeto, encarregada de propor, dentro do escopo dos objetivos do Projeto ARPA, aprovar estratégias de ação, definir procedimentos e diretrizes, estabelecer critérios para assinatura de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto, analisar e aprovar os Planos Operativos Anuais (POAs) das UCs, além de analisar e opinar sobre os relatórios físico-financeiros, com base nos objetivos do Projeto ARPA. Este Comitê será presidido pela SECEX.

Painel Científico de Aconselhamento do Projeto (PCA) é formado por um quadro de cientistas de universidades, instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas UCs. O PCA será escolhido e nomeado pelo Comitê do Projeto.

Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) é de natureza executiva, instituída dentro da SCA. Tem a responsabilidade de estabelecer uma relação direta entre o Comitê do Projeto (CP) e os diferentes executores do Projeto, além de promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto. Dentre suas atribuições, o UCP tem a tarefa de orientar técnica e financeira e administrativamente os executores do Projeto, a luz das regras do Banco



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

Mundial, além de sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, encaminhando-os para análise e aprovação pelo Comitê do Projeto; receber POAs; receber os relatórios físico-financeiros de todas as unidades executoras do Projeto, consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP; desempenhar a função de secretaria executiva da Coordenação Geral (CG) e do Comitê do Projeto (CP); ainda encarregado de conduzir as reuniões para mediação e resolução de conflitos, solicitadas pelo Comitê do Projeto (CP), da Coordenação Geral (CG) e demais representantes da sociedade civil.

Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, encarregada da coordenação executiva do projeto ARPA, com a finalidade de *i)* negociar e propor potenciais soluções para questões sociais, relativas a criação e implementação de UCs; *ii)* atuar como fórum de discussão para solução de questões e/ou conflitos relacionadas a populações tradicionais dentro de UCs de Proteção estrita. Este grupo deverá ser formado por representantes do CP, sendo MMA, FUNAI, IBAMA, (CNPT e DIREC) e INCRA. O detalhamento das atividades e procedimentos deste Comitê estarão detalhados no Manual Operativo do Projeto.

Plano Operativo Anual (POA) é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas físico e financeiro para execução do Projeto ARPA. Tal documento tem também por característica a possibilidade de remodelação durante a execução do projeto, de forma que seus objetivos sejam alcançados e, considerando as circunstâncias que atuam diretamente na execução do Projeto, que seus obstáculos sejam adequadamente superados.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Projeto ARPA é resultado de um compromisso assumido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, de uma aliança entre o Banco Mundial e o WWF e da internalização desses compromissos com a criação de um Projeto do Governo brasileiro. O Projeto conta com recursos de doação do GEF, do WWF, da Brasil Connects e com recursos orçamentários.

O Projeto ARPA pretende colaborar, em sua primeira fase de quatro anos, para a criação de 18 milhões de hectares de novas Unidades de Conservação na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Uso Sustentável (US). Além disto, apoiará a criação de um Fundo fiduciário para o custeio de UCs de PI e para o pagamento de serviços de vigilância em UCs de US, com vistas a garantir a sustentabilidade financeira das referidas UCs.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de parceria entre



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)
o MMA e do Funbio participes para a execução do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia
(ARPA), respaldadas no Decreto xxxxx-XXXX, observando o conjunto de documentos oficiais do
Projeto ARPA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Compete ao MMA no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

- a) Coordenar a execução do Projeto ARPA, associado ao Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PP-G7) de modo a garantir a expansão e a consolidação de áreas protegidas no bioma Amazônia, assegurando a conservação da biodiversidade na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.
- b) Criar, num horizonte de dez anos, área com dimensão de 37,5 milhões de hectares de florestas sob proteção na Amazônia por meio da criação, implementação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável);
- c) Garantir a manutenção das unidades de conservação de proteção integral e dos serviços de vigilância das unidades de conservação de uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável);
- d) Garantir que os aportes financeiros necessários para a implementação do Projeto no âmbito governamental serão disponibilizados através dos orçamentos anuais da União;
- e) Criar as instâncias deliberativas do Projeto: a Coordenação Geral (CG) e o Comitê do Projeto (CP), que tomam as decisões no âmbito governamental e geral, respectivamente.
- f) Garantir que as atividades de coordenação operacional do Projeto serão exercidas por uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), secretariada por uma Coordenação Executiva (CE), subordinada ao Comitê de Projeto (CP); e,
- g) Apoiar a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) com a assessoria de um Comitê de Resolução de Conflitos.

II – Compete ao FUNBIO no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

Atender as ~~determinações~~ deliberações do Comitê de Projeto (CP) com vistas a:

- a) Desenvolver Realizar estudos sobre instrumentos financeiros e legais visando a sobre sustentabilidade e ~~sustentabilidade~~ ção financeira de Unidades de Conservação;
- b) Desenvolver projetos pilotos visando a ~~de~~ sustentabilidade financeira das Unidades de ~~Conservação~~;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

- c) Implementar as atividades contempladas nos documentos oficiais do Projeto ARPA, no que se refere a compras de bens e contratação de serviços (diligenciamento), conforme preestabelecido nos POAs do mencionado Projeto.
- ~~c) Realizar aquisições de bens e contratação de serviços necessários à execução do Projeto;~~
- d) Criar e gerir Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP), com duas contas separadas, com vistas a garantir a manutenção das Unidades de Conservação de Proteção Integral e ao pagamento de serviços de vigilância e outros em Unidades de Conservação de Uso Sustentável atendidas contempladas pelo Projeto ARPA pelo Projeto.
- e) Implementar as decisões do Comitê do Projeto (CP), salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, regimento interno, ou seu modus operandi.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito meses) 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser renovado por igual período, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente Termo não prevê a transferência de recursos entre as partes, sendo que cada instituição deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, para o cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Único - Quando as ações referidas no Parágrafo Primeiro envolverem transferência de recursos financeiros entre as partes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Os Partícipes podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Termo, sendo-lhes imputada as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de conformidade com a legislação em vigor.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

CLÁUSULA SEXTAQUINTA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os partícipes, mediante justificativa consubstanciada no Termo Aditivo, obedecidas às disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, fica designado o Comitê de Projeto, para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Cooperação Técnica.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao Agente Gerencial Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua Auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabível.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei número 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONTROVERSAS

Na eventualidade de ocorrerem conflitos ou controversas, seja por motivo de interpretação e/ou cumprimento do presente instrumento, as partes se submeterão aos institutos de mediação, arbitragem, ou outra diligência que o Comitê do Projeto assim julgar como melhor forma de entendimento para dirimir possíveis contendas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DOCUMENTOS ANEXOS VINCULADOS A ESTE INSTRUMENTO

- a) Decreto Presidencial de nº... que reconhece o Projeto ARPA como compromisso da República Federativa brasileira.
- b) Documento de Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do MMA/SCA, sendo o documento oficial do Governo Federal do Brasil.
- c) Project Document – do Banco Mundial, sendo o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores.
- d) Portaria (MMA) de criação do Comitê do Projeto, sendo documento oficial do Governo Federal do Brasil que reconhece esta unidade como instância máxima do Projeto ARPA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões do Funbio (19/06/02)

- e) Acordo de doação (Grant Agreement nº....) do Banco Mundial (GEF) para o Funbio.
- f) Acordo de doação (nº....) do WWF-Brasil para o Funbio.
- g) Acordo de doação (nº....) do BrasilConnect para o Funbio.
- h) Convênio do MMA com o Funbio para repasse dos recursos do Kfw, através do PPG7 para o Funbio.
- i) Convênio de Assistência Técnica entre o GTZ e o Funbio.
- j) Manual de Operações do Projeto ARPA.
- k) Manual de Operações do Projeto ARPA para o Funbio.
- l) Manual do Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, ressalvados os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2002.

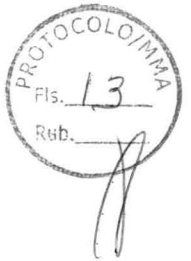
JOSÉ CARLOS CARVALHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

~~XXXX~~ **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**
Diretor Executivo
FUNBIO

TESTEMUNHAS:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



minuta

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Nº /02 QUE CELEBRAM O
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA E O
FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE - FUNBIO - S/C
SEM FINS LUCRATIVOS PARA -FINS
DE IMPLEMENTAÇÃO DA
CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE
BIOLÓGICA (CDB), SEJA NO APOIO
DIRETO A PROJETOS, ESTUDOS E
COMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS BRASILEIRAS,
ESPECIFICAMENTE NA EXECUÇÃO
DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA
AMAZÔNIA (ARPA).**

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, Autarquia Federal, de Regime Especial, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alterada pelas Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989, 7.957, de 20 de dezembro de 1989 e 8.028 de 12 de abril de 1990, vinculada ao **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, CGC nº 03.659.166/0001-02, com sede à Av. L-4 Norte, SAIN, Brasília-DF e jurisdição em todo o Território Nacional, doravante denominado **IBAMA**, neste ato representado pelo seu Presidente Interino, **RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO**, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, residente e domiciliado em Brasília – DF, no SHIN – QL 5, Conjunto 7, Casa 17 – Lago Norte, CEP: 71.505-775, portador da Carteira de Identidade nº 262.941-9 - SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.585.082-04, nomeado pelo Decreto s/nº de 2 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001 publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2001 e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO S/C**, doravante denominado **FUNBIO**, com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, Cep.: 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**, residente e domiciliado à rua....., laranjeiras, Cep.: ..., Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, portador da carteira de identidade nº ..., expedida pela SS..., e inscrito no CPF/MF sob o nº ..-, **RESOLVEM** celebrar o presente instrumento, mediante as Cláusulas e condições seguintes:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



Considerações Preliminares

Considerando que o **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)** consiste no compromisso assumido pela República Federativa do Brasil em 1998, visando a ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no Brasil, em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), como agência implementadora de recursos provenientes do GEF (Global Environmental Facility) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o objetivo de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

Considerando que o Projeto ARPA é um projeto decenal da República Federativa do Brasil, que visa exclusivamente a criação e consolidação de Unidades de Conservação(Ucs), tendo como meta proteger 10% da Amazônia brasileira. Para tanto, pretende viabilizar, em sua primeira fase de quatro anos: **a)** a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação(UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Usos Sustentável(US), sendo esta ultima categoria subdividida em Reservas Extrativistas (Rsex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); **b)** a consolidação de UCs de Proteção Integral que totalizam 7 milhões de hectares; e **c)** estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável.

Considerando que o Projeto ARPA conta com recursos de doação do Global Environmental Facility - GEF (cuja agência implementadora é o Banco Mundial ou Bird), do Fundo Mundial para a Natureza do Brasil (WWF-Brasil), do Instituto de Crédito para a Reconstrução (Kfw) por meio do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, da Brasil Connects, além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil.

Considerando a existência do sofisticado arcabouço legal para o meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei... que criou a **Política Nacional do Meio Ambiente**, surgindo como divisor de águas entre uma época de forte industrialização afastada de compromissos ambientais, para tempos de crescimento econômico com forte envolvimento e compromisso com políticas públicas do meio ambiente; a Lei que instituiu o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/2000)**, que trata desde o processo de criação, implantação e consolidação das Unidades de Conservação(Ucs), através de diferentes categorias de manejo, permitindo a preservação da biodiversidade, por meio da construção de mosaicos de Unidades de Conservação (Ucs), demonstrando a tradição brasileira de vanguarda em política pública ambiental e social; a **Lei de Crimes Ambientais de nº 9.785/99**, que passou a penalizar aqueles que agem pelo progresso econômico dissociado da proteção e preservação do meio ambiente de nosso país.

Considerando que o Projeto ARPA é um dos principais projetos governamentais de implementação do SNUC, tendo como princípio fundamental a criação, consolidação e manutenção de UCs com pleno envolvimento e participação efetiva da sociedade brasileira, nas suas mais diversas facções: populações tradicionais, quilombos, povos indígenas, seus representantes e organizações



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



interessadas, dentre outros atores que demonstrem legitimidade para interferir no processo de consulta para o processo de criação e consolidação de UCs..

Considerando que para tanto o Presidente da República Federativa do Brasil, em ... publicou no Diário Oficial da União (DOU), **Decreto Presidencial de nº.....**, regulamentando o Projeto ARPA.

Considerando que em ... de maio de 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia(SCA), elaborou **Documento Oficial do Governo Brasileiro** para o Projeto ARPA.

Considerando que para o alcance dos objetivos do Projeto ARPA a que se referem as declarações anteriores, a Lei do SNUC, em seu artigo determina que o IBAMA, deverá ser a autarquia federal investida e encarregada de sua implementação.

Considerando que o **Funbio**, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, tendo como missão catalisar ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da diversidade biológica do país, com essa finalidade tem como objetivos apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não; promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a Sociedade Civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades; contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais; fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares; gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação; implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa.

Considerando que o **Funbio** é originalmente um programa do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), com recursos administrados por este último, provenientes do GEF (Global Environmental Facility), em iniciativa conjunta com o Governo Brasileiro, tendo regras preestabelecidas que regulamentam toda atividade de apoio a projetos que conservem a biodiversidade no Brasil e promovam o uso sustentável dos recursos naturais;

Considerando que o Conselho Deliberativo do **Funbio**, tendo em vista os objetivos que motivam sua existência, aprovou a participação da instituição no Projeto ARPA, para tanto criando uma Comissão Técnica, que vem negociando as condições de participação no referido Projeto.

Considerando que os doadores do Projeto ARPA escolheram o **Funbio** como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação: Grant Agreement com Banco Mundial(GEF) de nº....., vinculado ao Projeto Document), para a finalidade específica de o **Funbio** atuar como agente implementador das atividades de: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **Funbio**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **INCRA**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **FUNAI**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e os **Estados** da federação brasileira, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, a luz da Lei do SNUC, decidiram por bem estabelecer entre o IBAMA e o **Funbio**, um **Acordo de Cooperação Técnica** a fim de estabelecer responsabilidades, obrigações, direitos e deveres acerca da execução das atividades designadas ao **Funbio** de “: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs)”, mencionadas anteriormente.

Considerando que a característica declaratória dos dados constantes tanto no **documento oficial do governo brasileiro**, como no Project Document (vinculado ao Granta Agreement nº..) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio, todos mencionados anteriormente, e dos instrumentos que dele resultaram, especialmente o demais acordos de doação, e os Planos Operativos Anuais (POAs), que fazem parte do presente para todos os efeitos.

Resolvem celebrar o presente termo, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições que seguem.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



Terminologia

Para fins deste contrato:

Convenção sobre Diversidade Biológica é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 05 de junho de 1992 e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993, cuja autorização congressional para ratificação ocorreu pelo Decreto legislativo nº 2/94, ratificada pelo Brasil em 28 de maio de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/02/98;

Decreto Presidencial de nº... é o documento que regulamenta o compromisso da República Federativa brasileira com o Projeto ARPA.

Documento Oficial do Governo Brasileiro é o documento contendo, de forma genérica, as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, as metodologias para todo o Projeto. É o documento oficial do Governo Brasileiro. Abrange o período total de duração do Projeto. É o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

Grant Agreement nº ... é o contrato fiduciário onde o Banco Mundial (GEF) doa recursos, na ordem de US\$ 30,000,000.00, para o **Funbio**, com a finalidade específica deste executar: *a)* compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; *b)* desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); *c)* constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

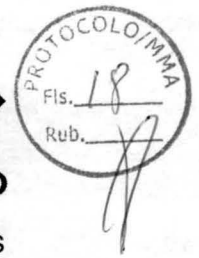
Project Document é o documento contendo todas as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, os indicadores de desenvolvimento, o cronograma físico e a programação financeira para todo o Projeto, criação de um fundo fiduciário para sustentabilidade das UCs, desenvolvimento de estudos e a participação de outras fontes de financiamento. Abrange o período total de duração do Projeto. Junto com o **Documento Oficial do Governo Brasileiro** é o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

O Projeto é o **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)**, contemplados tanto no documento oficial do governo brasileiro, como no **Project Document** (vinculado ao Grant Agreement nº..) firmado entre o Banco Mundial e o **Funbio**.

Manual do Operativo do Projeto ARPA para o Funbio é o manual que tem por objetivo orientar as atividades do Projeto a serem desenvolvidas pelo Funbio: *a)* compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; *b)* desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



das UCs); *c*) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Coordenação Geral do Projeto (CG) é a instância decisória máxima do projeto ARPA. Composta pelo MMA, através da Secretaria Executiva (SECEX), Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e da Secretaria de Biodiversidade de Floresta (SBF) e pelo IBAMA. A SECEX é responsável pela coordenação geral do Projeto ARPA nas instituições de coordenação governamentais, tendo o papel de fazer articulações com a política ambiental do Brasil e demais ações correlatas.

Comitê do Projeto (CP) é a instância deliberativa colegiada subordinada à Coordenação Geral do Projeto, encarregada de propor, dentro do escopo dos objetivos do Projeto ARPA, aprovar estratégias de ação, definir procedimentos e diretrizes, estabelecer critérios para assinatura de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto, analisar e aprovar os Planos Operativos Anuais (POAs) das UCs, além de analisar e opinar sobre os relatórios físico-financeiros, com base nos objetivos do Projeto ARPA. Este Comitê será presidido pela SECEX.

Painel Científico de Aconselhamento do Projeto (PCA) é formado por um quadro de cientistas de universidades. Instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas UCs. O PCA será escolhido e nomeado pelo Comitê do Projeto.

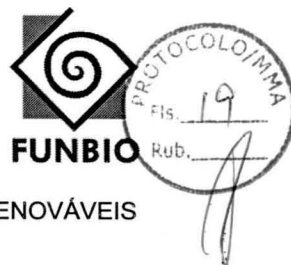
Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) é de natureza executiva, instituída dentro da SCA. Tem a responsabilidade de estabelecer uma relação direta entre o Comitê do Projeto (CP) e os diferentes executores do Projeto, além de promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto. Dentre suas atribuições, o UCP tem a tarefa de orientar técnica e financeira e administrativamente os executores do Projeto, a luz das regras do Banco Mundial, além de sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, encaminhando-os para análise e aprovação pelo Comitê do Projeto; receber POAs; receber os relatórios físico-financeiros de todas as unidades executoras do Projeto, consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP; desempenhar a função de secretaria executiva da Coordenação Geral (CG) e do Comitê do Projeto (CP); ainda encarregado de conduzir as reuniões para mediação e resolução de conflitos, solicitadas pelo Comitê do Projeto (CP), da Coordenação Geral (CG) e demais representantes da sociedade civil.

Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, que deve compor a coordenação executiva do projeto ARPA, com a finalidade de *i*) negociar e propor potenciais soluções para questões sociais, relativas à criação e implementação de UCs; *ii*) atuar como fórum de discussão para solução de questões e/ou conflitos relacionadas a populações tradicionais dentro de UCs de Proteção estrita. Este grupo deverá ser formado por representantes do CP, sendo MMA, FUNAI, IBAMA, (CNPT e DIREC) e INCRA. O detalhamento das atividades e procedimentos deste Comitê estarão detalhados no Manual Operativo do Projeto.

Plano Operativo Anual (POA) é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas físico e financeiro para execução do Projeto ARPA. Tal documento tem também por característica a possibilidade de remodelação durante a execução do projeto, de forma que seus objetivos sejam



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



alcançados e, considerando as circunstâncias que atuam diretamente da execução do Projeto, que seus obstáculos sejam adequadamente superados.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto estabelecer as responsabilidades, obrigações, direitos e deveres da relação de cooperacão técnica entre o IBAMA e do Funbio, na implementação das atividades contempladas no Componente 3 do Projeto ARPA, com vistas à criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Federais, de acordo com o SNUC, sendo estas especificamente:

1.1. Compras de bens e contratação de serviços (diligenciamento), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, selecionadas pelo Projeto, sob responsabilidade do IBAMA, após aprovação pelo Comitê do Projeto, retificado pelo Conselho Deliberativo (CD) do Funbio, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA.

1.2. Desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Conselho Deliberativo (CD) do **Funbio**, com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs);

CLÁUSULA SEGUNDA - DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES

A coordenação e programação das ações do Projeto ARPA serão realizadas pelo Comitê do Projeto (CP).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem Obrigações do IBAMA:

- a) coordenar os estudos prévios realizados para a criação de Unidades de Conservação Federais (UCs) de interesse da Federação brasileira. *no âmbito estabelecido no Proj. arpa*
- b) coordenar as atividades relacionadas a administração das UCs legalmente declaradas pela federação brasileira, envolvendo as autoridades municipais, estaduais, universidades, centros de pesquisa, sociedade civil, e demais atores interessados, conforme estabelecido na Lei do SNUC.
- c) estabelecer relação com governos estaduais e municipais, através de contratos ou convênios, para criação, consolidação e manutenção de UCs estaduais e municipais, aprovadas pelo Projeto ARPA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



- d) solicitar que os chefes de UCs federais elaborem POAs, referente a criação, implementação e manutenção de Unidades de Conservação Federais, selecionadas pelo Projeto par ARPA, de acordo com suas necessidades.
- e) revisar, analisar e aprovar os POAs feitos pelos chefes de UCs.
- f) encaminhar os POAs aprovados a **Unidade de Coordenação do Projeto (UCP)** do Projeto ARPA para que esta consolidá-los, encaminhando-os para aprovação por parte do **Comitê do Projeto (CP)**.
- g) auxiliar o **Funbio** a implementar e executar o diligenciamento demandados POAs referentes a criação, implementação e manutenção de Unidades de Conservação Federais, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP) ARPA.
- h) realizar, em conjunto com a equipe do **Funbio**, vistorias em campo para a definição das categorias de manejo das unidades de conservação mais adequadas para as áreas avaliadas.
- i) facilitar ao máximo a atuação supervisora do **Funbio**, facultando-lhe sempre que solicitado, o mais amplo acesso a informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento.
- j) exercer autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução de cada POA nas UCs.
- k) compartilhar com o **Funbio** as informações necessárias para o desenvolvimento dos estudos sobre os instrumentos jurídicos e financeiros, além de projetos pilotos que viabilizem a sustentabilidade financeira das UCs participantes do Projeto ARPA.
- l) participar diretamente na execução do projeto e/ou atividades, avaliando seus resultados e reflexos.
- m) coordenar a formulação de programas de manejo das UCs decretadas pela federação brasileira, com a participação dos municípios, estados, universidades, centros de pesquisa, sociedade civil, e demais atores interessados, conforme estabelecido na Lei do SNUC.
- n) proporcionar consultoria técnica, treinamentos ou qualquer outra capacitação que se faça necessária ao desenvolvimento das atividades do Projeto ARPA.
- o) reunir as informações técnicas geradas pelos estudos realizados pelas partes para instrução dos processos de criação das Unidades de Conservação (UCs) nas áreas avaliadas.
- p) estabelecer a relação de prioridades das Unidades de Conservação (UCs) que serão implementadas no todo ou em parte.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



II - Constituem Obrigações do Funbio:

- ✓
contingido
- a) implementar o componente 3 do Projeto ARPA, , no que se refere a **compras de bens e contratação de serviços** (diligenciamento), conforme preestabelecido nos POAs para criação, consolidação e manutenção das UCs, selecionadas pelo Projeto, após aprovação pelo Comitê do Projeto, comprometendo-se com a entrega destes aos Chefes das UCs , sob responsabilidade do IBAMA.
- i) As atividades mencionadas no letra a) deste item, serão desempenhadas pelo **Funbio**, mediante a entrega destes bens aos chefes de UCs mediante assinatura de documento de recebimento com as especificações do produto entregue.
- b) desenvolver, em colaboração com o IBAMA, estudos sobre os instrumentos jurídicos e financeiros, além de projetos pilotos que viabilizem a sustentabilidade financeira das UCs participantes do Projeto ARPA.
- c) adotar **Manual Operativo do projeto ARPA para Funbio**, onde estão expressas as normas a serem seguidas, a fim de orientar todo o processo de compra de bens, contratação de serviços e desenvolvimento de estudos sobre os instrumentos jurídicos e financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo Projeto ARPA.
- d) adotar **Manual para a criação e administração de um Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP)**, onde estarão expressas as normas de gestão de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo Projeto ARPA.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente acordo não prevê a transferência de recursos entre as partes, sendo que cada instituição deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, para o cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Único - Quando as ações referidas no Parágrafo Primeiro envolverem transferência de recursos financeiros entre as partes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento será de 48 (quarenta e oito meses) a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado e/ou alterado mediante lavratura de Termo Aditivo, se houver interesse das partes.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O **IBAMA** providenciará, à sua conta, a publicação deste Instrumento em extrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil subsequente à sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento, serão atribuídos às partes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias), e ainda, por infringência de quaisquer Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO

É facultado ao **IBAMA**, no caso de paralisação parcial ou total das atividades inerentes ao objeto do presente Instrumento, assumir a execução destas, para evitar a descontinuidade da implementação do programa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS ANEXOS VINCULADOS A ESTE INSTRUMENTO

- a) Decreto Presidencial de nº... que reconhece o Projeto ARPA como compromisso da República Federativa brasileira.
- b) Documento de Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do MMA/SCA, sendo o documento oficial do Governo Federal do Brasil.
- c) Project Document – do Banco Mundial, sendo o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores.
- d) Portaria (MMA) de criação do Comitê do Projeto, sendo documento oficial do Governo Federal do Brasil que reconhece esta unidade como instância máxima do Projeto ARPA..



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



- e) Acordo de doação (Grant Agreement nº....) do Banco Mundial (GEF) para o Funbio.
- f) Acordo de doação (nº....) do WWF-Brasil para o Funbio.
- g) Acordo de doação (nº....) do BrasilConnect para o Funbio.
- h) Acordo de doação (Grant Agreement nº....) do Kfw, através do PPG7 para o Funbio.
- i) Convênio de Assistência Técnica entre o GTZ e o Funbio.
- j) Manual de Operações do Projeto ARPA.
- k) Manual de Operações do projeto ARPA para o Funbio.
- l) Estatuto de Criação do Funbio.
- m) Regimento Interno do Funbio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONTROVESAS

Na eventualidade de ocorrerem conflitos ou controversas, seja por motivo de interpretação e/ou cumprimento do presente instrumento, as partes se submeterão aos institutos de mediação, arbitragem, ou outra diligência que o Comitê do Projeto assim julgar como melhor forma de entendimento para dirimir possíveis contendas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir eventuais litígios oriundos deste Instrumento.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos de direito, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Brasília, de julho de 2002

**RÔMULO JOSÉ FERNANDES
BARRETO MELLO**
Presidente Interino do IBAMA

PEDRO WILSON LEITÃO FILHO
Diretor Executivo do Funbio

TESTEMUNHAS:

CPF:

C.I.:

CPF:

C.I.:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02 após reunião SCA(18/06/02)

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Nº /02 QUE CELEBRAM O
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA E O
FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE - FUNBIO - S/C
SEM FINS LUCRATIVOS PARA -FINS
DE IMPLEMENTAÇÃO DA
CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE
BIOLÓGICA (CDB), SEJA NO APOIO
DIRETO A PROJETOS, ESTUDOS E
COMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS BRASILEIRAS,
ESPECIFICAMENTE NA EXECUÇÃO
DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA
AMAZÔNIA (ARPA).**

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, Autarquia Federal, de Regime Especial, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alterada pelas Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989, 7.957, de 20 de dezembro de 1989 e 8.028 de 12 de abril de 1990, vinculada ao **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, CGC nº 03.659.166/0001-02, com sede à Av. L-4 Norte, SAIN, Brasília-DF e jurisdição em todo o Território Nacional, doravante denominado **IBAMA**, neste ato representado pelo seu Presidente Interino, **RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO**, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, residente e domiciliado em Brasília - DF, no SHIN - QL 5, Conjunto 7, Casa 17 - Lago Norte, CEP: 71.505-775, portador da Carteira de Identidade nº 262.941-9 - SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.585.082-04, nomeado pelo Decreto s/nº de 2 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001 publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2001 e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO S/C**, doravante denominado **FUNBIO**, com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, Cep.: 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**, residente e domiciliado à rua Prefeito João Felipe, 450, Santa Tereza, Ipanema, Rio de Janeiro, Cep.: 20.251-140, ~~portador da carteira de identidade nº~~ expedida pela ~~SS~~ e inscrito no CPF/MF sob o nº 043.600.877-72, **RESOLVEM** celebrar o presente instrumento, mediante as Cláusulas e condições seguintes:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)

Considerações Preliminares

Considerando que o **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)** consiste no compromisso assumido pela República Federativa do Brasil em 1998, visando a ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no Brasil, em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), como agência implementadora de recursos provenientes do GEF (Global Environmental Facility) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o objetivo de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

Considerando que o Projeto ARPA é um projeto decenal da República Federativa do Brasil, que visa exclusivamente a criação e consolidação de Unidades de Conservação(Ucs), tendo como meta proteger 10% da Amazônia brasileira. Para tanto, pretende viabilizar, em sua primeira fase de quatro anos: *a)* a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação(UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Usos Sustentável(US), sendo esta ultima categoria subdividida em Reservas Extrativistas (Rsex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); *b)* a consolidação de UCs de Proteção Integral que totalizam 7 milhões de hectares; e *c)* estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável.

Considerando que o Projeto ARPA conta com recursos de doação do Global Environmental Facility - GEF (cuja agência implementadora é o Banco Mundial ou Bird), do Fundo Mundial para a Natureza do Brasil (WWF-Brasil), do Instituto de Crédito para a Reconstrução (Kfw) por meio do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, da Brasil Connects, além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil.

Considerando a existência do sofisticado arcabouço legal para o meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei de nº 6.938/81 que criou a **Política Nacional do Meio Ambiente**, surgindo como divisor de águas entre uma época de forte industrialização afastada de compromissos ambientais, para tempos de crescimento econômico com forte envolvimento e compromisso com políticas públicas do meio ambiente; a Lei que instituiu o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/2000)**, que trata desde o processo de criação, implantação e consolidação das Unidades de Conservação(Ucs), através de diferentes categorias de manejo, permitindo a preservação da biodiversidade, por meio da construção de mosaicos de Unidades de Conservação (Ucs), demonstrando a tradição brasileira de vanguarda em política pública ambiental e social; a **Lei de Crimes Ambientais de nº 9.785/99**, que passou a penalizar aqueles que agem pelo progresso econômico dissociado da proteção e preservação do meio ambiente de nosso país.

Considerando que o Projeto ARPA é um dos principais projetos governamentais de implementação do SNUC, tendo como princípio fundamental a criação, consolidação e manutenção de UCs com pleno envolvimento e participação efetiva da sociedade brasileira, nas suas mais diversas facções: populações tradicionais, quilombos, povos indígenas, seus representantes e organizações



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)

interessadas, dentre outros atores que demonstrem legitimidade para interferir no processo de consulta para o processo de criação e consolidação de UCs..

Considerando que para tanto o Presidente da República Federativa do Brasil, em ... publicou no Diário Oficial da União (DOU), **Decreto Presidencial de nº....**, regulamentando o Projeto ARPA.

Considerando que em ... de maio de 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia...(SCA), elaborou **Documento Oficial do Governo Brasileiro** para o Projeto ARPA.

Considerando que para o alcance dos objetivos do Projeto ARPA a que se referem as declarações anteriores, a Lei do SNUC, em seu artigo determina que o IBAMA, deverá ser a autarquia federal investida e encarregada de sua implementação.

Considerando que o **Funbio**, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, tendo como missão catalisar ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da diversidade biológica do país, ~~com essa finalidade~~ tem como objetivos apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprimindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não; promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a ~~Sociedade~~ Sociedade Civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades; contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais; fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares; gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação; implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa.

Considerando que o **Funbio** é originalmente um programa do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), com recursos administrados por este último, provenientes do GEF (Global Environmental Facility), em iniciativa conjunta com o Governo Brasileiro, tendo regras preestabelecidas que regulamentam toda atividade de apoio a projetos que conservem a biodiversidade no Brasil e promovam o uso sustentável dos recursos naturais.

Considerando que o Conselho Deliberativo do **Funbio**, tendo em vista os objetivos que motivam sua existência, aprovou a participação da instituição no Projeto ARPA, para tanto criando uma Comissão Técnica, que vem negociando as condições de participação no referido Projeto.

Considerando que os doadores do Projeto ARPA escolheram o **Funbio** como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação: Grant Agreement com Banco Mundial(GEF) de nº....., vinculado ao Projeto ~~ge~~ Document), para a finalidade específica de o **Funbio** atuar como agente implementador das atividades de: a) compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)

do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; *b)* desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); *c)* constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **Funbio**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **INCRA**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

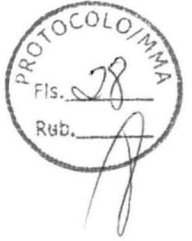
Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **FUNAI**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e os Estados e Municípios da federação brasileira, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, a luz da Lei do SNUC, decidiram por bem estabelecer entre o IBAMA e o **Funbio**, um **Acordo de Cooperação Técnica** a fim de estabelecer responsabilidades, obrigações, direitos e deveres acerca da execução das atividades designadas ao **Funbio** de: *a)* compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; *b)* desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); *c)* estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável, mencionadas anteriormente.

Considerando ~~que~~ a característica declaratória dos dados constantes tanto no **documento oficial do governo brasileiro**, como no Project Document (vinculado ao Grant Agreement nº..) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio, todos mencionados anteriormente, e dos instrumentos que dele resultaram, especialmente o demais acordos de doação, e os Planos Operativos Anuais (POAs), que fazem parte do presente para todos os efeitos.

Resolvem celebrar o presente termo, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições que seguem.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)

Terminologia

Para fins deste contrato:

Convenção sobre Diversidade Biológica é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 05 de junho de 1992 e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993, cuja autorização congressional para ratificação ocorreu pelo Decreto legislativo nº 2/94, ratificada pelo Brasil em 28 de maio de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/02/98;

Decreto Presidencial de nº... é o documento que regulamenta o compromisso da República Federativa brasileira com o Projeto ARPA.

Documento Oficial do Governo Brasileiro é o documento contendo, de forma genérica, as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, as metodologias para todo o Projeto. É o documento oficial do Governo Brasileiro. Abrange o período total de duração do Projeto. É o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

~~Grant Agreement nº... é o contrato fiduciário onde o Banco Mundial (GEF) doa recursos na ordem de US\$ 30.000.000,00, para o Funbio, com a finalidade específica deste executar: a) compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; b) desenvolvimento de estudos e projetos-pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); c) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.~~

Project Document é o documento contendo todas as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, os indicadores de desenvolvimento, o cronograma físico e a programação financeira para todo o Projeto, criação de um fundo fiduciário para sustentabilidade das UCs, desenvolvimento de estudos e a participação de outras fontes de financiamento. Abrange o período total de duração do Projeto. Junto com o **Documento Oficial do Governo Brasileiro** é o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

O Projeto é o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), contemplados tanto no documento oficial do governo brasileiro, como no Project Document (vinculado ao Grant Agreement nº...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio.

Documentos Oficiais do Projeto ARPA é o conjunto de documentos que regem todo o Projeto ARPA, sendo dentre outros: Decreto Presidencial de nº...; Documento Oficial do Governo Brasileiro; Project Document (documento do Banco Mundial); O Projeto.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)

Grant Agreement nº... é o contrato fiduciário onde o Banco Mundial (GEF) doa recursos, na ordem de US\$ 30.000.000,00, para o Funbio, com a finalidade específica deste executar: a) compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; b) desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); c) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Manual do Operativo do Projeto ARPA para o Funbio é o manual que tem por objetivo orientar as atividades do Projeto a serem desenvolvidas pelo Funbio: a) compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; b) desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); c) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Coordenação Geral do Projeto (CG) é a instância decisória máxima do projeto ARPA. Composta pelo MMA, através da Secretaria Executiva(SECEx), Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e da Secretaria de Biodiversidade de Floresta (SBF) e pelo IBAMA. A SECEx é responsável pela coordenação geral do Projeto ARPA nas instituições de coordenação governamentais, tendo o papel de fazer articulações com a política ambiental do Brasil e demais ações correlatas.

Comitê do Projeto (CP) é a instância deliberativa colegiada subordinada a Coordenação Geral do Projeto, encarregada de propor, dentro do escopo dos objetivos do Projeto ARPA, aprovar estratégias de ação, definir procedimentos e diretrizes, estabelecer critérios para assinatura de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto, analisar e aprovar os Planos Operativos Anuais (POAs) das UCs, além de analisar e opinar sobre os relatórios físico-financeiros, com base nos objetivos do Projeto ARPA. Este Comitê será presidido pela SECEx.

Painel Científico de Aconselhamento do Projeto (PCA) é formado por um quadro de cientistas de universidades. Instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas UCs. O PCA será escolhido e nomeado pelo Comitê do Projeto.

Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) é de natureza executiva, instituída dentro da SCA. Tem a responsabilidade de estabelecer uma relação direta entre o Comitê do Projeto(CP) e os diferentes executores do Projeto, além de promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto. Dentre suas atribuições, o UCP tem a tarefa de orientar técnica, financeira e administrativamente os executores do Projeto, ~~a-~~ à luz das regras do Banco Mundial, além de sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, encaminhando-os para análise e aprovação pelo Comitê do Projeto; receber POAs das UCs do Funbio; receber os relatórios físico-financeiros de todas as unidades executoras do Projeto,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02 após reunião SCA(18/06/02)

consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP; desempenhar a função de secretaria executiva da Coordenação Geral (CG) e do Comitê do Projeto (CP); ainda encarregado de conduzir as reuniões para mediação e resolução de conflitos, solicitadas pelo Comitê do Projeto (CP), da Coordenação Geral (CG) e demais representantes da sociedade civil.

Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, ~~encarregada da que deve compor a~~ coordenação executiva do projeto ARPA, com a finalidade de *i)* negociar e propor potenciais soluções para questões sociais, relativas a criação e implementação de UCs; *ii)* atuar como fórum de discussão para solução de questões e/ou conflitos relacionadas a populações tradicionais dentro de UCs de Proteção estrita. Este grupo deverá ser formado por representantes do CP, sendo MMA, FUNAI, IBAMA, (CNPT e DIREC) e INCRA. O detalhamento das atividades e procedimentos deste Comitê estarão detalhadas no Manual Operativo do Projeto.

Plano Operativo Anual (POA) é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas físico e financeiro para execução do Projeto ARPA. Tal documento tem também por característica a possibilidade de remodelação durante a execução do projeto, de forma que seus objetivos sejam alcançados e, considerando as circunstâncias que atuam diretamente da execução do Projeto, que seus obstáculos sejam adequadamente superados.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto estabelecer as responsabilidades ~~obrigações, direitos e deveres~~ da relação de cooperação técnica entre o IBAMA e do Funbio, na implementação das atividades ~~contempladas no Componente 3 do Projeto ARPA~~, com vistas à criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Federais, no bioma amazônia, e luz de contempladas no SNUC, sendo estas especificamente observando o conjunto de documentos oficiais do Projeto ARPA.:

~~1.1. Compras de bens e contratação de serviços (diligenciamento), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, selecionadas pelo Projeto, sob responsabilidade do IBAMA, após aprovação pelo Comitê do Projeto, retificado pelo Conselho Deliberativo (CD) do Funbio, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA.~~

~~1.2. Desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Conselho Deliberativo (CD) do Funbio, com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs);~~

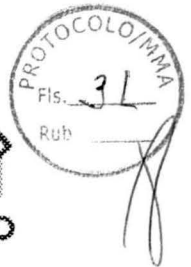
CLÁUSULA SEGUNDA - DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES

~~A coordenação e programação das ações do Projeto ARPA serão realizadas pelo Comitê do Projeto (CP).~~



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)



CLÁUSULA SEGUNDA - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem Obrigações do IBAMA, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

- a) ~~executar~~ coordenar os estudos prévios realizados para a criação de Unidades de Conservação Federais (UCs) ~~de interesse da Federação brasileira nos~~ polígonos estabelecidos no Projeto ARPA.
- b) ~~coordenar~~ executar as atividades relacionadas a administração das UCs Federais, legalmente criadas, no âmbito do Projeto ARPA, legalmente declaradas pela federação brasileira, envolvendo as autoridades municipais, estaduais, universidades, centros de pesquisa, sociedade civil, e demais atores interessados, conforme estabelecido na Lei do SNUC.
- ~~estabelecer relação com governos estaduais e municipais, através de contratos ou convênios, para criação, consolidação e manutenção de UCs estaduais e municipais, aprovadas pelo Projeto ARPA.~~
- d) ~~solicitar que os chefes de UCs federais elaborem POAs, referente a criação, implementação e manutenção de Unidades de Conservação Federais, selecionadas pelo Projeto par ARPA, de acordo com suas necessidades.~~
- e) c) elaborar, revisar, analisar e aprovar ~~encaminhar~~ os POAs feitos pelas UCs, a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) do Projeto ARPA, pelos chefes de UCs.
- ~~f) encaminhar os POAs aprovados a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) do Projeto ARPA para que esta consolide-os, encaminhando-os para aprovação por parte do Comitê do Projeto (CP).~~
- g) d) Auxiliar ~~fornecer~~ as informações e especificações necessárias para que o ~~o~~ **Funbio** possa ~~executar~~ implementar o ~~executar~~ o diligenciamento demandados nos POAs referentes a criação, implementação e manutenção de Unidades de Conservação Federais, no bioma Amazônia, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP) ARPA.
- h) ~~realizar, em conjunto com a equipe do Funbio, vistorias em campo para a definição das categorias de manejo das unidade de conservação mais adequadas para as áreas avaliadas.~~
- i) c) facilitar ao máximo a atuação supervisora do **Funbio**, facultando-lhe sempre que solicitado, o mais amplo acesso a informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)

~~j) exercer autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução de cada POA nas UCs.~~

~~k) compartilhar com o Funbio as informações e mecanismos necessários para o desenvolvimento dos estudos sobre os instrumentos jurídicos e financeiros, além de projetos pilotos que viabilizem a sustentabilidade financeira das UCs participantes do Projeto ARPA.~~

~~l) participar diretamente na execução do projeto e/ou atividades, avaliando seus resultados e reflexos.~~

~~m) coordenar a formulação de programas de manejo das UCs decretadas pela federação brasileira, com a participação dos municípios, estados, universidades, centros de pesquisa, sociedade civil, e demais atores interessados, conforme estabelecido na Lei de SNUC.~~

~~n) proporcionar consultoria técnica, treinamentos ou qualquer outra capacitação que se faça necessária ao desenvolvimento das atividades do Projeto ARPA.~~

~~o) reunir as informações técnicas geradas pelos estudos realizados pelas partes para instrução dos processos de criação das Unidades de Conservação (UCs) nas áreas avaliadas.~~

~~p) g) estabelecer a relação de prioridades das Unidades de Conservação (UCs) que serão implementadas no todo ou em parte.~~

II - Constituem Obrigações do Funbio, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

a) ~~implementar as atividades contempladas nos documentos oficiais do Projeto ARPA e componente 3 do Projeto ARPA, no que se refere a **compras de bens e contratação de serviços** (diligenciamento), conforme preestabelecido nos POAs do mencionado Projeto, para criação, consolidação e manutenção das UCs, selecionadas pelo Projeto, após aprovação pelo Comitê do Projeto, comprometendo-se com a entrega destes aos Chefes das UCs, sob responsabilidade do IBAMA.~~

~~i) Os bens mencionados As atividades mencionadas na letra a) deste item, serão comprados pelo Funbio e entregues as UCs mediante assinatura de documento de recebimento com as especificações do produto entregue.~~

~~ii) Os bens adquiridos com recursos do Projeto ARPA, serão de propriedade do IBAMA, devendo ser patrimoniados como bens do IBAMA adquiridos com recursos do Projeto ARPA.~~

b) ~~desenvolver, em colaboração com o IBAMA, estudos sobre os instrumentos jurídicos e financeiros, além de projetos pilotos que viabilizem visando a sustentabilidade financeira das~~



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)

UCes Federais contempladas participantes do Projeto ARPA, observando o conjunto de documentos oficiais do Projeto ARPA.

c) criar e gerir Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP), com vistas a garantir a manutenção das Unidades de Conservação contempladas no Projeto ARPA

e)d) adotar Manual Operativo do projeto ARPA para Funbio, onde estão expressas as normas a serem seguidas, a fim de orientar todos os processo de compra de bens, contratação de serviços, e desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, sobre os instrumentos jurídicos e financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo Projeto ARPA.

e)e) adotar Manual para a criação e administração de um Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP), onde estarão expressas as normas de gestão de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo Projeto ARPA.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente acordo não prevê a transferência de recursos entre as partes, sendo que cada instituição deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, para o cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Único - Quando as ações referidas no Parágrafo Primeiro envolverem transferência de recursos financeiros entre as partes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento será de 48 (quarenta e oito meses) a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado e/ou alterado mediante lavratura de Termo Aditivo, se houver interesse das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O IBAMA providenciará, à sua conta, a publicação deste Instrumento em extrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil subsequente à sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02 após reunião SCA(18/06/02)

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento, serão atribuídos às partes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias), e ainda, por infringência de quaisquer Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO

É facultado ao IBAMA, no caso de paralisação parcial ou total das atividades inerentes ao objeto do presente Instrumento, assumir a execução destas, para evitar a descontinuidade da implementação do programa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS ANEXOS VINCULADOS A ESTE INSTRUMENTO

- a) Decreto Presidencial de nº... que reconhece o Projeto ARPA como compromisso da República Federativa brasileira.
- b) Documento de Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do MMA/SCA, sendo o documento oficial do Governo Federal do Brasil.
- c) Project Document – do Banco Mundial, sendo o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores.
- d) Portaria (MMA) de criação do Comitê do Projeto, sendo documento oficial do Governo Federal do Brasil que reconhece esta unidade como instância máxima do Projeto ARPA..
- e) Acordo de doação (Grant Agreement nº....) do Banco Mundial (GEF) para o Funbio.
- f) Acordo de doação (nº....) do WWF-Brasil para o Funbio.
- g) Acordo de doação (nº....) do BrasilConnect para o Funbio.
- h) Convênio do MMA Acordo de doação (Grant Agreement nº....) com o Funbio para repasse dos recursos do Kfw, através do PPG7 para o Funbio.
- i) Convênio de Assistência Técnica entre o GTZ e o Funbio.
- j) Manual de Operações do Projeto ARPA.
- k) Manual de Operações do Projeto ARPA para o Funbio.
- l) Manual do Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP)



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 19/06/02, após reunião SCA(18/06/02)

~~m)~~ Estatuto de Criação do Funbio.

~~m)n)~~ Regimento Interno do Funbio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONTROVESAS

Na eventualidade de ocorrerem conflitos ou controversas, seja por motivo de interpretação e/ou cumprimento do presente instrumento, as partes se submeterão aos institutos de mediação, arbitragem, ou outra diligência que o Comitê do Projeto assim julgar como melhor forma de entendimento para dirimir possíveis contendas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir eventuais litígios oriundos deste Instrumento.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos de direito, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Brasília, de julho de 2002

**RÔMULO JOSÉ FERNANDES
BARRETO MELLO**
Presidente Interino do IBAMA

PEDRO WILSON LEITÃO FILHO
Diretor Executivo do Funbio

INTERVENIENTE:

MMA
Nome do Representante

TESTEMUNHAS:

CPF:

C.I.:

CPF:

C.I.:

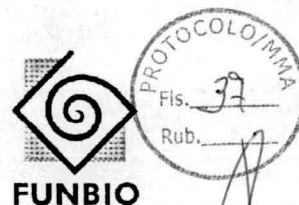


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parcera Ulhoa Canto(25/06/02)

"ACORDO DE COOPERAÇÃO
TECNICA Nº /02, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO
BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS RENOVÁVEIS-IBAMA
E O FUNDO BRASILEIRO PARA
BIODIVERSIDADE-FUNBIO S/C, SEM
FINS LUCRATIVOS E OBJETIVANDO A
IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO
SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO
ÂMBITO DO PROJETO ÁREAS
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA
(ARPA)."~~ACORDO DE COOPERAÇÃO
TECNICA Nº /02 QUE CELEBRAM O
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA E O
FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE-FUNBIO S/C
SEM FINS LUCRATIVOS PARA FINS
DE IMPLEMENTAÇÃO DA
CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE
BIOLÓGICA (CDB), SEJA NO APOIO
DIRETO A PROJETOS, ESTUDOS E
COMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS BRASILEIRAS,
ESPECIFICAMENTE NA EXECUÇÃO
DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA
AMAZÔNIA (ARPA).~~

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, Autarquia Federal, de Regime Especial, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alterada pelas Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989, 7.957, de 20 de dezembro de 1989 e 8.028 de 12 de abril de 1990, vinculada ao **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, CGC nº 03.659.166/0001-02, com sede à Av. L-4 Norte, SAIN, Brasília-DF e jurisdição em todo o Território Nacional, doravante denominado **IBAMA**, neste ato representado pelo seu Presidente Interino, **RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO**, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, residente e domiciliado em Brasília - DF, no SHIN - QL 5, Conjunto 7, Casa 17 - Lago Norte, CEP: 71.505-775, portador da Carteira de Identidade nº 262.941-9 - SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.585.082-04, nomeado pelo Decreto s/nº de 2 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001 publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2001 e o **FUNDO**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parceras Ulhoa Canto(25/06/02)

BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO S/C, doravante denominado **FUNBIO**, com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, Cep.: 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**, brasileiro, administrador, separado consensualmente, residente e domiciliado à rua Prefeito João Felipe, 450, Santa Tereza, , Cep.: 20.251-140, , na cidade do Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.600.877-72-, **RESOLVEM** celebrar o presente instrumento, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Considerações Preliminares

Considerando que o **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)** consiste no compromisso assumido pela República Federativa do Brasil em 1998, visando a ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no Brasil, em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), como agência implementadora de recursos provenientes do GEF (Global Environmental Facility) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o objetivo de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

Considerando que o Projeto ARPA é um projeto decenal da República Federativa do Brasil, que visa exclusivamente a criação e consolidação de Unidades de Conservação(Ucs), tendo como meta proteger 10% da Amazônia brasileira. Para tanto, pretende viabilizar, em sua primeira fase de quatro anos: *a)* a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação(UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Uso Sustentável(US), sendo esta ultima categoria subdividida em Reservas Extrativistas (Rsex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); *b)* a consolidação de UCs de Proteção Integral que totalizam 7 milhões de hectares; e *c)* estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável.

Considerando que o Projeto ARPA conta com recursos de doação do Global Environmental Facility - GEF (cuja agência implementadora é o Banco Mundial ou Bird), do Fundo Mundial para a Natureza do Brasil (WWF-Brasil), do Instituto de Crédito para a Reconstrução (Kfw) por meio do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, da Brasil Connects, além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil.

Considerando a existência do sofisticado arcabouço legal para o meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei de nº 6.938/81 que criou a **Política Nacional do Meio Ambiente**, surgindo como divisor de águas entre uma época de forte industrialização afastada de compromissos ambientais, para tempos de crescimento econômico com forte envolvimento e compromisso com políticas públicas do meio ambiente; a Lei nº 9.935/00, que instituiu o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)** (Lei nº 9.985/2000), que trata desde o processo de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parceria Ulhoa Canto(25/06/02)

criação, implantação e consolidação das Unidades de Conservação(Ucs), através de diferentes categorias de manejo, permitindo a preservação da biodiversidade, por meio da construção de mosaicos de Unidades de Conservação (Ucs), demonstrando a tradição brasileira de vanguarda em política pública ambiental e social; a **Lei de Crimes Ambientais de nº 9.785/98**, que passou a penalizar aqueles que agem pelo progresso econômico dissociado da proteção e preservação do meio ambiente de nosso país.

Considerando que o Projeto ARPA é um dos principais projetos governamentais de implementação do SNUC, tendo como princípio fundamental a criação, consolidação e manutenção de UCs com pleno envolvimento e participação efetiva da sociedade brasileira, nas suas mais diversas facções: populações tradicionais, quilombos, povos indígenas, seus representantes e organizações interessadas, dentre outros atores que demonstrem legitimidade para interferir no processo de consulta pública para o processo público de criação e consolidação de UCs.

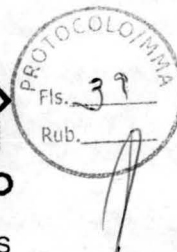
Considerando que para tanto o Presidente da República Federativa do Brasil, em ... publicou no Diário Oficial da União (DOU), **Decreto Presidencial de nº.....**, regulamentando o Projeto ARPA.

Considerando que em ... de maio de 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), elaborou **Documento Oficial do Governo Brasileiro** para o Projeto ARPA.

Considerando que para o alcance dos objetivos do Projeto ARPA a que se referem as declarações anteriores, a **Lei nº 9.935/00 (do SNUC)**, em seu artigo ... determina que o IBAMA, deverá ser a autarquia federal investida competente e encarregada de sua implementação.

Considerando que o **Funbio**, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, tendo como missão catalisar ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da diversidade biológica do país, tem como objetivos apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não; promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a sociedade civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades; contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais; fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares; gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação; implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa.

Considerando que o **Funbio** é originalmente um programa do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), com recursos administrados por este último, provenientes do GEF (Global Environmental Facility), em iniciativa conjunta com o Governo Brasileiro, tendo regras preestabelecidas que regulamentam toda atividade de apoio a projetos que conservem a biodiversidade no Brasil e promovam o uso sustentável dos recursos naturais.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parcera Ulhoa Canto(25/06/02)

Considerando que o Conselho Deliberativo do **Funbio**, tendo em vista os objetivos que motivam sua existência, aprovou a participação da instituição no Projeto ARPA, para tanto criando uma Comissão Técnica, que vem negociando as condições de participação no referido Projeto.

Considerando que os doadores do Projeto ARPA escolheram o **Funbio** como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação: Grant Agreement com Banco Mundial(GEF) de nº....., vinculado ao Project Document), para a finalidade específica de o **Funbio** atuar como agente implementador das atividades de: *a)* compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; *b)* desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); *c)* constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **Funbio**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **INCRA**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **FUNAI**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e os **Estados e Municípios** da federação brasileira, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, a luz da Lei do SNUC, decidiram por bem estabelecer entre o IBAMA e o **Funbio**, um **Acordo de Cooperação Técnica** a fim de estabelecer responsabilidades, obrigações, direitos e deveres acerca da execução das atividades designadas ao **Funbio** de: *a)* compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; *b)* desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parcerias Ulhoa Canto(25/06/02)

Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); e c) estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável, mencionadas anteriormente.

Considerando que as Partes têm pleno conhecimento dos dados, termos e condições constantes do Documento Oficial do Governo Brasileiro, Project Appraisal Document (PAD), Acordo de Doação e demais documentos relacionados ao Projeto ARPA, que, por referência e para todos os efeitos, fazem parte integrante deste documento.

Considerando a característica declaratória dos dados constantes tanto no documento oficial do governo brasileiro, como no Project Document (vinculado ao Grant Agreement nº ...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio, todos mencionados anteriormente, e dos instrumentos que dele resultaram, especialmente o demais acordos de doação, e os Planos Operativos Anuais (POAs), que fazem parte do presente para todos os efeitos.

Resolvem celebrar o presente termo, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

Terminologia

Para fins deste contrato:

(i) Convenção sobre Diversidade Biológica é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 05 de junho de 1992 e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993, cuja autorização do Congresso brasileiro ~~congressional~~ para ratificação ocorreu pelo Decreto legislativo nº 2/94, ratificada pelo ~~pela~~ República Federativa do Brasil em 28 de maio de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/02/98;

(ii) Decreto Presidencial de nº... é o documento que dispõe sobre os conceitos, objetivos e instâncias de gestão para o Projeto ARPA, nos termos da ementa do Decreto Presidencial, regulamentando o compromisso da República Federativa do Brasil com o Projeto ARPA. ~~é o documento que regulamenta o compromisso da República Federativa brasileira com o Projeto ARPA.~~

(iii) Documento Oficial do Governo Brasileiro (Projeto Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA) é o documento contendo, de forma genérica, as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, as metodologias para todo o Projeto. É o documento oficial do Governo Brasileiro. Abrange o período total de duração do Projeto. É o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parcero Ulhoa Canto(25/06/02)

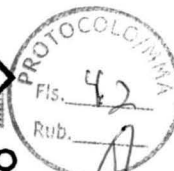
(iv) **Project Appraisal Document (PAD)** é o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores, celebrado entre o Banco Mundial e o Funbio, e que trata dos seguintes aspectos do Projeto (a) metas e atividades necessárias para alcançá-las, (b) indicadores de desenvolvimento, (c) cronograma físico-financeiro, (c) programação financeira, (d) criação de fundo fiduciário para sustentabilidade das UCs, e (e) captação de recursos junto a outras fontes; é, juntamente com o Documento Oficial do Governo Brasileiro, o instrumento de referência para a celebração de contratos e acordos subsidiários aos Acordos de Doação (conforme a cláusula Décima Segunda). ~~é o documento contendo todas as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, os indicadores de desenvolvimento, o cronograma físico e a programação financeira para todo o Projeto, criação de um fundo fiduciário para sustentabilidade das UCs, desenvolvimento de estudos e a participação de outras fontes de financiamento. Abrange o período total de duração do Projeto. Junto com o Documento Oficial do Governo Brasileiro e o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.~~

(v) **O Projeto ARPA é o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)**, contemplados tanto no documento ~~Documento Oficial do Governo brasileiro~~, como no **Project Appraisal Document -PAD** (vinculado ao Grant Agreement nº...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio.

(vi) **Documentos Oficiais do Projeto ARPA** é o conjunto de documentos que regem todo o Projeto ARPA, sendo dentre outros: Decreto Presidencial de nº...; Documento Oficial do Governo Brasileiro; **Project Appraisal Document -PAD** ~~Project Document (documento do Banco Mundial); O Projeto.~~

(vii) **Grant Agreement nº ...** é o contrato mediante o qual o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, na condição de administrador dos recursos do Global Environmental Facility-GEF, doa recursos no montante de 30.000.000,00 *Special Drawing Rights (SDR)* ou Direito Especial de Saque (DES) ao Funbio, com a finalidade específica e exclusiva deste: (a) efetuar compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme previsto nos POAs das Ucs e aprovado pelo Comitê do Projeto ("CP"), de acordo com as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA (b) desenvolver os estudos e projetos pilotos aprovados pelo Comitê do Projeto, relacionados com a implementação do Componente 3 do Projeto ("Sustentabilidade financeira das UCs"), conforme definido no Documento Oficial do Governo Brasileiro; (c) constituir e administrar fundo fiduciário, nos termos do acordo com os doadores, para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

~~é o contrato fiduciário onde o Banco Mundial (GEF) doa recursos, na ordem de US\$ 30.000.000,00, para o Funbio, com a finalidade específica deste executar: a) compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; b) desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira~~



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parceria Ulhoa Canto(25/06/02)

das UCs): *c) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.*

(viii) Manual do Operativo do Projeto ARPA para o Funbio é o manual que tem por objetivo orientar as atividades do Projeto a serem desenvolvidas pelo Funbio: (a) efetuar compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme previsto nos POAs das Ucs e aprovado pelo Comitê do Projeto ("CP"), de acordo com as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA (b) desenvolver os estudos e projetos pilotos aprovados pelo Comitê do Projeto, relacionados com a implementação do Componente 3 do Projeto ("Sustentabilidade financeira das UCs"), conforme definido no Documento Oficial do Governo Brasileiro; (c) constituir e administrar fundo fiduciário, nos termos do acordo com os doadores, para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

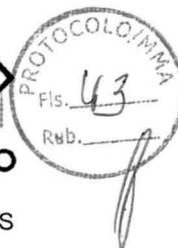
a) compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA. b) desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); c) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

(ix) Coordenação Geral do Projeto (CG) é a instância decisória máxima do Projeto ARPA, composta pelo Ministério do Meio Ambiente ("MMA"), representado pela sua Secretaria Executiva ("SECEX"), Secretaria de Coordenação da Amazônia ("SCA") e Secretaria de Biodiversidade de Floresta ("SBF"), e pelo IBAMA, cabendo especificamente à SECEX a coordenação geral do Projeto ARPA junto às instituições de coordenação governamentais, em articulação com a política ambiental da República Federativa do Brasil, e ações correlatas.

e a instância decisória máxima do projeto ARPA. Composta pelo MMA, através da Secretaria Executiva(SECEX), Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e da Secretaria de Biodiversidade de Floresta (SBF) e pelo IBAMA. A SECEX é responsável pela coordenação geral do Projeto ARPA nas instituições de coordenação governamentais, tendo o papel de fazer articulações com a política ambiental do Brasil e demais ações correlatas.

(x) Comitê do Projeto (CP) é a instância deliberativa colegiada, presidida pela SECEX e subordinada à CG, encarregada das seguintes atribuições, conforme escopo dos objetivos do Projeto ARPA: (a) propor, e aprovar estratégias de ação, (b) definir procedimentos e diretrizes, (c) estabelecer critérios para celebração de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto ARPA, (d) analisar e aprovar POAs das UCs, e (e) analisar e opinar sobre relatórios físico-financeiros.

é a instância deliberativa colegiada subordinada a Coordenação Geral do Projeto, encarregada de propor, dentro do escopo dos objetivos do Projeto ARPA, aprovar estratégias de ação, definir procedimentos e diretrizes, estabelecer critérios para assinatura de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto, analisar e aprovar os Planos Operativos Anuais (POAs) das UCs, além de analisar e opinar sobre os relatórios físico-financeiros, com base nos objetivos do Projeto ARPA. Este Comitê será presidido pela SECEX.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parcerã Ulhoa Canto(25/06/02)

(xi) Painel Científico de Aconselhamento do Projeto (PCA) é formado por um quadro de cientistas de universidades, Instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas UCs. O PCA será escolhido e nomeado pelo Comitê do Projeto (CP).

(xii) Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) instituída no âmbito da SCA, possui natureza executiva, com as seguintes atribuições: (a) responsabilidade pelo estabelecimento de relação direta entre o CP e os diferentes executores do Projeto ARPA, (b) promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto ARPA, (c) orientar técnica, financeira e administrativamente os executores do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial, (d) sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, submetendo-os à análise e aprovação pelo CP, (e) receber POAs das UCs e do Funbio, (f) receber os relatórios físico-financeiros de todas as unidades executoras do Projeto, consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP, (g) desempenhar a função de secretaria executiva da CG e do CP, e (h) conduzir as reuniões para mediação e solução de controvérsias, solicitadas pelo CP, CG e demais representantes da sociedade civil.

é de natureza executiva, instituída dentro da SCA. Tem a responsabilidade de estabelecer uma relação direta entre o Comitê do Projeto (CP) e os diferentes executores do Projeto, além de promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto. Dentre suas atribuições, a UCP tem a tarefa de orientar técnica, financeira e administrativamente os executores do Projeto, a luz das regras do Banco Mundial, além de sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, encaminhando-os para análise e aprovação pelo Comitê do Projeto; receber POAs das UCs, do Funbio; receber os relatórios físico-financeiros de todas as unidades executoras do Projeto, consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP; desempenhar a função de secretaria executiva da Coordenação Geral (CG) e do Comitê do Projeto (CP); ainda encarregado de conduzir as reuniões para mediação e resolução de conflitos, solicitadas pelo Comitê do Projeto (CP), da Coordenação Geral (CG) e demais representantes da sociedade civil.

(xiii) Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos/Solução de Controvérsias é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, encarregada da coordenação executiva do projeto ARPA, com a finalidade de *i)* negociar e propor potenciais soluções para questões sociais, relativas a criação e implementação de UCs; *ii)* atuar como fórum de discussão para solução de questões e/ou conflitos relacionadas a populações tradicionais dentro de UCs de Proteção estrita. Este grupo deverá ser formado por representantes do CP, sendo MMA, FUNAI, IBAMA, (CNPT e DIREC) e INCRA. O detalhamento das atividades e procedimentos deste Comitê estarão detalhadas no Manual Operativo do Projeto ARPA.

(xiv) Plano Operativo Anual (POA) é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas físico e financeiro para execução do Projeto ARPA. Tal documento tem também por característica a possibilidade de remodelação durante a execução do projeto, de forma que seus objetivos sejam alcançados e, considerando as circunstâncias que atuam diretamente na execução do Projeto, que seus obstáculos sejam adequadamente superados.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parcerã Ulhoa Canto(25/06/02)

CLÁUSULA PRIMEIRA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto estabelecer as responsabilidades da relação de cooperação técnica entre o IBAMA e do Funbio, na implementação das atividades do Projeto ARPA, com vistas à criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Federais, no bioma amazônia, contempladas no SNUC, observando o conjunto de documentos oficiais do Projeto ARPA.

CLÁUSULA SEGUNDA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem Obrigações do IBAMA, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

- a) executar estudos prévios para a criação de Unidades de Conservação Federais (UCs) nos polígonos estabelecidos no Projeto ARPA.
- b) executar as atividades relacionadas a administração das UCs Federais, legalmente criadas, no âmbito do Projeto ARPA.
- c) elaborar, revisar, analisar e encaminhar os POAs feitos pelas UCs, a a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) do Projeto ARPA.
- d) fornecer as informações e especificações necessárias para que o Funbio possa executar o diligenciamento ~~demandado~~ requeridos nos POAs referentes a criação, implementação e manutenção de Unidades de Conservação Federais, no bioma Amazônia, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP) ARPA.
- e) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao Funbio, facilitar ao máximo a atuação supervisora do Funbio, permitindo ~~facilitando-lhe~~ sempre que solicitado, o mais amplo acesso a informações e documentos relacionados com a execução do presente objeto deste Instrumento.
- f) compartilhar com o Funbio as informações e mecanismos necessários para o desenvolvimento do Projeto ARPA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parcero Ulhoa Canto(25/06/02)

- g) estabelecer a relação de prioridades das Unidades de Conservação (UCs) que serão implementadas no todo ou em parte quanto à sua implementação.
- h) informar imediatamente ao Funbio toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados.
- i) fornecer permanente suporte técnico aos prestadores de serviço contratados quando dispuser desse suporte, buscando equacionar eventuais problemas surgidos no curso da prestação dos serviços.
- j) acompanhar as atividades de execução dos serviços, avaliando os seus resultados e impactos.
- k) zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados pelo Funbio.
- l) garantir a vinculação dos bens adquiridos e serviços contratados aos propósitos definidos nos POAs.

II - Constituem Obrigações do Funbio, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

- a) adquirir, com os recursos dos doadores, os bens necessários para a implementação dos POAs, previamente definidos nos POAs e aprovados pelo CP.
- b) contratar, com os recursos dos doadores, os serviços previamente definidos nos POAs e aprovados pelo CP, ficando desde já acordado entre as partes que os contratados não terão qualquer vínculo empregatício com o IBAMA ou o Funbio.
- a) ~~implementar as atividades contempladas nos documentos oficiais do Projeto ARPA, no que se refere a compras de bens e contratação de serviços (diligenciamento), conforme preestabelecido nos POAs do mencionado Projeto.~~
 - i) ~~Os bens mencionados na letra a) deste item, serão comprados pelo Funbio e entregues as UCs mediante assinatura de documento de recebimento com as especificações do produto entregue.~~
 - ii) ~~Os bens adquiridos com recursos do Projeto ARPA, serão de propriedade do IBAMA, devendo ser patrimoniados como bens do IBAMA adquiridos com recursos do Projeto ARPA.~~
- b) c) desenvolver, estudos e projetos pilotos visando a sustentabilidade financeira das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA, observando o conjunto de documentos oficiais do Projeto ARPA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parceria Ulhoa Canto (25/06/02)

e)d) criar e gerir Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP), com vistas a garantir a manutenção das Unidades de Conservação contempladas no Projeto ARPA

d)e) adotar Manual Operativo do projeto ARPA para Funbio, onde estão expressas as normas a serem seguidas, a fim de orientar todos os processos de compra de bens, contratação de serviços, desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, do Projeto ARPA.

e)f) adotar Manual para a criação e administração de um Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP), onde estarão expressas as normas de gestão de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo Projeto ARPA.

g) elaborar os termos de referência, que servirão de base para a contratação dos serviços, visando a execução dos POAs.

CLÁUSULA QUINTA - DOS BENS

Os bens adquiridos pelo Funbio serão objeto de termo de doação a ser celebrado com o IBAMA, no qual constará descrição detalhada do bem e será estabelecida expressamente a sua vinculação ao Projeto ARPA, sendo vedada a sua utilização para fins diversos daqueles constantes do termo de doação.

Parágrafo Primeiro - Os bens doados serão imediatamente incorporados ao patrimônio do IBAMA.

Parágrafo Segundo - Nos bens móveis e/ou imóveis adquiridos pelo Funbio com recursos dos doadores e objeto de doação ao IBAMA deverá ser aposta placa ou adesivo, conforme o caso, localizados em local de fácil visualização, contendo os seguintes dizeres: "Projeto Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA - Cooperação Técnica IBAMA-Funbio".

CLÁUSULA QUESEXTAARTA - DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente acordo não prevê a transferência de recursos entre as partes, sendo que cada instituição parte deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, para o cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Único - Quando as ações referidas no Parágrafo Primeiro ^{caput} desta cláusula envolverem transferência de recursos financeiros entre as partes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

CLÁUSULA QUINTA-SÉTIMA - DA VIGÊNCIA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parcer e Ulhoa Canto (25/06/02)

O prazo de vigência deste Instrumento será de 48 (quarenta e oito meses) a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado e/ou alterado mediante lavratura de Termo Aditivo, se houver interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVASEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O IBAMA providenciará, à sua conta, a publicação deste Instrumento em extrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil subsequente à sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20(vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONASÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento, serão atribuídos às partes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias), e ainda, por ~~infringência~~ descumprimento de quaisquer Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO

~~É facultado ao IBAMA, no caso de paralisação parcial ou total das atividades inerentes ao objeto do presente Instrumento, assumir a execução destas, para evitar a descontinuidade da implementação do programa.~~

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS ANEXOS VINCULADOS A ESTE INSTRUMENTO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parceras Ulhoa Canto(25/06/02)

- a) Decreto Presidencial de nº... que reconhece o Projeto ARPA como compromisso da República Federativa brasileira.
- b) Documento de Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do MMA/SCA, sendo o documento oficial do Governo Federal do Brasil.
- c) Project Document – do Banco Mundial, sendo o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores.
- d) Portaria (MMA) de criação do Comitê do Projeto, sendo documento oficial do Governo Federal do Brasil que reconhece esta unidade como instância máxima do Projeto ARPA..
- e) Acordo de doação (Grant Agreement nº....) do Banco Mundial (GEF) para o Funbio.
- f) Acordo de doação (nº....) do WWF-Brasil para o Funbio.
- g) Acordo de doação (nº....) do BrasilConnect para o Funbio.
- h) Convênio do MMA com o Funbio para repasse dos recursos do KfW, através do PPG7 para o Funbio.
- i) Convênio de Assistência Técnica entre o GTZ e o Funbio.
- j) Manual de Operações do Projeto ARPA.
- k) Manual de Operações do Projeto ARPA para o Funbio.
- l) Manual do Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP).
- m) Estatuto de Criação do Funbio.
- n) Regimento Interno do Funbio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA ~~TERCEIRA~~ – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem conflitos ou controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação, seja por motivo de interpretação e/ou cumprimento do presente instrumento, as partes concordam em submeter sua(s) controvérsia(s) se submeterão aos institutos de mediação, arbitragem, ou outra diligência que o Comitê do Projeto assim julgar como melhor forma de entendimento para dirimir possíveis contendas.

CLÁUSULA DÉCIMA ~~TERCEIRA~~ QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir eventuais litígios oriundos deste Instrumento.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos de direito, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Brasília, de julho de 2002



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

Versão proposta pelo FUNBIO 26/06/02, após reunião Parceras Ulhoa Canto (25/06/02)

**RÔMULO JOSÉ FERNANDES
BARRETO MELLO**

Presidente Interino do IBAMA

PEDRO WILSON LEITÃO FILHO

Diretor Executivo do Funbio

INTERVENIENTE:

MMA

Nome do Representante

TESTEMUNHAS:

CPF:

C.I.:

CPF:

C.I.:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo
Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ARPA Nº

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE E O FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE - FUNBIO, S/C SEM FINS
LUCRATIVOS, CUJO OBJETIVO É A
IMPLEMENTAÇÃO DA CONSENSÃO SOBRE A
DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO ÂMBITO DO
VISANDO A MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA
PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

O **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE -MMA**, órgão da Administração Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 e Medida Provisória nº 1.795, de 01 de janeiro de 1999 e suas reedições subsequentes, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375/0001-07, doravante denominado **MMA**, neste ato representado por seu Ministro de Estado do Meio Ambiente, **JOSÉ CARLOS CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente na praça Marino Mendes Campos, 12 – Apt. 503, Bairro Anchieta, Belo Horizonte e domiciliado nesta Capital, Carteira de Identidade nº MG-10.735.933 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.735.597-34, conforme atribuição que lhe confere o Decreto Presidencial de 04 de março de 2002, publicado no DOU de 5 de março de 2002, pag. 2, Seção 2 e **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO S/C**, doravante denominado **FUNBIO**, com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, Cep.: 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**, brasileiro, administrador, separado consensualmente, residente e domiciliado à rua Prefeito João Felipe, 450, Santa Tereza, , Cep.: 20.251-140, , na cidade do Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.600.877-72 sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, no que couber, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Instruções Normativas nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, nº 03, de 27 de maio de 1991, e nº 10, de 02 de outubro de 1991, ambas do Departamento do Tesouro Nacional, conforme processo nº, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02

Considerações Preliminares

Considerando que o **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)** consiste no compromisso assumido pela República Federativa do Brasil em 1998, visando a ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no Brasil, em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), como agência implementadora de recursos provenientes do GEF (Global Environmental Facility) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o objetivo de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

Considerando que o Projeto ARPA é um projeto decenal da República Federativa do Brasil, que visa exclusivamente a criação e consolidação de Unidades de Conservação (UCs), tendo como meta proteger 10% da Amazônia brasileira. Para tanto, pretende viabilizar, em sua primeira fase de quatro anos: **a)** a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Usos Sustentável (US), sendo esta última categoria subdividida em Reservas Extrativistas (Rsex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); **b)** a consolidação de UCs de Proteção Integral que totalizam 7 milhões de hectares; e **c)** estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável.

Considerando que o Projeto ARPA conta com recursos de doação do Global Environmental Facility - GEF (cuja agência implementadora é o Banco Mundial ou Bird), do Fundo Mundial para a Natureza do Brasil (WWF-Brasil), do Instituto de Crédito para a Reconstrução (Kfw) por meio do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, da Brasil Connects, além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil.

Considerando a existência do sofisticado arcabouço legal para o meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei de nº 6.938/81 que criou a **Política Nacional do Meio Ambiente**, surgindo como divisor de águas entre uma época de forte industrialização afastada de compromissos ambientais, para tempos de crescimento econômico com forte envolvimento e compromisso com políticas públicas do meio ambiente; a Lei no. 9.935/00, que instituiu o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**, Lei nº 9.985/2000, que trata desde o processo de criação, implantação e consolidação das Unidades de Conservação (UCs), através de diferentes categorias de manejo, permitindo a preservação da biodiversidade, por meio da construção de mosaicos de Unidades de Conservação (UCs), demonstrando a tradição brasileira de vanguarda em política pública ambiental e social; a **Lei de Crimes Ambientais de nº 9.605/98**, que passou a penalizar aqueles que agem pelo progresso econômico dissociado da proteção e preservação do meio ambiente de nosso país.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

Considerando que o Projeto ARPA é um dos principais projetos governamentais de implementação do SNUC, tendo como princípio fundamental a criação, consolidação e manutenção de UCs com pleno envolvimento e participação efetiva da sociedade brasileira, nas suas mais diversas facções: populações tradicionais, quilombos, povos indígenas, seus representantes e organizações interessadas, dentre outros atores que demonstrem legitimidade para interferir no processo de consulta pública para o processo de criação e consolidação de UCs..

Considerando que para tanto o Presidente da República Federativa do Brasil, em ... publicou no Diário Oficial da União (DOU), **Decreto Presidencial de nº....**, regulamentando o Projeto ARPA.

Considerando que em ... de maio de 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), elaborou **Documento Oficial do Governo Brasileiro** para o Projeto ARPA.

Considerando que para o alcance dos objetivos do Projeto ARPA a que se referem as declarações anteriores, a Lei nº 9.935/00 (SNUC) determina que o IBAMA, é a autarquia federal competente Lei do SNUC, em seu artigo determina que o IBAMA, deverá ser a autarquia federal investida e encarregada de sua implementação.

Considerando que o **Funbio**, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, tendo como missão catalisar ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da diversidade biológica do país, tem como objetivos apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não; promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a Sociedade Civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades; contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e eqüitativas de benefícios para as populações locais; fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares; gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação; implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa.

Considerando que o **Funbio** é originalmente um programa do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), com recursos administrados por este último, provenientes do GEF (Global Environmental Facility), em iniciativa conjunta com o Governo Brasileiro, tendo regras preestabelecidas que regulamentam toda atividade de apoio a projetos que conservem a biodiversidade no Brasil e promovam o uso sustentável dos recursos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02

naturais.

Considerando que o Conselho Deliberativo do **Funbio**, tendo em vista os objetivos que motivam sua existência, aprovou a participação da instituição no Projeto ARPA, para tanto criando uma Comissão Técnica, que vem negociando as condições de participação no referido Projeto.

Considerando que os doadores do Projeto ARPA escolheram o **Funbio** como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação: Grant Agreement com Banco Mundial (GEF) de nº....., vinculado ao Project Document), para a finalidade específica de o **Funbio** atuar como agente implementador das atividades de: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme Project Appraisal Document (PAD), decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **Funbio**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme Project Appraisal Document (PAD), decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **INCRA**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme Project Appraisal Document (PAD), decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **FUNAI**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme Project Appraisal Document (PAD), decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e os **Estados e Municípios** da federação brasileira, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme Project Appraisal Document (PAD), a luz da Lei do SNUC, decidiram por bem estabelecer entre o IBAMA e o **Funbio**, um **Acordo de Cooperação Técnica** a fim de estabelecer responsabilidades, obrigações, direitos e deveres acerca da execução das



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

atividades designadas ao **Funbio** de: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); e **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA, mencionadas anteriormente.

Considerando que as Partes têm pleno conhecimento dos dados, termos e condições constantes do Documento Oficial do Governo Brasileiro, *Project Appraisal Document (PAD)*, Acordo de Doação e demais documentos relacionados ao Projeto ARPA, que, por referência e para todos os efeitos, fazem parte integrante deste documento

Considerando que a característica declaratória dos dados constantes tanto no Documento Oficial do Governo Brasileiro, como no Project Document (vinculado ao Granta Agreement nº...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio, todos mencionados anteriormente, e dos instrumentos que dele resultaram, especialmente o demais acordos de doação, e os Planos Operativos Anuais (POAs), que fazem parte do presente para todos os efeitos.

Resolvem celebrar o presente termo, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

Para fins deste contrato:

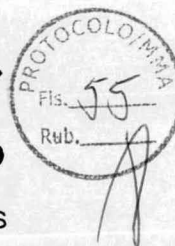
(i) **Convenção sobre Diversidade Biológica** é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 05 de junho de 1992 e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993, cuja autorização do Congresso brasileiro para ratificação ocorreu pelo Decreto legislativo nº 2/94, ratificada pela República Federativa do Brasil em 28 de maio de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/02/98;

(ii) **Decreto Presidencial de nº...** é o documento que dispõe sobre os conceitos, objetivos e instâncias de gestão para o Projeto ARPA, nos termos da ementa do Decreto Presidencial, regulamentando o compromisso da República Federativa do Brasil com o Projeto ARPA.

(iii) **Documento Oficial do Governo Brasileiro (Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA)** é o documento contendo, de forma genérica, as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, as metodologias para todo o Projeto. É o documento oficial do Governo Brasileiro.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

Abrange o período total de duração do Projeto. É o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

(iv) *Project Appraisal Document (PAD)* é o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores, celebrado entre o Banco Mundial e o Funbio, e que trata dos seguintes aspectos do Projeto (a) metas e atividades necessárias para alcançá-las, (b) indicadores de desenvolvimento, (c) cronograma físico-financeiro, (d) programação financeira, (e) criação de fundo fiduciário para sustentabilidade das UCs, e (f) captação de recursos junto a outras fontes; é, juntamente com o Documento Oficial do Governo Brasileiro, o instrumento de referência para a celebração de contratos e acordos subsidiários aos Acordos de Doação (conforme a cláusula Décima Segunda).

(v) O Projeto ARPA é o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), contemplados tanto no Documento Oficial do Governo brasileiro, como no *Project Appraisal Document -PAD* (vinculado ao Grant Agreement nº...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio.

(vi) Documentos Oficiais do Projeto ARPA é o conjunto de documentos que regem todo o Projeto ARPA, sendo dentre outros: Decreto Presidencial de nº..., Documento Oficial do Governo Brasileiro, *Project Appraisal Document -PAD*.

(vii) *Grant Agreement* nº... é o contrato mediante o qual o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, na condição de administrador dos recursos do Global Environmental Facility-GEF, doa recursos no montante de 30.000.000,00 *Special Drawing Rights (SDR)* ou Direito Especial de Saque (DES) ao Funbio, com a finalidade específica e exclusiva deste: (a) efetuar compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme previsto nos POAs das Ucs e aprovado pelo Comitê do Projeto ("CP"), de acordo com as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA (b) desenvolver os estudos e projetos pilotos aprovados pelo Comitê do Projeto, relacionados com a implementação do Componente 3 do Projeto ("Sustentabilidade financeira das UCs"), conforme definido no Documento Oficial do Governo Brasileiro; (c) constituir e administrar fundo fiduciário, nos termos do acordo com os doadores, para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

(viii) *Manual do Operativo do Projeto ARPA para o Funbio* é o manual que tem por objetivo orientar as atividades do Projeto a serem desenvolvidas pelo Funbio: (a) efetuar compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme previsto nos POAs das Ucs e aprovado pelo Comitê do Projeto ("CP"), de acordo com as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA (b) desenvolver os estudos e projetos pilotos aprovados pelo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

Comitê do Projeto, relacionados com a implementação do Componente 3 do Projeto ("Sustentabilidade financeira das UCs"), conforme definido no Documento Oficial do Governo Brasileiro; (c) constituir e administrar fundo fiduciário, nos termos do acordo com os doadores, para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

(ix) Coordenação Geral do Projeto (CG) é a instância decisória máxima do Projeto ARPA, composta pelo Ministério do Meio Ambiente ("MMA"), representado pela sua Secretaria Executiva ("SECEX"), Secretaria de Coordenação da Amazônia ("SCA") e Secretaria de Biodiversidade de Floresta ("SBF"), e pelo IBAMA, cabendo especificamente à SECEX a coordenação geral do Projeto ARPA junto às instituições de coordenação governamentais, em articulação com a política ambiental da República Federativa do Brasil, e ações correlatas.

(x) Comitê do Projeto (CP) é a instância deliberativa colegiada, presidida pela SECEX e subordinada à CG, encarregada das seguintes atribuições, conforme escopo dos objetivos do Projeto ARPA: (a) propor, e aprovar estratégias de ação, (b) definir procedimentos e diretrizes, (c) estabelecer critérios para celebração de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto ARPA, (d) analisar e aprovar POAs das UCs, e (e) analisar e opinar sobre relatórios físico-financeiros.

(xi) Painel Científico de Aconselhamento do Projeto (PCA) é formado por um quadro de cientistas de universidades, Instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas UCs. O PCA será escolhido e nomeado pelo Comitê do Projeto (CP).

(xii) Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) instituída no âmbito da SCA, possui natureza executiva, com as seguintes atribuições: (a) responsabilidade pelo estabelecimento de relação direta entre o CP e os diferentes executores do Projeto ARPA, (b) promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto ARPA, (c) orientar técnica, financeira e administrativamente os executores do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial, (d) sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, submetendo-os à análise e aprovação pelo CP, (e) receber POAs das UCs e do Funbio, (f) receber os relatórios físico-financeiros de todas os executores do Projeto, consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP, (f) desempenhar a função de secretaria executiva da CG e do CP, e (g) conduzir as reuniões para mediação e solução de controvérsias, solicitadas pelo CP, CG e demais representantes da sociedade civil.

(xiii) Comitê de Mediação para Solução de Controvérsias é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, encarregada da coordenação executiva do projeto ARPA, com a finalidade de *i)* negociar e propor potenciais soluções para questões sociais, relativas a criação e implementação de UCs; *ii)* atuar como fórum de discussão para solução de questões e/ou conflitos relacionadas a populações tradicionais dentro de UCs de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

Proteção estrita. Este grupo deverá ser formado por representantes do CP, sendo MMA, FUNAI, IBAMA, (CNPT e DIREC) e INCRA. O detalhamento das atividades e procedimentos deste Comitê estarão detalhadas no Manual Operativo do Projeto ARPA.

(xiv) Plano Operativo Anual (POA) é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas para execução do Projeto ARPA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Terminologia

Para fins deste contrato:

Convenção sobre Diversidade Biológica é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 05 de junho de 1992 e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993, cuja autorização congressional para ratificação ocorreu pelo Decreto legislativo nº 2/94, ratificada pelo Brasil em 28 de maio de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/02/98;

Decreto Presidencial de nº... é o documento que regulamenta o compromisso da República Federativa brasileira com o Projeto ARPA.

Documento Oficial do Governo Brasileiro é o documento contendo, de forma genérica, as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, as metodologias para todo o Projeto. É o documento oficial do Governo Brasileiro. Abrange o período total de duração do Projeto. É o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

Project Document é o documento contendo todas as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, os indicadores de desenvolvimento, o cronograma físico e a programação financeira para todo o Projeto, criação de um fundo fiduciário para sustentabilidade das UGs, desenvolvimento de estudos e a participação de outras fontes de financiamento. Abrange o período total de duração do Projeto. Junto com o Documento Oficial do Governo Brasileiro é o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

O Projeto é o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), contemplados tanto no documento oficial do governo brasileiro, como no Project Document (vinculado ao Grant Agreement nº...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

Documentos Oficiais do Projeto ARPA é o conjunto de documentos que regem todo o Projeto ARPA, sendo dentre outros: Decreto Presidencial de nº...; Documento Oficial do Governo Brasileiro; Project Document (documento do Banco Mundial); O Projeto.

Grant Agreement nº ... é o contrato fiduciário onde o Banco Mundial (GEF) doa recursos, na ordem de US\$ 30,000,000.00, para o Funbio, com a finalidade específica deste executar: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Manual do Operativo do Projeto ARPA para o Funbio é o manual que tem por objetivo orientar as atividades do Projeto a serem desenvolvidas pelo Funbio: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Coordenação Geral do Projeto (CG) é a instância decisória máxima do projeto ARPA. Composta pelo MMA, através da Secretaria Executiva (SECEX), Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e da Secretaria de Biodiversidade de Floresta (SBF) e pelo IBAMA. A SECEX é responsável pela coordenação geral do Projeto ARPA nas instituições de coordenação governamentais, tendo o papel de fazer articulações com a política ambiental do Brasil e demais ações correlatas.

Comitê do Projeto (CP) é a instância deliberativa colegiada subordinada a Coordenação Geral do Projeto, encarregada de propor, dentro do escopo dos objetivos do Projeto ARPA, aprovar estratégias de ação, definir procedimentos e diretrizes, estabelecer critérios para assinatura de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto, analisar e aprovar os Planos Operativos Anuais (POAs) das UCs, além de analisar e opinar sobre os relatórios físico-financeiros, com base nos objetivos do Projeto ARPA. Este Comitê será presidido pela SECEX.

Painel Científico de Aconselhamento do Projeto (PCA) é formado por um quadro de cientistas de universidades, instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas UCs. O PCA será escolhido e nomeado pelo Comitê do



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio
em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

Projeto.

~~Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) é de natureza executiva, instituída dentro da SCA. Tem a responsabilidade de estabelecer uma relação direta entre o Comitê do Projeto (CP) e os diferentes executores do Projeto, além de promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto. Dentre suas atribuições, o UCP tem a tarefa de orientar técnica e financeira e administrativamente os executores do Projeto, a luz das regras do Banco Mundial, além de sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, encaminhando-os para análise e aprovação pelo Comitê do Projeto; receber POAs; receber os relatórios físico-financeiros de todas as unidades executoras do Projeto, consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP; desempenhar a função de secretaria executiva da Coordenação Geral (CG) e do Comitê do Projeto (CP); ainda encarregado de conduzir as reuniões para mediação e resolução de conflitos, solicitadas pelo Comitê do Projeto (CP), da Coordenação Geral (CG) e demais representantes da sociedade civil.~~

~~Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, encarregada da coordenação executiva do projeto ARPA, com a finalidade de i) negociar e propor potenciais soluções para questões sociais, relativas a criação e implementação de UCs; ii) atuar como fórum de discussão para solução de questões e/ou conflitos relacionadas a populações tradicionais dentro de UCs de Proteção estrita. Este grupo deverá ser formado por representantes do CP, sendo MMA, FUNAI, IBAMA, (CNPT e DIREC) e INCRA. O detalhamento das atividades e procedimentos deste Comitê estarão detalhados no Manual Operativo do Projeto.~~

~~Plano Operativo Anual (POA) é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas físico e financeiro para execução do Projeto ARPA. Tal documento tem também por característica a possibilidade de remodelação durante a execução do projeto, de forma que seus objetivos sejam alcançados e, considerando as circunstâncias que atuam diretamente na execução do Projeto, que seus obstáculos sejam adequadamente superados.~~

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento das responsabilidades referente a de parceria entre o MMA e do Funbio, na implementação das atividades do para a execução do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), respaldadas no Decreto xxxxx, observando o conjunto de documentos oficiais do Projeto ARPA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio
em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02

CLÁUSULA TERCEIRASEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Compete ao MMA, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

5 cab

- a) Coordenar a execução do Projeto ARPA, associado ao Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PP-G7) de modo a garantir a expansão e a consolidação de áreas protegidas no bioma Amazônia, assegurando a conservação da biodiversidade na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.
- b) Criar, num prazo de horizonte de 10 (dez) anos, área com dimensão de 37,5 milhões de hectares de florestas sob proteção na Amazônia por meio da criação, implementação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável) na forma da legislação aplicável;
- c) Garantir a manutenção das unidades de conservação de proteção integral e dos serviços de vigilância das unidades de conservação de uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável);
- d) Garantir que os aportes financeiros necessários para a implementação do Projeto no âmbito governamental serão disponibilizados através dos orçamentos anuais da União;
- e) Criar as instâncias deliberativas do Projeto: a Coordenação Geral (CG) e o Comitê do Projeto (CP), que tomam as decisões no âmbito governamental e geral, respectivamente.
- f) Garantir que as atividades de coordenação operacional do Projeto serão exercidas por uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), secretariada por uma Coordenação Executiva (CE), subordinada ao Comitê de Projeto (CP); e,
- g) Apoiar a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) com a assessoria de um Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos.

II – Compete ao FUNBIO, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

Atender as deliberações do **Comitê de Projeto (CP)** com vistas a:

- a) Desenvolver estudos sobre instrumentos financeiros e legais visando a sustentabilidade financeira de Unidades de Conservação;
- b) Desenvolver projetos pilotos visando a sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação;
- c) adquirir, com os recursos dos doadores, os bens necessários para a implementação dos POAs, previamente definidos e aprovados pelo CP.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

- d) contratar, com os recursos dos doadores, os serviços previamente definidos nos POAs e aprovados pelo CP, ficando desde já acordado entre as partes que os contratados não terão qualquer vínculo empregatício com o IBAMA ou o Funbio; *Como se deve a contratação*
- e) Implementar as atividades contempladas nos documentos oficiais do Projeto ARPA, no que se refere a ~~compras de bens e contratação de serviços~~ (diligenciamento), conforme preestabelecido nos POAs do mencionado Projeto. *previsão dos serviços*
- d)e) Criar e gerir Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP), com vistas a garantir a manutenção das Unidades de Conservação contempladas pelo Projeto ARPA.
- e)f) Implementar as decisões do Comitê do Projeto (CP), salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, regimento interno, ou seu *modus operandi*.

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS

Os bens adquiridos pelo Funbio serão objeto de termo de doação a ser celebrado com o IBAMA ou órgão Estadual ou Municipal ambiental competente por lei, no qual constará descrição detalhada do bem e será estabelecida expressamente a sua vinculação ao Projeto ARPA, sendo vedada a sua utilização para fins diversos daqueles constantes do termo de doação.

Parágrafo Primeiro – Os bens doados serão imediatamente incorporados ao patrimônio do IBAMA ou órgão Estadual ou Municipal ambiental competente por lei.

Parágrafo Segundo – Nos bens móveis e/ou imóveis adquiridos pelo Funbio com recursos dos doadores e objeto de doação ao IBAMA ou órgão Estadual ou Municipal ambiental competente por lei, deverá ser aposta placa ou adesivo, conforme o caso, localizados em local de fácil visualização, contendo os seguintes dizeres: "Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA – Cooperação Técnica IBAMA-Funbio ou ou órgão Estadual ou Municipal ambiental competente por lei."

CLÁUSULA TERCEIRA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito meses), contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser renovado por igual período, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA SEXTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

O presente Termo não prevê a transferência de recursos entre as partes, sendo que cada instituição parte deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, para o cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Único - Quando as ações referidas no caput desta cláusula ~~Parágrafo Primeiro~~ envolverem transferência de recursos financeiros entre as partes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

*Em quais casos?
qual a origem do \$?*

CLÁUSULA SÉTIMAQUINTA - DA RESCISÃO

Os Partícipes podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Termo, sendo-lhes imputada as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

~~Parágrafo Único~~ **PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 ~~30~~ (sessenta) dias, de conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os partícipes, mediante justificativa consubstanciada no Termo Aditivo, obedecidas às disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA NONASÉTIMA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, fica designado o Comitê de Projeto, para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Cooperação Técnica.

~~Parágrafo Único~~ **PARÁGRAFO ÚNICO** - Ao Agente Gerencial Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua Auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Ulhoa Canto 9/06/02)

extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo primeiro único do art. 61, da Lei número 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Instrumento, as partes concordam em submeter sua(s) controvérsia(s) aos institutos de mediação, arbitragem, ou outra diligência que o Comitê do Projeto assim julgar como melhor forma de entendimento para dirimir possíveis contendas.

Na eventualidade de ocorrerem conflitos ou controversas, seja por motivo de interpretação e/ou cumprimento do presente instrumento, as partes se submeterão aos institutos de mediação, arbitragem, ou outra diligência que o Comitê do Projeto assim julgar como melhor forma de entendimento para dirimir possíveis contendas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS ANEXOS VINCULADOS A ESTE INSTRUMENTO

- a) Decreto Presidencial de nº... que reconhece o Projeto ARPA como compromisso da República Federativa brasileira.
- b) Documento de Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do MMA/SCA, sendo o documento oficial do Governo Federal do Brasil.
- c) Project Document – do Banco Mundial, sendo o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores.
- d) Portaria (MMA) de criação do Comitê do Projeto, sendo documento oficial do Governo Federal do Brasil que reconhece esta unidade como instância máxima do Projeto ARPA..
- e) Acordo de doação (Grant Agreement nº....) do Banco Mundial (GEF) para o Funbio.
- f) Acordo de doação (nº....) do WWF-Brasil para o Funbio.
- g) Acordo de doação (nº....) do BrasilConnect para o Funbio.
- h) Convênio do MMA com o Funbio para repasse dos recursos do Kfw, através do PPG7 para o Funbio.
- i) Convênio de Assistência Técnica entre o GTZ e o Funbio.
- j) Manual de Operações do Projeto ARPA.
- k) Manual de Operações do Projeto ARPA para o Funbio.
- l) Manual do Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS



MINUTA 14/06/02 proposta pelo MMA com sugestões de alterações feitas pelo Funbio em 26/06/02, após Parecer do Uirua Canto 9/06/02

litígios oriundos deste Instrumento, ressalvados os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2002.

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

PEDRO WILSON LEITÃO FILHO
Diretor Executivo
FUNBIO

TESTEMUNHAS:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Coordenação da Amazônia



Memo nº 1176/2002 /ARPA/SCA

À Secretária de Coordenação da Amazônia
Dra. Mary Allegretti

Brasília, 28 de junho de 2002

Senhora Secretária,

Dando continuidade ao processo de preparação das Negociações do Projeto ARPA, encaminho Documento com comentários sobre a Minuta do Acordo do GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY TRUST FUND GRANT AGREEMENT (AMAZON REGION PROTECT AREAS PROJECT). Os comentários são resultado de reuniões bilaterais e conjuntas envolvendo a equipe do Projeto ARPA (MMA/SCA), do MMA/SCA, do IBAMA, da Assessoria Internacional do MMA, do Consultoria Jurídica do MMA, da Procuradoria do IBAMA, da SEAIN (MPO) e do FUNBIO.

Atenciosamente,

AURÉLIO VIANNA JR
Coordenador do Projeto ARPA

Considerações preliminares:



1. Os contratos do Projeto ARPA devem refletir sua complexidade de articulação institucional, devendo assim ser analisados em conjunto e não isoladamente;
2. Neste sentido, do ponto de vista do Governo, o Projeto tem como documento principal o DECRETO PRESIDENCIAL, seguido do Documento de Projeto e do PAD (do Banco Mundial), do Memorando de Entendimentos, do Acordo entre o BIRD-GEF-FUNBIO, do Acordo entre MMA e FUNBIO, do Acordo entre IBAMA e FUNBIO (com a interveniência do MMA), dos Termos de Cooperação entre o MMA e o IBAMA e a FUNAI, dos Acordos com Estados e Municípios, do Manual Operacional do Projeto, além das Portarias do MMA relativas ao Projeto.
3. O Projeto ARPA é um Projeto Governamental para o qual foi estabelecido um Projeto-Doação entre o Banco Mundial e o FUNBIO. É importante destacar que para o Governo o Acordo de doação do Banco Mundial ao FUNBIO é subsidiário ao Decreto, ou seja, ao Projeto Governamental, ainda que na nomenclatura do Banco os ACORDOS ou DOCUMENTOS SUBSIDIÁRIOS sejam o Decreto, os Acordos com o FUNBIO, etc.
4. Neste sentido, o Acordo entre o Banco Mundial e o FUNBIO deve resguardar sua subsunção aos Documentos principais. Ou seja, deve tratar exclusivamente dos compromissos assumidos pelo Banco (como gerente do GEF) e do FUNBIO (como gestor do Fundo fiduciário e executor de parte do Projeto). *sem parte* O Governo, que não é interveniente do referido contrato, deve ter sua posição resguardada e garantir que o referido Acordo garanta a boa participação das partes no Projeto Governamental.
5. A vinculação do Projeto-Doação com o Projeto ARPA é a garantia para as partes de sua boa implementação e execução. Nesse sentido, quando for o caso, o Projeto-Doação fará referência aos outros Documentos governamentais.
6. As salvaguardas em relação do Projeto-Doação devem garantir sua boa execução pelo FUNBIO. As salvaguardas do FUNBIO em relação à sua participação no Projeto ARPA devem estar colocadas nos Acordos entre o FUNBIO e o MMA e o IBAMA.

ANEXO:

MINUTA DO BANCO MUNDIAL COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

- Agende : 1º, 2, 3 julho
DM
- definição de projeto



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Coordenação da Amazônia



Memo nº 1271 / 2002 / ARPA/SCA

À Secretária de Coordenação da Amazônia
Dra. Mary Allegretti

Brasília, 10 de julho de 2002

Senhora Secretária,

Dando continuidade ao processo de **Negociações do Projeto ARPA**, encaminho a listagem das iniciativas tomadas com vistas ao término das Negociações, em Brasília, no próximo dia 10.

Atenciosamente,

AURÉLIO VIANNA JR
Coordenador do Projeto ARPA

10/07 14h00 30. andar Banco 68 Rdb.

Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)

- O Projeto Áreas Protegidas da Amazônia, em reunião realizada no Banco Mundial em Brasília, na semana de 1º a 5 de julho de 2002, iniciou a fase de negociações, que devem ser concluídas na próxima quarta-feira, dia 10 de julho.
- O Projeto, para a finalização das negociações na quarta-feira necessita:
 1. Verificar o meio legal (o formato legal) em que a República Federativa do Brasil, ou o Governo brasileiro, aparecerá nos contratos; *União*
 2. Acordar o texto do Contrato de Doação do BIRD-GEF para o FUNBIO, dentro da concepção do mesmo como um instrumento de um Projeto (ou Programa) GOVERNAMENTAL. As condicionalidades solicitadas pelo Banco ao Governo NÃO deverão fazer parte do corpo deste Contrato, mas do Contrato Subsidiário (MMA-FUNBIO e do Contrato IBAMA (FUNBIO-IBAMA com a interveniência do MMA) e do Documento Socioambiental; e,
 3. Apresentar o Documento Socioambiental do Governo brasileiro (em anexo).
 - Para a assinatura do Contrato o Governo brasileiro (MMA-IBAMA) em conjunto com o FUNBIO deverá apresentar em 15 dias uma minuta de Manual Operacional do Projeto, conforme itemização em anexo, que já está sendo elaborada por um consultor contratado sob a coordenação da Unidade de Coordenação do Projeto ARPA.
 - As seguintes atividades deverão estar concluídas como parte das condições de efetivação do Projeto ARPA.

- FUNBIO apenas agenciamento financeiro*
1. Elaboração e encaminhamento da Minuta de Portaria que cria o Comitê de Projeto do ARPA (encontra-se na CONJUR-MMA); *Ata do Documento / Parques do Brasil SCA*
 2. Solicitação à Comissão de Coordenação Conjunta do PP-G7 da inclusão do ARPA como Projeto Associado (já encaminhada ao Secretário Executivo do PP-G7 que a destinará à CCB do PP-G7);
 3. Elaboração de Minuta da Carta de Entendimentos entre o Governo brasileiro, Banco Mundial e WWF (minuta elaborada e encaminhada à CONJUR-MMA);
 4. Revisão da minuta de Decreto Presidencial que cria o ARPA (documento encaminhado à SCA em 10/06 e à CONJUR); *encaminhar amanhã*
 5. Elaboração de Minuta de Carta de Encaminhamento do Documento Socioambiental do Governo e leitura (não objeção) da minuta da Carta de Implementação do FUNBIO;

Contrato / convênio ?

Termo de Cooperação ?

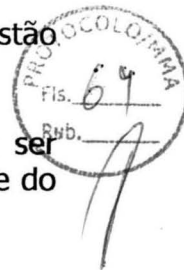
Prestação de contas



6. Minuta do Acordo entre o MMA/IBAMA e FUNBIO (dois documentos estão elaborados e encontram-se na CONJUR);
7. Minuta do Acordo entre MMA e MDA-INCRA (elaborada pela SCA, deverá ser negociado com o MDA- INCRA) que já foi encaminhada à Dra. Fani Mamemde do MDA;
8. Minuta do Acordo entre o MMA e FUNAI (elaborada pela SCA, deverá ser negociada com a FUNAI) que já foi encaminhada à Dra. Themis Magalhães; e,
9. Elaboração de um Termo de Cooperação entre o Projeto ARPA e o PDPI, em discussão com o Dr. Jorg Zimmerman.

- Outras iniciativas já foram tomadas com vistas à efetivação do Projeto.

1. Solicitação aos doadores privados de uma Minuta de Contrato de doação (WWF e BrasilConnects), a ser respondido pela Dra. Zita Muller;
2. Inclusão na Proposta orçamentária de 2003 de recursos do KfW para o projeto ARPA (já realizado);
3. Responder à demanda da ABC sobre a disponibilização pelo governo alemão de um milhão de euros para cooperação técnica; e,
4. Dar os encaminhamentos necessários à internalização dos recursos do KfW (em execução).



PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

Manual Operacional do Projeto

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO

O Manual e sua Estrutura.....	
A quem se destina.....	
Em caso de dúvidas.....	
Sugestões e atualização.....	

1 ESTRATEGIA E OBJETIVOS:

- 1.1 Introdução
- 1.2 Contexto do Projeto
- 1.3 Princípios
- 1.4 Objetivos.
- 1.5 Formato e Fases da Iniciativa de 10 anos
 - 1.5.1 Gatilhos de Mudança de fase
- 1.6 Estrutura do Projeto e sua Implementação
 - 1.6.1 Visão geral do Projeto
 - 1.6.2 Componentes e Subcomponentes

2. ESTRUTURA GERENCIAL:

2.1 Atores e responsabilidades

- 2.1.1 Executores (MMA, IBAMA, FUNBIO, Estados, Municípios)
- 2.1.2 Parceiros (PPG-7, FUNAI, INCRA, ONGs)
- 2.1.3 Beneficiários (Populações tradicionais, comunidades locais, etc...)

2.2. Instancias decisorias do Projeto.

- 2.2.1 Comitê do Projeto
- 2.2.2 Unidade de Coordenação do Projeto
- 2.2.3 Comitê de Mediação de Conflitos
- 2.2.4 Painel Científico Assessor
- 2.2.5 Comissão técnica do FUNBIO
- 2.2.6 Unidade de coordenação do FUNBIO (PROARPA)
- 2.2.7 Comitê consultivo das UCs (rotina 35)

3. FINANCIAMENTO

- 3.1 Fontes e Doadores



4. CICLO DE GERENCIAMENTO DO PROJETO

4.1 Gerenciamento por objetivos e componentes

4.1.1. *Componente 1: Criacao de UCs.*

- 4.1.1.1. Analise dos poligonos
- 4.1.1.2. Estudos e verificacao dos limites propostos (certidao negativa da FUNAI, Anexos Socioambientais)
- 4.1.1.3. Consultas locais para criacao (Rotina 32) (Anexos Socioambientais)
- 4.1.1.4. Propostas de criacao
- 4.1.1.5. Estabelecimento das UCs de protecao integral (decreto, conselho da area, regularizacao fundiaria (rotina 33), demarcacao, plano basico, anexos socioambiental)
- 4.1.1.6. Estabelecimento das reservas extrativistas e de uso sustentavel (decreto, conselho da area (rotina 35), regularizacao fundiaria, demarcacao, plano basico e plano de manejo de uso multiplo (rotina 34))

4.1.2. *Componente 2: Consolidacao de UCs existentes (de protecao integral)*

- 4.1.2.1. Procedimentos e criterios de eligibilidades de UCs serem consolidadas (Rotina 31) (Anexos Socioambientais, Anexo 14)
- 4.1.2.2. Regularizacao fundiaria e demarcacao das UCs existentes (Rotina 33)
- 4.1.2.3. Plano basico das UCs existentes
- 4.2.3.4. Plano de manejo e implementacao (Rotina 34 do plano de manejo de uso integral) (termo de cooperacao com o PDPI)
- 4.2.3.5. Participacao comunitaria (Rotina 35 sob estabelecimento do conselho da area e Rotina 36 sob sub-projetos)
- 4.2.3.6. Treinamento

4.1.3. *Componente 3: Mecanismos de sustentabilidade financeira de UCs.*

- 4.1.3.1. Fundo de Areas Protegidas (Volumen separado do Manual Operacional)
- 4.1.3.2. Estudos e sub-projetos de geracao de rendas. (Rotina 36)

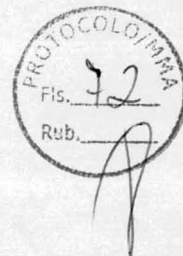
4.1.4. *Componente 4. Sistema de Monitorio das UCs. (Rotina 37 sob a monitoria de biodiversidade)*

4.2 Gerenciamento administrativo e financeiro

4.2.1 Programação: Planos Operativos Anuais (Rotinas 01 a 05)

4.2.2 Procedimentos de aquisicoes (Rotinas 06 a12)

4.2.3 Procedimentos financeiros (Rotinas 13 a 20)



4.2.4 Preparacao de relatorios (Anexo 1)

4.2.5 Auditoria anual

4.2.6 Monitoramento

4.4.2 Indicadores e Metas

4.4.2 Revisão de Meio Termo

4.4.3 Acompanhamento (Rotinas 22 a 30)

4.4.4 Verificacao do cumprimento dos criterios de eligibilidades para consolidacaco de UCs de uso integral.

4.4.5 Verificacao das condicoes minimas para participacao da UC no projeto (pessoal minimo, estrutura administrativa, etc..)

PROCESSO DE GERENCIAMENTO – DESCRIÇÃO DE ROTINAS

Rotina 01 – Orçamentação

Rotina 02 – Diretrizes para Elaboração e Revisão do POA

Rotina 03 – Elaboração das Propostas de POA

Rotina 04 – Consolidação do POA

Rotina 05 – Aprovação e Formalização do POA

Rotina 06 – Especificação de Bens, Obras e Serviços de Consultoria

Rotina 07 – Processo Competitivo para Aquisição de Bens, Realização de Obras e Seleção de Consultores

Rotina 08 – Contratação de Fornecedores de Bens, Obras e Serviços de Consultoria

Rotina 09 – Execução dos contratos

Rotina 10 – Entrega de Bens e Serviços nas Unidades de Conservação

Rotina 11 – Fiscalização dos Fornecedores de Bens, Obras e Serviços

Rotina 12 – Supervisão dos Órgãos Executores

Rotina 13 – Faturamento dos Contratos

Rotina 14 – Encerramento dos Contratos

Rotina 15 – Medidas Preliminares para a Gestão Financeira

Rotina 16 – Liberação de Recursos

Rotina 17 – Pagamento

Rotina 18 – Comprovação de Gastos

Rotina 19 – Geração de Recursos Externos

Rotina 20 – Prestação de Contas

Rotina 21 – Procedimento para Qualificação de UCs Estaduais

Rotina 22 – Acompanhamento pelo Órgão Executor

Rotina 23 – Acompanhamento pela Unidade de Gerenciamento do Projeto

Rotina 24 – Acompanhamento pela Coordenação Executiva do Projeto

Rotina 25 – Acompanhamento pelo Comitê do Projeto

Rotina 26 – Monitoramento Geral do Projeto



- Rotina 27 – Revisão dos Indicadores de Resultados.
- Rotina 28 – Levantamento de Dados e Cálculo de Indicadores
- Rotina 29 – Análise de Desempenho de Resultados
- Rotina 30 – Indicação das Medidas Corretivas
- Rotina 31 - Procedimentos e criterios de eligibilidades de UCs serem consolidadas (resolucao de conflitos)
- Rotina 32 – Consultas locais para criação de UCs
- Rotina 33 – Regularização fundiária
- Rotina 34 – Roteiro metodológico dos Planos de Manejo (uso integral e de uso múltiplo)
- Rotina 35 – Estabelecimento do Conselho Consultivo das UCs
- Rotina 36 – Procedimentos para aceitação, verificação dos possíveis impactos ambientais e monitoramento dos sub-projetos
- Rotina 37 – Metodologia de monitoramento de biodiversidade

ANEXOS

- Anexo 1: Modelo de relatório semestral
- Anexo 2: Modelo de contrato com os Estados
- Anexo 3: Modelo de contrato com ONGs.

FROM : ARQMO

PHONE NO. : 55915442617

JUN. 26 2002 05:10F



Oriximiná, 26 de junho de 2002

Ilma. Sra.
Mary Allegretti
Secretária
Coordenação da Amazônia
Ministério do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Nono Andar
70068-000 - Brasília-DF

Prezada Senhora,

Nós escrevemos para senhora para tratar do **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia e da participação das comunidades quilombolas** nesta importante iniciativa do governo.

Nós somos da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná que representa as 27 comunidades quilombolas do município paraense de Oriximiná.

Os quilombolas desta região somam cerca de 6.000 pessoas que ocupam sete territórios com dimensão total de cerca de 600.000 hectares.
Metade de nossos territórios (300.613,5214 hectares) já foi titulada de forma coletiva pelo INCRA e pelo Instituto de Terras do Pará, entre 1995 e 2000.

Dos sete territórios quilombolas de Oriximiná, temos que três (Alto Trombetas; Jamari/Último Quilombo e Moura), ocupados por 11 comunidades, estão incidentes na Reserva Biológica do Trombetas e na Floresta Nacional Saracá-Taquera.

Estas unidades de conservação foram criadas em terras ocupadas pelos quilombolas desde o século XIX como comprovam muitos documentos históricos e estudos científicos.

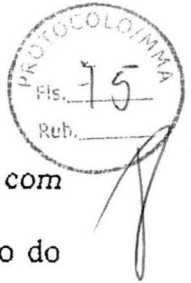
A história da instalação destas unidades é muito triste para nós, pois o IBDF e IBAMA foram muito violentos e injustos conosco.
Até 1995/1996, o IBAMA não tinha qualquer diálogo com os quilombolas e só agia na base da repressão.

Felizmente, hoje a ARQMO tem um bom diálogo com o pessoal do IBAMA desde os funcionários da Floresta Nacional Saracá-Taquera, a Unidade de Santarém e de Belém. Foi na pessoa da senhora Selma Bara (quando esta era responsável pelo IBAMA em

FROM : ARQMO

PHONE NO. : 55915442617

JUN. 26 2002 05:11PI



Desde 2000, desenvolvemos uma programação de educação ambiental em parceria com a equipe da Floresta Nacional Saracá-Taquera.

A ARQMO integra o Conselho da FLONA e participa do processo de elaboração do plano de manejo da FLONA (iniciado no ano passado).

Embora existam estes avanços ainda temos muita dificuldade de fazer com que o IBAMA reconheça o nosso direito à propriedade de nossas terras conforme está escrito no artigo 68 do ADCT da Constituição Federal.

Ninguém no IBAMA que tratar deste assunto.

Parceria só para outras questões que não envolvam a regularização fundiária de nossas terras.

Por isso ficamos muito alegres quando lemos no Documento Socioambientais do Projeto ARPA (divulgado no site do Ministério do Meio Ambiente) que:

"A estratégia do Projeto de constituição de mosaicos com Unidades de Conservação de diferentes categorias de manejo, fundamentada na prerrogativa Constitucional que garante às populações indígenas e quilombolas prevalência de suas terras em relação às Ucs [...]" (página 9 - grifos nossos).

Ganhamos uma nova esperança de solução para as terras de quilombo Alto Trombetas, Jamari/Último Quilombo e Moura.

E escrevemos para dizer que a ARQMO (organização que representa as 27 comunidades de Oriximiná e integra a direção da Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas do Baixo Amazonas e da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas do Pará) **deseja participar do processo de discussão e implementação do Projeto ARPA** procurando garantir a voz e os direitos dos quilombolas e colaborando com a Coordenação da Amazônia/MMA.

Lemos que vai ser criado um Comitê Paritário de Gestão do Projeto ARPA composto por Governo e sociedade civil organizada e vimos desde já manifestar nosso interesse em participar deste comitê.

Queremos também acompanhar o Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos e pedimos que a senhora dê especial atenção ao caso das duas unidades de conservação (REBIO Trombetas e FLONA Saracá-Taquera) que foram criadas em nossas terras na década de 70 e 80.

Solicitamos que situação seja solucionada já na primeira fase do Projeto ARPA.

Sabemos da importância da preservação e conservação da natureza e da biodiversidade e quando pedimos a titulação de nossas terras não desconhecemos isso.

Tanto assim que desenvolvemos desde 1998 um projeto que tem por objetivo justamente possibilitar o uso sustentado de nossas terras.

Trata-se do Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas executado em parceria com a Comissão Pró-Índio de São Paulo e que no último dia 13 de junho foi premiado pelo Prêmio Banco Mundial de Cidadania.

FROM : ARQMO

PHONE NO. : 55915442617

JUN. 26 2002 05:11F



Muitas ações foram feitas dentro deste projeto inclusive o zoneamento dos territórios quilombolas através da parceria com a Embrapa-Amazônia Oriental.
Em anexo, encaminhamos as publicações do projeto para o seu conhecimento.

O esforço dos quilombolas deve somar-se ao do Governo para chegarmos a um sistema que garanta a melhor proteção do meio ambiente da Bacia do Rio Trombetas e garanta também o respeito à nossa cultura e aos nossos direitos.
Esperamos que a senhora seja a nossa aliada neste o objetivo.

Cordialmente,

Socorro de Oliveira Pereira

Antonio Carlos Printes

Domingos Printes

Marcelo Roberto de Souza

Yosé Silvano Silva Santos

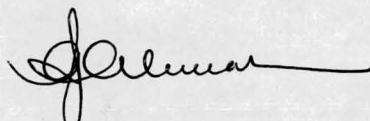
Anarcino da Silva cordeiro

Raimundo Celestino Andrade dos Santos

Daniel de Souza

Do Dr. Luciano Carlesso,
para análise.

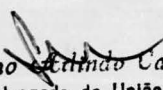
25/09/02



Gisela Santos de Alencar
Consultora Jurídica
OAB/DF 9709


1. Junte-se cópias das mensagens de convocação da reunião realizada no dia 3/10/2002, sobre os pedidos subscritos do Programa ARPA, bem como a lista de presença.
2. Ao Sr. Valtir OTAVIANO, no perti número.

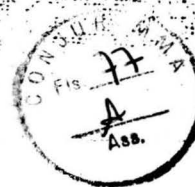
BSB 07/10/2002


Luciano Carlesso
Advogado da União
CONJUR/MMA

P/ Dr.ª Jânia Araiz

Encaminhado - nos conforme solicitado.
07/10


Valtir Otaviano Júnior
Advogado da União
CONJUR/MMA



Agência
Fax Expediente
01/10/02

REGISTO TRANSMISSAO

HORA : 01/10/02 16:50
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGE	A	MODO	STATUS
675	26/09	13:09	00:00	00			NG 80
676	26/09	13:11	00:00	00	3462361		OK 30
677	26/09	13:13	00:58	01	0613196331	HS	OK
678	30/09	14:40	15:49	14	32260442	G3	OK
679	30/09	15:26	00:51	01	330156619650	G3	OK
680	01/10	09:47	01:41	02	55312210155	G3	OK
681	01/10	15:25	01:10	01		G3	OK
682	01/10	16:12	11:31	07	3233545	G3	OK
683	01/10	16:29	09:15	09	014012252392	G3	OK
684	01/10	16:40	08:55	09		G3	OK

REGISTO RECEPCAO

HORA : 01/10/02 16:50
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGE	DE	MODO	STATUS
836	30/09	09:19	01:25	01	0612250564	G3	NG 80
837	30/09	09:21	01:32	02	0612250564	G3	OK
838	30/09	09:24	00:49	01	0612250564	G3	OK
839	30/09	12:29	01:11	02		G3	OK
840	30/09	15:21	00:00	00	002103156616950		OK 30
841	30/09	15:23	00:40	00		G3	P NG 80
842	30/09	16:25	01:16	02		G3	OK
843	30/09	16:42	07:32	10	713418099	G3	OK
844	01/10	09:44	00:08	00	0212122210155	G3	P NG 33
845	01/10	13:53	07:52	12	613218277	G3	OK



REGISTO TRANSMISSAO

HORA : 02/10/02 14:37
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGS	A	MODO	STATUS
680	01/10	09:47	01:41	02	55212210155	G3	OK
681	01/10	15:25	01:10	01		G3	OK
682	01/10	16:12	11:31	07	2230545	G3	OK
683	01/10	16:38	09:15	05	014812252392	G3	OK
684	01/10	16:40	08:55	09		G3	OK
685	01/10	16:51	08:52	06	0813214102	G3	OK
686	01/10	17:02	09:53	08	813173676	G3	NG 80
687	02/10	10:43	08:46	06		G3	OK
688	02/10	14:24	08:12	03		G3	NG 12
689	02/10	14:33	03:46	01		G3	OK

REGISTO RECEPCAO

HORA : 02/10/02 14:38
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGS	DE	MODO	STATUS
840	30/09	15:21	00:00	00	002133156616950		OK 30
841	30/09	15:23	00:40	00		G3	NG 80
842	30/09	16:25	01:16	02		G3	OK
843	30/09	16:42	07:32	10	713418099	G3	OK
844	01/10	09:44	00:08	00	0213133310155	G3	NG 33
845	01/10	13:52	07:52	12	613218277	G3	OK
846	01/10	20:41	00:51	01		G3	OK
847	02/10	09:19	02:03	01		G3	OK
848	02/10	09:55	03:17	03		G3	OK
849	02/10	11:46	02:33	03		G3	OK



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" - 5º andar - Brasília/DF
Tel: (61) 317-1179 - FAX (61) 321-4657**

DESINATÁRIO: Dr. Vicente Gomes da Silva

**Procurador-Geral do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-
IBAMA**

Nº do FAX: (61) 322-4115

Data: 1º de outubro de 2002

Nº de Pág.: Esta + 9 (nove)

Nº do Documento: S/Nº 32

MENSAGEM

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, venho convidá-lo para participar de reunião sobre Acordos Subsidiários do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, a realizar-se na Sala de Reuniões desta Consultoria Jurídica/MMA, bloco "B", 5º andar, sala 545, das 9h às 12h do próximo dia 3 de outubro de 2002.

Antecipadamente, agradeço sua atenção e solicito confirmação de presença pelo telefone 317-1179.

Atenciosamente,


GISELA SANTOS DE ALENCAR
Consultora Jurídica



ANEXO 6

Termos e Condições do Acordo de Implementação do MMA, do Acordo de Implementação do IBAMA, dos Acordos de Cooperação com Estados e dos Acordos de Cooperação com Municípios

1. Acordo de Implementação do MMA

O Acordo de Implementação do MMA conterá as seguintes disposições:

(a) o MMA verificou e confirmou a viabilidade e prioridade do Projeto e fará o seguinte:

- (i) (A) executará as Partes A, B (com exceção de sua seção B.4 (a) (ii)), D e E (b) do Projeto com a devida diligência e eficiência e em conformidade com normas e práticas administrativas, financeiras, sociais e ambientais e de acordo com o disposto no Acordo de Doação do Fundo Fiduciário do GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente), no Manual Operacional, no Manual do Fundo de Dotação, no POA aprovado, na Estrutura de Reassentamento e na Estratégia Indígena;
- (B) disponibilizará, sem demora, os fundos, serviços e outros recursos necessários para a execução das Partes A, B (com exceção de sua seção B.4 (a) (ii)), D e E (b) do Projeto; e
- (C) atuará em coordenação com o IBAMA, o INCRA, a FUNAI e outras instituições nacionais e internacionais no sentido de garantir que essas instituições disponibilizem, sem demora, os fundos, serviços e outros recursos necessários para a implementação da Estrutura de Reassentamento e da Estratégia Indígena; e
- (ii) estabelecerá e manterá, no decorrer da implementação do Projeto:
 - (A) um comitê responsável por supervisionar a implementação do Projeto;
 - (B) um comitê responsável por fornecer orientações políticas e estratégias no decorrer da implementação do Projeto;
 - (C) um painel científico responsável por assessorar a identificação de novas áreas protegidas;
 - (D) uma unidade responsável por coordenar a execução e o monitoramento do Projeto; e



- (E) um comitê responsável pela administração de conflitos sociais que possam surgir em decorrência da implementação do Projeto,

todos os quais com responsabilidades, estruturas, composição e funções acordadas com o Banco

- (b) o MMA deverá:

- (eu) manter políticas e procedimentos adequados para permitir que ele monitore e avalie continuamente, de acordo com os Indicadores de Desempenho, a execução das Partes A, B, (com exceção de sua seção B.4 (a) (ii)), D e E (b) do Projeto e a realização de seus objetivos;
- (ii) preparar, em conformidade com termos de referência acordados com o Banco, e apresentar ao Banco dentro de um prazo máximo de um ano após a Data de Entrada em Vigor e a cada seis meses após essa data no decorrer do período de implementação do Projeto, relatórios sobre os resultados integrados das atividades de avaliação realizadas em conformidade com o subparágrafo (i) do presente parágrafo e sobre o progresso alcançado na execução dessas Partes do Projeto no decorrer do semestre que antecede a data desses relatórios, os quais deverão indicar medidas recomendadas para garantir a eficiente execução dessas Partes do Projeto e a realização de seus objetivos no decorrer do semestre posterior a essa data; e
- (iii) avaliar com o Banco, na maior brevidade possível após a sua elaboração, os relatórios mencionados no parágrafo (ii) desta Seção e, posteriormente, tomar todas as medidas necessárias para garantir a eficiente conclusão das Partes A, B (com exceção de sua seção B.4 (a) (ii)), D e E (b) do Projeto e a realização de seus objetivos com base nas conclusões e recomendações dos mencionados relatórios e levando em consideração as opiniões do Banco sobre a questão.

(c) até o dia 30 de setembro de cada ano no decorrer da implementação do Projeto, a partir do dia 30 de setembro de 2003, o MMA deverá preparar juntamente com o IBAMA ou os Estados e Municípios, conforme o caso, e apresentar ao Banco o plano e orçamento operacional anual acordado com o Banco detalhando as atividades do Projeto para as Partes A, B (com exceção de sua seção B.4 (a) (ii)), D e E (b) propostas para execução no decorrer do ano subsequente e suas respectivas fontes de financiamento, todas aprovadas em conformidade com os procedimentos previstos no Manual Operacional.

(d) o MMA executará as Partes A, B (com exceção de sua seção B.4 (a) (ii)), D e E (b) do Projeto de acordo com um manual acordado com o Banco, o qual deverá incluir, *inter alia*:

- (i) a estrutura organizacional do Projeto, os requisitos para compras e aspectos financeiros e os procedimentos para a execução, monitoramento e avaliação do Projeto;



- (ii) usar os bens comprados e os serviços contratados pelo Beneficiário em seu nome para os fins para os quais eles foram comprados e contratados; e
- (iii) permitir que o Banco visite os locais e avalie os registros mantidos para o Projeto.

(l) o MMA assinará um acordo com cada Estado e Município, substancialmente em conformidade com os modelos de acordo incluídos no Manual Operacional, incluindo os estabelecidos nos parágrafos 3 e 4 do presente Programa.

(m) O Beneficiário administrará os recursos da Doação de Fundo Fiduciário do GEF para as Partes A, B, D e E do Projeto levadas a cabo pelo MMA e coordenará sua execução.

2. Acordo de Implementação do IBAMA

O Acordo de Implementação do IBAMA conterá as seguintes disposições:

(a) o IBAMA observará, *mutatis mutandis*, as obrigações previstas nos parágrafos (a) (i) e (ii) (A), (b) a (g) e (k) a (m) do parágrafo 1 do presente Programa e, particularmente:

- (i) preparará, analisará e enviará ao PCU os POAs Aprovados para que as Áreas Protegidas existentes sejam consolidadas;
- (ii) realizará estudos técnicos nos polígonos propostos antes da criação de novas Áreas Protegidas aprovadas nos POAs Aprovados;
- (iii) cuidará da supervisão da consolidação do manejo de Áreas Protegidas existentes de RFB aprovadas nos POAs Aprovados; e
- (iv) usará as quantias desembolsadas pelo Beneficiário para financiar os custos recorrentes de Áreas Protegidas Qualificadas para o Fundo de Dotação em conformidade com o Manual do Fundo de Dotação e cada POA Aprovado relevante.

(b) O Beneficiário administrará os recursos da Doação de Fundo Fiduciário do GEF para as Partes A, B, D e E do Projeto.

3. Acordo de Cooperação com Estados

Cada Acordo de Cooperação com Estados conterá as seguintes disposições:

(a) O Estado observará, *mutatis mutandis*, as obrigações estabelecidas nos parágrafos (a) (i), (b) até (g) e (k) até (m) do parágrafo 1 do presente Programa e estabelecerá os mecanismos contratuais ou acordos necessários com seus órgãos para levar a cabo suas obrigações previstas no âmbito do parágrafo (a) (i) acima.



- (ii) critérios para a identificação, criação e consolidação de áreas protegidas;
- (iii) requisitos para a preparação, aprovação e implementação de Planos de Manejo, cada um dos quais deverá incluir os mecanismos estabelecidos para a Área Protegida para, *inter alia*:
 - (A) o monitoramento ambiental;
 - (B) o manejo e o controle de zonas tampão;
 - (C) a vigilância;
 - (D) administração e manutenção;
 - (E) infra-estrutura e equipamentos;
 - (F) contratação de pessoal;
 - (G) cooperação institucional por meio de parcerias, mecanismos de concessão ou outras associações para o manejo da Área Protegida;
 - (H) compensação pela perda de meios de vida;
- (iv) critérios para a seleção de Beneficiárias e para o financiamento de Doações para Subprojetos de Uso Sustentável e Doações para Subprojetos de Geração de Renda;
- (v) requisitos para a seleção, aprovação e implementação de Subprojetos de Uso Sustentável e Subprojetos de Geração de Renda, incluindo os procedimentos de triagem, avaliação, aprovação e monitoramento ambiental e os procedimentos estabelecidos no Programa 5 do presente Acordo;
- (vi) o modelo de acordo para Acordos de Cooperação com Estados e Acordos de Cooperação com Municípios;
- (vii) o modelo de acordo para Acordos de Doação para Subprojetos de Uso Sustentável e Acordos de Doação para Subprojetos de Geração de Renda; e
- (viii) a Estrutura de Reassentamento e a Estratégia para Povos Indígenas.

Na eventualidade de ocorrer algum conflito entre os termos do Acordo de Doação de Fundo Fiduciário do GEF e os termos do Manual Operacional, os termos do Acordo de Doação de Fundo Fiduciário do GEF prevalecerão.



(e) o MMA preparará e apresentará ao Banco para sua aprovação as minutas de Planos de Manejo antes de sua implementação no âmbito da Parte C do Projeto.

(f) o MMA assinará o Acordo de Cooperação com o IBAMA, os Acordos de Cooperação com Estados e os Acordos de Cooperação com Municípios.

(g) o MMA e o MDJ assinarão um Acordo de Cooperação com a FUNAI, sob termos e condições substancialmente em conformidade com os termos e condições previstos na Estratégia para Povos Indígenas, visando estabelecer que, na eventualidade de a criação ou consolidação de uma Área Protegida afetar povos indígenas que vivem numa Área Protegida e em seu entorno, o MMA e a FUNAI observarão os requisitos da Estratégia Indígena e executarão a IAP na forma prevista na mesma.

(h) o MMA e o MDA assinarão um Acordo de Cooperação com o INCRA, sob termos e condições substancialmente em conformidade com os termos e condições previstos na Estrutura de Reassentamento, visando estabelecer que, na eventualidade de a criação ou consolidação de uma Área Protegida exigir a reassentamento de uma População Qualificada ou afetar os meios de vida de uma População Qualificada que viva numa Área Protegida ou em seu entorno, o MMA e o INCRA observarão os requisitos previstos na Estrutura de Reassentamento e executarão os Planos de Reassentamento na forma prevista nos mesmos.

(i) o MMA e o MDA, no caso do Acordo de Cooperação com o INCRA, e o MMA e o MDJ, no caso do Acordo de Cooperação com a FUNAI, exercerão os direitos e observarão suas respectivas obrigações no âmbito do Acordo de Implementação do MMA, do Acordo de Implementação do IBAMA, de cada Acordo de Cooperação com Estados, de cada Acordo de Cooperação com Municípios, do Acordo de Cooperação com o INCRA e do Acordo de Cooperação com a FUNAI, de modo a alcançar os objetivos do Projeto

(j) Para os fins da Seção 9.07 das Condições Gerais, sem limitação às mesmas, o PCU deverá:

- (i) preparar, com base em diretrizes aceitáveis para o Banco, e apresentar ao Banco dentro de um prazo máximo de seis meses após a Data de Encerramento ou em data posterior acordada esse fim com o Banco, um plano para a futura operação das Partes A, B (com exceção de sua seção B.4 (a) (ii)), D e E (b) do Projeto; e
- (ii) proporcionar ao Banco uma oportunidade razoável para trocar opiniões sobre o plano mencionado.

(k) o MMA deverá:

- (i) assistir o Beneficiário na compra de bens, obras e serviços necessários para a execução do Projeto em conformidade com o disposto no Acordo de Doação de Fundo Fiduciário do GEF;



(b) O Beneficiário administrará os recursos da Doação de Fundo Fiduciário do GEF para as Partes A, B, D e E do Projeto.

4. Acordo de Cooperação com Municípios

Cada Acordo de Cooperação com Municípios conterá as seguintes disposições:

(a) O Município observará, *mutatis mutandis*, as obrigações estabelecidas nos parágrafos (a) (i), (b) até (g) e (k) até (m) do parágrafo 1 do presente Programa e estabelecerá os mecanismos contratuais ou acordos necessários com seus órgãos para levar a cabo suas obrigações previstas no âmbito do parágrafo (a) (i) acima.

(b) O Beneficiário administrará os recursos da Doação de Fundo Fiduciário do GEF para as Partes A, B, D e E do Projeto.

5. Disposições Gerais

Todos os acordos contemplados no presente Programa conterão disposições prevendo que, na eventualidade de ocorrer qualquer conflito entre qualquer disposição desses acordos e o Acordo de Doação de Fundo Fiduciário do GEF, as disposições do Acordo de Doação de Fundo Fiduciário do GEF prevalecerão.

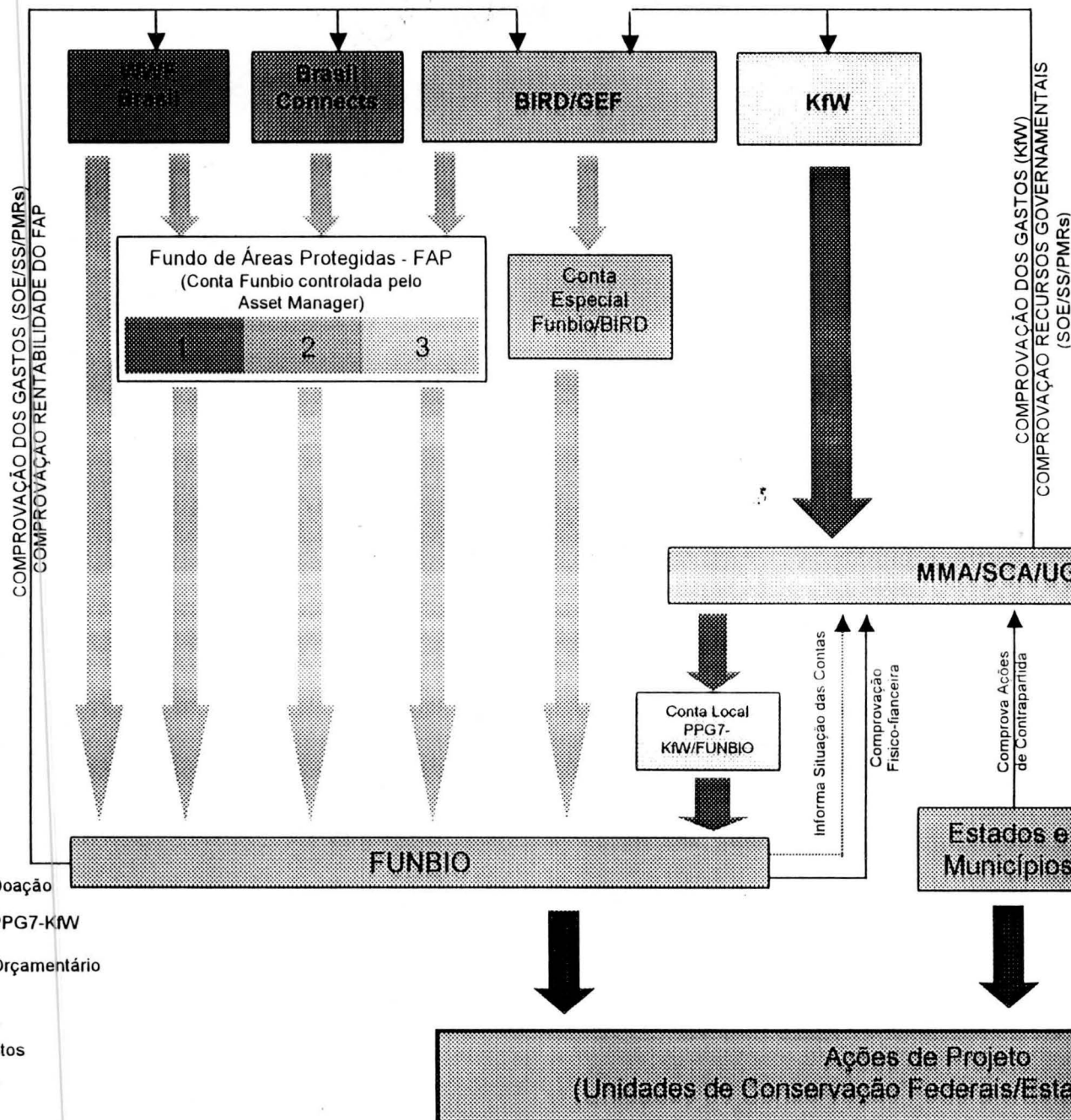


Recursos Financeiros de Doação:

Recursos Financeiros do Governo Federal:

Convenção:

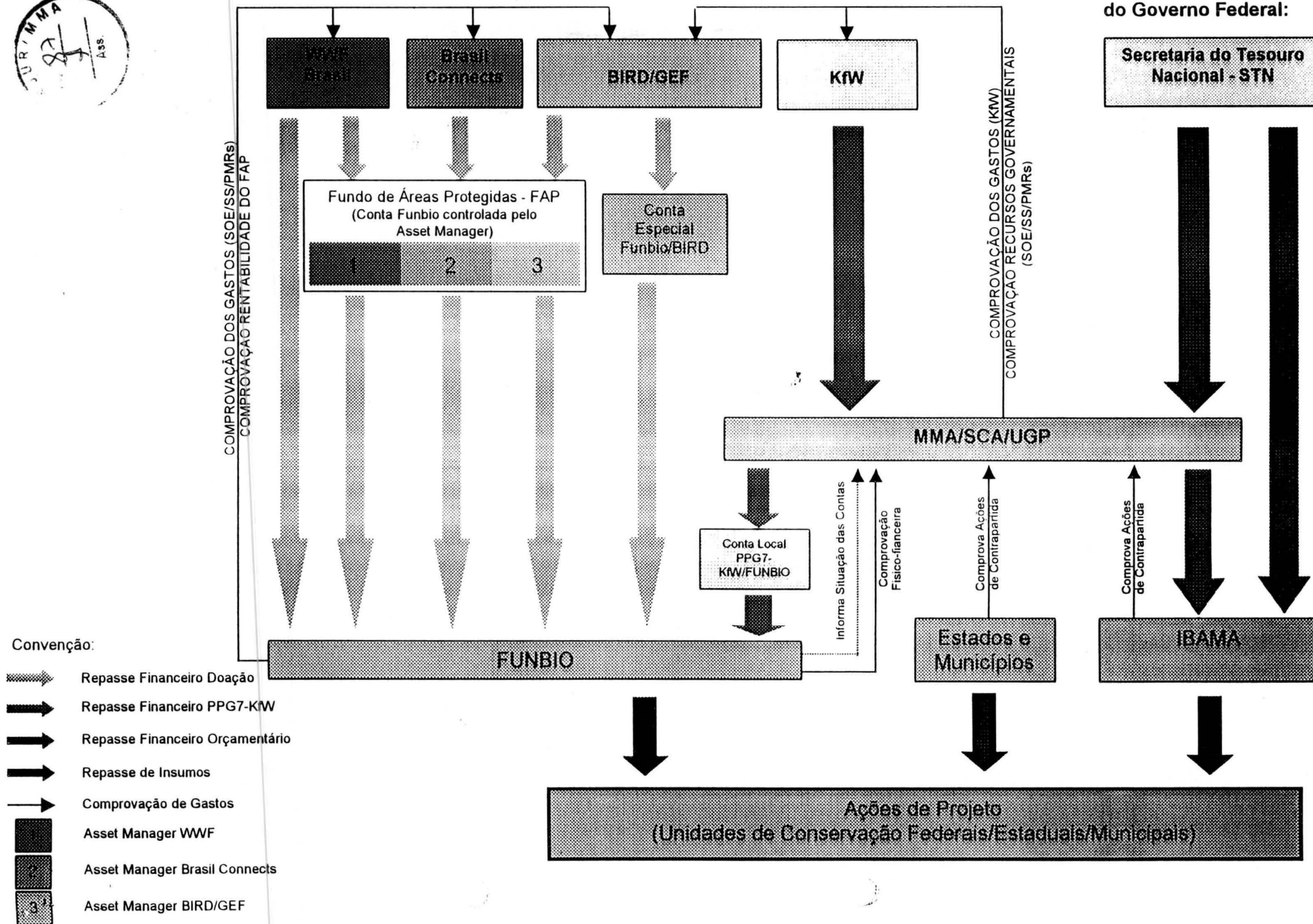
-  Repasse Financeiro Doação
-  Repasse Financeiro PPG7-KW
-  Repasse Financeiro Orçamentário
-  Repasse de Insumos
-  Comprovação de Gastos
-  Asset Manager WWF
-  Asset Manager Brasil Connects
-  Asset Manager BIRD/GEF





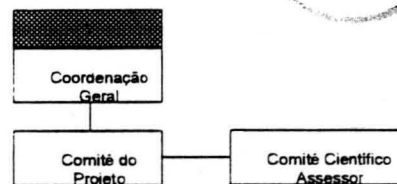
Recursos Financeiros de Doação:

Recursos Financeiros do Governo Federal:

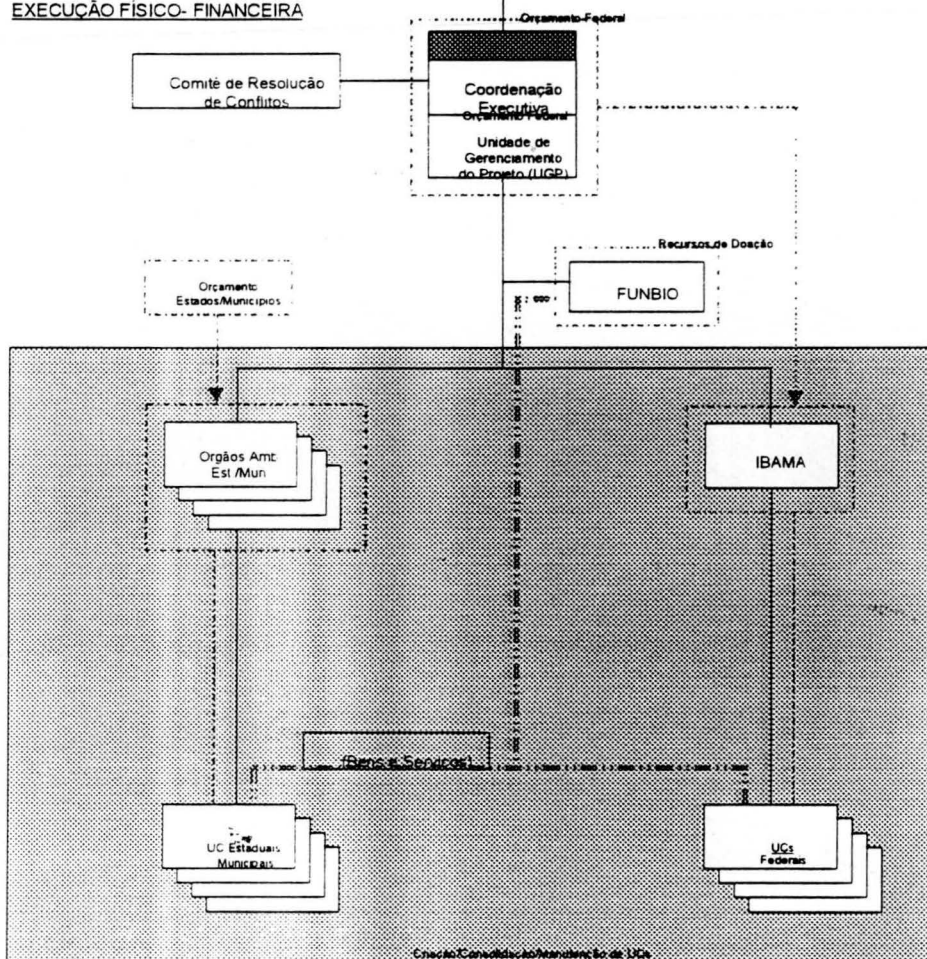




COORDENAÇÃO POLITICO-INSTITUCIONAL



EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA



- Subordinação Técnico-Administrativa
- - - - - Subordinação Orçamentária/Financeira



Agir-se!
"FAX Expedidos/2002"
01/10/02

REGISTO TRANSMISSAO

HORA : 01/10/02 17:00
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGE	A	MODO	STATUS
676	26/09	13:11	00:00	00	3462361		OK 30
677	26/09	13:13	00:52	01	0613196331	HS	OK
678	30/09	14:40	15:49	14	32360442	GS	OK
679	30/09	15:26	00:51	01	320156619650	GS	OK
680	01/10	09:47	01:41	02	55212210155	GS	OK
681	01/10	15:25	01:10	01		GS	OK
682	01/10	16:12	11:31	07	3233545	GS	OK
683	01/10	16:28	09:15	09	014612252392	GS	OK
684	01/10	16:40	08:55	09		GS	OK
685	01/10	16:51	08:52	06	0613314102	GS	OK

REGISTO RECEPCAO

HORA : 01/10/02 17:00
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGE	DE	MODO	STATUS
836	30/09	09:19	01:25	01	0612250564	GS	NG 80
837	30/09	09:21	01:32	02	0612250564	GS	OK
838	30/09	09:24	00:49	01	0612250564	GS	OK
839	30/09	12:29	01:11	02		GS	OK
840	30/09	15:21	00:00	00	002133156616950		OK 30
841	30/09	15:23	00:40	00		GS	P NG 80
842	30/09	16:25	01:16	02		GS	OK
843	30/09	16:42	07:32	10	713416099	GS	OK
844	01/10	09:44	00:08	00	3212122210155	GS	P NG 33
845	01/10	13:53	07:52	12	613218277	GS	OK



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" - 5º andar - Brasília/DF
Tel: (61) 317-1179 - FAX (61) 321-4657**

DESINATÁRIO: Dra. Isabela Maria de Lemos

Procuradora-Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA

Nº do FAX: (61) 328-7033

Data: 1º de outubro de 2002

Nº de Pág.: Esta + 9 (nove)

Nº do Documento: S/Nº 33

MENSAGEM

Senhora Procuradora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho convidá-la para participar de reunião sobre Acordos Subsidiários do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, a realizar-se na Sala de Reuniões desta Consultoria Jurídica/MMA, bloco "B", 5º andar, sala 545, das 9h às 12h do próximo dia 3 de outubro de 2002.

Antecipadamente, agradeço sua atenção e solicito confirmação de presença pelo telefone 317-1179.

Atenciosamente,


GISELA SANTOS DE ALENCAR
Consultora Jurídica

REGISTO TRANSMISSAO



Agirize!
"Fax Expediente"
01/10/02

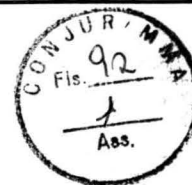
HORA : 01/10/02 17:13
 NUMERO TEL :
 NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGS	A	MODO	STATUS
677	26/09	13:13	00:58	01	0613196331	HS	OK
678	30/09	14:40	15:49	14	32260442	GS	OK
679	30/09	15:26	00:51	01	330156619650	GS	OK
680	01/10	09:47	01:41	02	55212210155	GS	OK
681	01/10	15:25	01:10	01		GS	OK
682	01/10	16:12	11:31	07	3333545	GS	OK
683	01/10	16:28	09:15	09	014612252393	GS	OK
684	01/10	16:40	08:55	09		GS	OK
685	01/10	16:51	08:52	06	0613214102	GS	OK
686	01/10	17:02	09:53	08	613133676	GS	NG 80

REGISTO RECEPCAO

HORA : 01/10/02 17:13
 NUMERO TEL :
 NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGS	DE	MODO	STATUS
836	30/09	09:19	01:25	01	0612250564	GS	NG 80
837	30/09	09:21	01:32	02	0612250564	GS	OK
838	30/09	09:24	00:49	01	0612250564	GS	OK
839	30/09	12:29	01:11	02		GS	OK
840	30/09	15:21	00:00	00	002133156618950		OK 30
841	30/09	15:23	00:40	00		GS	P NG 80
842	30/09	16:25	01:16	02		GS	OK
843	30/09	16:42	07:32	10	713418099	GS	OK
844	01/10	09:44	00:09	00	0212122210155	GS	P NG 33
845	01/10	13:53	07:52	12	613218277	GS	OK



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" - 5º andar - Brasília/DF
Tel: (61) 317-1179 - FAX (61) 321-4657**

**DESINATÁRIO: Dra. Tânia Barreto Teixeira Soares
Procuradora-Geral da Fundação Nacional do Índio-FUNAI**

Nº do FAX: (61) 313-3676

Data: 1º de outubro de 2002

Nº de Pág.: Esta + 9 (nove)

Nº do Documento: S/Nº 36

MENSAGEM

Senhora Procuradora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho convidá-la para participar de reunião sobre Acordos Subsidiários do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, a realizar-se na Sala de Reuniões desta Consultoria Jurídica/MMA, bloco "B", 5º andar, sala 545, das 9h às 12h do próximo dia 3 de outubro de 2002.

Antecipadamente, agradeço sua atenção e solicito confirmação de presença pelo telefone 317-1179.

Atenciosamente,


GISELA SANTOS DE ALENCAR
Consultora Jurídica



REGISTO TRANSMISSAO

HORA : 01/10/02 16:38

NUMERO TEL :

NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PAG	A	MODC	STATUS
674	26/09	13:07	00:00	00			NG 80
675	26/09	13:09	00:00	00			NG 30
676	26/09	13:11	00:00	00	7462361		OK 30
677	26/09	13:13	00:58	01	0613196331	HS	OK
678	30/09	14:40	15:49	14	33360443	G3	OK
679	30/09	15:26	00:51	01	330156619650	G3	OK
680	01/10	09:47	01:41	02	55212210155	G3	OK
681	01/10	15:25	01:10	01		G3	OK
682	01/10	16:12	11:31	07	3333545	G3	OK
683	01/10	16:28	09:15	09	014613353792	G3	OK

REGISTO RECEPCAO

HORA : 01/10/02 16:38

NUMERO TEL :

NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PAG	DE	MODC	STATUS
836	30/09	09:19	01:25	01	0612350564	G3	NG 80
837	30/09	09:21	01:32	02	0612350564	G3	OK
838	30/09	09:24	00:45	01	0612350564	G3	OK
839	30/09	12:29	01:11	02		G3	OK
840	30/09	15:21	00:00	00	002133156616850		OK 30
841	30/09	15:23	00:40	00		G3	P NG 80
842	30/09	15:25	01:16	02		G3	OK
843	30/09	15:42	07:32	10	713418099	G3	OK
844	01/10	09:44	00:08	00	0212122210155	G3	P NG 33
845	01/10	13:53	07:52	12	613218277	G3	OK



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" - 5º andar - Brasília/DF
Tel: (61) 317-1179 - FAX (61) 321-4657**

*Arquivado - 11
"FAX EXP 102
9.10.02
[assinatura]*

**DESINATÁRIO: Dr. Gustavo Henrique Ribeiro de Melo
Consultor Jurídico do Ministério da Justiça-MJ**

Nº do FAX: (61) 225-2392

Data: 1º de outubro de 2002

Nº de Pág.: Esta + 9 (nove)

Nº do Documento: S/Nº 38

MENSAGEM

Senhor Consultor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho convidá-lo para participar de reunião sobre Acordos Subsidiários do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, a realizar-se na Sala de Reuniões desta Consultoria Jurídica/MMA, bloco "B", 5º andar, sala 545, das 9h às 12h do próximo dia 3 de outubro de 2002.

Antecipadamente, agradeço sua atenção e solicito confirmação de presença pelo telefone 317-1179.

Atenciosamente,


GISELA SANTOS DE ALENCAR
Consultora Jurídica



REGISTO TRANSMISSAO

HORA : 02/10/02 10:52
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGS	A	MOD0	STATUS
608	30/09	14:40	15/49	14	32360442	GD	OK
609	30/09	15:36	00/51	01	320156619680	GD	OK
680	01/10	09:47	01/41	02	55212210155	GD	OK
681	01/10	15:35	01/10	01		GD	OK
682	01/10	16:12	11/31	07	2203545	GD	OK
683	01/10	16:28	09/15	09	014612352392	GD	OK
684	01/10	16:40	08/55	09		GD	OK
685	01/10	16:51	08/52	06	0613214102	GD	OK
686	01/10	17:02	09/53	08	613133676	GD	NG 80
687	02/10	10:43	08/46	06		GD	OK

REGISTO RECEPCAO

HORA : 02/10/02 10:52
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGS	DE	MOD0	STATUS
839	30/09	12:25	01/11	02		GD	OK
840	30/09	15:01	00/00	00	302133156616950		OK 30
841	30/09	15:23	00/40	00		GD	F NG 80
842	30/09	16:25	01/16	02		GD	OK
843	30/09	16:42	07/32	10	713418099	GD	OK
844	01/10	09:44	00/08	00	3213122210155	GD	F NG 33
845	01/10	13:53	07/52	12	613216277	GD	OK
846	01/10	20:41	00/51	01		GD	OK
847	02/10	09:19	02/03	01		GD	OK
848	02/10	09:55	03/17	03		GD	OK

Aguiar-se!
[Signature]
02/10/02



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" - 5º andar - Brasília/DF
Tel: (61) 317-1179 - FAX (61) 321-4657**



DESINATÁRIO: Dr. Diget Sinfrônio

Diretor de Projetos Internacionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA

Nº do FAX: (61) 316-1200

Data: 2 de outubro de 2002

Nº de Pág.: Esta + 9 (nove)

Nº do Documento: S/Nº 39

MENSAGEM

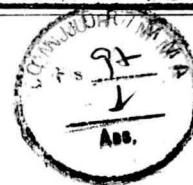
Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho convidá-lo para participar de reunião sobre Acordos Subsidiários do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, a realizar-se na Sala de Reuniões desta Consultoria Jurídica/MMA, bloco "B", 5º andar, sala 545, das 9h às 12h do próximo dia 3 de outubro de 2002.

Antecipadamente, agradeço sua atenção e solicito confirmação de presença pelo telefone 317-1179.

Atenciosamente,

TÂNIA MARIA PESSOA DE DEUS FONSECA
Consultora Jurídica - Substituta



REGISTO TRANSMISSAO

HORA : 01/10/02 16:26
NUMERO TEL :
NOME :

Arguente!
"fax expedida por"
[Signature]
01/10/02

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGS	A	MODO	STATUS
673	26/09	13:05	00/00	00	3462361		OK 30
674	26/09	13:07	00/00	00			NG 80
675	26/09	13:09	00/00	00			NG 80
676	26/09	13:11	00/00	00	3462361		OK 30
677	26/09	13:13	00/58	01	0613196331	HS	OK
678	30/09	14:40	15/49	14	32360442	G3	OK
679	30/09	15:26	00/51	01	330156619650	G3	OK
680	01/10	09:47	01/41	02	55212210155	G3	OK
681	01/10	15:25	01/10	01		G3	OK
682	01/10	16:12	11/31	07	2233545	G3	OK

REGISTO RECEPCAO

HORA : 01/10/02 16:26
NUMERO TEL :
NOME :

NUM	DATA	HORA	DURACAO	PGS	DE	MODO	STATUS
836	30/09	09:19	01/25	01	0613250564	G3	NG 80
837	30/09	09:21	01/32	02	0613250564	G3	OK
838	30/09	09:24	00/45	01	0613250564	G3	OK
839	30/09	12:29	01/11	02		G3	OK
840	30/09	15:21	00/00	00	002133156616950		OK 30
841	30/09	15:23	00/40	00		G3	NG 80
842	30/09	16:25	01/16	02		G3	OK
843	30/09	16:42	07/32	10	713418099	G3	OK
844	01/10	09:44	00/08	00	0212122210155	G3	NG 33
845	01/10	13:53	07/52	12	613218277	G3	OK



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" - 5º andar - Brasília/DF

Tel: (61) 317-1179 - FAX (61) 321-4657



DESINATÁRIO: Dr. Artur Vidigal de Oliveira

Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Nº do FAX: (61) 223-3545

Data: 1º de outubro de 2002

Nº de Pág.: Esta + 9 (nove)

Nº do Documento: S/Nº 37

MENSAGEM

Senhor Consultor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho convidá-lo para participar de reunião sobre Acordos Subsidiários do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, a realizar-se na Sala de Reuniões desta Consultoria Jurídica/MMA, bloco "B", 5º andar, sala 545, das 9h às 12h do próximo dia 3 de outubro de 2002.

Antecipadamente, agradeço sua atenção e solicito confirmação de presença pelo telefone 317-1179.

Atenciosamente,


GISELA SANTOS DE ALENCAR
Consultora Jurídica



Presenças

Reunião 02/10/02 ARPA

Joa Cavalho FUNAI 313-3523

Basia de Jesus Martins Pontes - IBAMA-316-1039

Amigloza para Pente W - MMA 3171178

Alto Canamó Junior - MMA 3171523

Vânia Viana de Alcantara - MDA 4269975

Sirjouis Souza Silva - Ibama

José ~~3161185~~ 3161185

FLAVIO MONTIEL - 3251974

SOLIA M.P. WEDMANN / PROJE/IBAMA

3161036

~~INCA~~ Isabella Maria de Lemos - INCA / ~~Projetos~~ ~~Coordenadora~~
4117150

Doroteia (DORA) INCA/DF

Tel.: 411-7288 - dorana@

inca.gov.br

GEORGIA PATRÍCIO PESSO

georgia@furbio - of. br

Próxima reunião → 14/10 - 9h (Furbio - MMA - Ibama)
16/10 - 14h (TODOS)



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS
Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Nº ____/02, QUE ENTRE SI CELEBRAM
O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS
RENOVÁVEIS-IBAMA E O FUNDO
BRASILEIRO PARA
BIODIVERSIDADE-FUNBIO S/C, SEM
FINS LUCRATIVOS E OBJETIVANDO A
IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO
SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO
ÂMBITO DO PROJETO ÁREAS
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA).**

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, Autarquia Federal, de Regime Especial, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alterada pelas Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989, 7.957, de 20 de dezembro de 1989 e 8.028 de 12 de abril de 1990, vinculada ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, CGC nº 03.659.166/0001-02, com sede à Av. L-4 Norte, SAIN, Brasília-DF e jurisdição em todo o Território Nacional, doravante denominado IBAMA, neste ato representado pelo seu Presidente ~~Interino~~, RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, residente e domiciliado em Brasília - DF, no SHIN - QL 5, Conjunto 7, Casa 15 - Lago Norte, CEP: 71.505-775, portador da Carteira de Identidade nº 262.941-9 - SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.585.082-04, nomeado pelo Decreto s/nº de 13 de maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001 publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2001 e o FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO S/C, doravante denominado FUNBIO, com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, Cep.: 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado por seu Diretor Executivo, PEDRO WILSON LEITÃO FILHO, brasileiro, administrador, separado consensualmente, residente e domiciliado à rua Prefeito João Felipe, 450, Santa Tereza, , Cep.: 20.251-140, , na cidade do Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.600.877-72-, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, mediante as Cláusulas e condições seguintes:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

Considerações Preliminares

Considerando que o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) consiste no compromisso assumido pela República Federativa do Brasil em 1998, visando a ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no Brasil, em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), como agência implementadora de recursos provenientes do GEF (Global Environmental Facility) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o objetivo de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

Considerando que o Projeto ARPA é um projeto decenal da República Federativa do Brasil, que visa exclusivamente a criação e consolidação de Unidades de Conservação (Ucs), tendo como meta proteger 10% da Amazônia brasileira. Para tanto, pretende viabilizar, em sua primeira fase de quatro anos: a) a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Uso Sustentável (US), sendo esta última categoria subdividida em Reservas Extrativistas (Rsex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); b) a consolidação de UCs de Proteção Integral que totalizam 7 milhões de hectares; e c) estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável.

Considerando que o Projeto ARPA conta com recursos de doação do Global Environmental Facility - GEF (cuja agência implementadora é o Banco Mundial ou Bird), do Fundo Mundial para a Natureza do Brasil (WWF-Brasil), do Instituto de Crédito para a Reconstrução (KfW) por meio do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, da Brasil Connects, além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil.

Considerando a existência do sofisticado arcabouço legal para o meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei de nº 6.938/81 que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, surgindo como divisor de águas entre uma época de forte industrialização afastada de compromissos ambientais, para tempos de crescimento econômico com forte envolvimento e compromisso com políticas públicas do meio ambiente; a Lei nº 9.935/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que trata desde o processo de criação, implantação e consolidação das Unidades de Conservação (Ucs), através de diferentes categorias de manejo, permitindo a preservação da biodiversidade, por meio da construção de mosaicos de Unidades de Conservação (Ucs), demonstrando a tradição brasileira de vanguarda em política pública ambiental e social; a Lei de Crimes Ambientais de nº 9.605/98, que passou a penalizar aqueles que agem pelo progresso econômico dissociado da proteção e preservação do meio ambiente de nosso país.

Considerando que o Projeto ARPA é um dos principais projetos governamentais de implementação do SNUC, tendo como princípio fundamental a criação, consolidação e manutenção de UCs com pleno envolvimento e participação efetiva da sociedade brasileira, nas suas mais diversas facções: populações tradicionais, quilombos, povos indígenas, seus representantes e organizações

levantamento fundiário.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB - 01 a 03/07/02

interessadas, dentre outros atores que demonstrem legitimidade para *participar* ~~interferir~~ no processo de consulta pública para o processo de criação e consolidação de UCs.

Considerando que para tanto o Presidente da República Federativa do Brasil, em ... publicou no Diário Oficial da União (DOU), Decreto Presidencial de nº, regulamentando o Projeto ARPA.

Considerando que em ... de maio de 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), elaborou Documento Oficial do Governo Brasileiro para o Projeto ARPA.

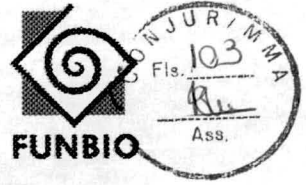
Considerando que para o alcance dos objetivos do Projeto ARPA a que se referem as declarações anteriores, a Lei nº 9.935/00 (SNUC) determina que o IBAMA, é a autarquia federal competente e encarregada de sua implementação.

Considerando que o Funbio, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, tendo como missão catalisar ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da diversidade biológica do país, tem como objetivos apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprimindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não; promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a sociedade civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades; contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais; fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares; gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação; implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa.

Considerando que o Funbio é originalmente um programa do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), com recursos administrados por este último, provenientes do GEF (Global Environmental Facility), em iniciativa conjunta com o Governo Brasileiro, tendo regras preestabelecidas que regulamentam toda atividade de apoio a projetos que conservem a biodiversidade no Brasil e promovam o uso sustentável dos recursos naturais.

Considerando que o Conselho Deliberativo do Funbio, tendo em vista os objetivos que motivam sua existência, aprovou a participação da instituição no Projeto ARPA, para tanto criando uma Comissão Técnica, que vem negociando as condições de participação no referido Projeto.

Considerando que os doadores do Projeto ARPA escolheram o Funbio como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação: Grant Agreement com Banco Mundial (GEF) de nº, vinculado ao Project Document), para a finalidade específica de o Funbio atuar como agente implementador das atividades de: a) *compras* ~~compras~~ de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; b) desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); c) constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar Termo de Cooperação Técnica entre o MMA e o Funbio, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar Termo de Cooperação Técnica entre o MMA e o INCRA, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar Termo de Cooperação Técnica entre o MMA e o FUNAI, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar Termo de Cooperação Técnica entre o MMA e os Estados e Municípios da federação brasileira, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, a luz da Lei do SNUC, decidiram por bem estabelecer entre o IBAMA e o Funbio, um Acordo de Cooperação Técnica a fim de estabelecer responsabilidades, obrigações, direitos e deveres acerca da execução das atividades designadas ao Funbio de: a) ~~compras~~ ^{adquisição} de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA; b) desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); e c) estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável, mencionadas anteriormente.

Considerando que as Partes têm pleno conhecimento dos dados, termos e condições constantes do Documento Oficial do Governo Brasileiro, *Project Appraisal Document (PAD)*, Acordo de Doação e demais documentos relacionados ao Projeto ARPA, que, por referência e para todos os efeitos, fazem parte integrante deste documento.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB - 01 a 03/07/02

Resolvem celebrar o presente termo, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

Para fins deste acordo de cooperação técnica:

(i) Convenção sobre Diversidade Biológica é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 05 de junho de 1992 e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993, cuja autorização do Congresso brasileiro para ratificação ocorreu pelo Decreto legislativo nº 2/94, ratificada pela República Federativa do Brasil em 28 de maio de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/02/98;

(ii) Decreto Presidencial de nº... é o documento que dispõe sobre os conceitos, objetivos e instâncias de gestão para o Projeto ARPA, nos termos da ementa do Decreto Presidencial, regulamentando o compromisso da República Federativa do Brasil com o Projeto ARPA.

(iii) Documento Oficial do Governo Brasileiro (Projeto Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA) é o documento contendo, de forma genérica, as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, as metodologias para todo o Projeto. É o documento oficial do Governo Brasileiro. Abrange o período total de duração do Projeto. É o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

(iv) *Project Appraisal Document (PAD)* é o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores, celebrado entre o Banco Mundial e o Funbio, e que trata dos seguintes aspectos do Projeto (a) metas e atividades necessárias para alcançá-las, (b) indicadores de desenvolvimento, (c) cronograma físico-financeiro, (c) programação financeira, (d) criação de fundo fiduciário para sustentabilidade das UCs, e (e) captação de recursos junto a outras fontes; é, juntamente com o Documento Oficial do Governo Brasileiro, o instrumento de referência para a celebração de contratos e acordos subsidiários aos Acordos de Doação (conforme a cláusula Décima Segunda).

(v) O Projeto ARPA é o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), contemplados tanto no Documento Oficial do Governo brasileiro, como no *Project Appraisal Document -PAD* (vinculado ao Grant Agreement nº..) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio.

(vi) Documentos Oficiais do Projeto ARPA é o conjunto de documentos que regem todo o Projeto ARPA, sendo dentre outros: Decreto Presidencial de nº...; Documento Oficial do Governo Brasileiro; *Project Appraisal Document -PAD*;

(vii) Grant Agreement nº ... é o contrato mediante o qual o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, na condição de administrador dos recursos do Global Environmental Facility-GEF, doa recursos no montante de 30,000,000.00 *Special Drawing Rights (SDR)* ou Direito Especial de Saque (DES) ao Funbio, com a finalidade específica e exclusiva deste: (a) efetuar ~~compras~~ aquisições de bens e contratação de serviços (procurement), conforme previsto nos POAs das Ucs e aprovado pelo Comitê do Projeto ("CP"), de acordo com as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

Funbio para o Projeto ARPA (b) desenvolver os estudos e projetos pilotos aprovados pelo Comitê do Projeto, relacionados com a implementação do Componente 3 do Projeto (“Sustentabilidade financeira das UCs”), conforme definido no Documento Oficial do Governo Brasileiro; (c) constituir e administrar fundo fiduciário, nos termos do acordo com os doadores, para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

(viii) Manual do Operativo do Projeto ARPA para o Funbio é o manual que tem por objetivo orientar as atividades do Projeto a serem desenvolvidas pelo Funbio: (a) efetuar compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme previsto nos POAs das Ucs e aprovado pelo Comitê do Projeto (“CP”), de acordo com as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA (b) desenvolver os estudos e projetos pilotos aprovados pelo Comitê do Projeto, relacionados com a implementação do Componente 3 do Projeto (“Sustentabilidade financeira das UCs”), conforme definido no Documento Oficial do Governo Brasileiro; (c) constituir e administrar fundo fiduciário, nos termos do acordo com os doadores, para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

(ix) Coordenação Geral do Projeto (CG) é a instância decisória máxima do Projeto ARPA, composta pelo Ministério do Meio Ambiente (“MMA”), representado pela sua Secretaria Executiva (“SECEX”), Secretaria de Coordenação da Amazônia (“SCA”) e Secretaria de Biodiversidade de Floresta (“SBF”), e pelo IBAMA, cabendo especificamente à SECEX a coordenação geral do Projeto ARPA junto às instituições de coordenação governamentais, em articulação com a política ambiental da República Federativa do Brasil, e ações correlatas.

(x) Comitê do Projeto (CP) é a instância deliberativa colegiada, presidida pela SECEX e subordinada à CG, encarregada das seguintes atribuições, conforme escopo dos objetivos do Projeto ARPA: (a) propor, e aprovar estratégias de ação, (b) definir procedimentos e diretrizes, (c) estabelecer critérios para celebração de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto ARPA, (d) analisar e aprovar POAs das UCs, e (e) analisar e opinar sobre relatórios físico-financeiros.

(xi) Painel Científico de Aconselhamento do Projeto (PCA) é formado por um quadro de cientistas de universidades; Instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas UCs. O PCA será escolhido e nomeado pelo Comitê do Projeto (CP).

(xii) Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) instituída no âmbito da SCA, possui natureza executiva, com as seguintes atribuições: (a) responsabilidade pelo estabelecimento de relação direta entre o CP e os diferentes executores do Projeto ARPA, (b) promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto ARPA, (c) orientar técnica, financeira e administrativamente os executores do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial, (d) sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, submetendo-os à análise e aprovação pelo CP, (e) receber POAs das UCs e do Funbio, (f) receber os relatórios físico-financeiros de todas os executores do Projeto, consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP, (f) desempenhar a função de secretaria executiva da CG e do CP, e (g)



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB - 01 a 03/07/02

conduzir as reuniões para mediação e solução de controvérsias, solicitadas pelo CP, CG e demais representantes da sociedade civil.

(xiii) Comitê de Mediação para Solução de Conflitos é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, encarregada da coordenação executiva do projeto ARPA, com a finalidade de i) negociar e propor potenciais soluções para questões sociais, relativas a criação e implementação de UCs; ii) atuar como fórum de discussão para solução de questões e/ou conflitos relacionadas a populações tradicionais dentro de UCs de Proteção estrita. Este grupo deverá ser formado por representantes do CP, sendo MMA, FUNAI, IBAMA, (CNPT e DIREC) e INCRA. O detalhamento das atividades e procedimentos deste Comitê estarão detalhadas no Manual Operativo do Projeto ARPA.

(xiv) Plano Operativo Anual (POA) é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas para execução do Projeto ARPA.

(xv) Definir FAP

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto estabelecer as responsabilidades da relação de cooperação técnica entre o IBAMA e o Funbio, na implementação das atividades do Projeto ARPA, no que se refere a aquisição de bens, serviços e obras, com vistas à criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Federais, no bioma amazônia, contempladas no SNUC, observando o conjunto de documentos oficiais do Projeto ARPA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem Obrigações do IBAMA, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

- executar estudos prévios para a criação de Unidades de Conservação Federais (UCs) nos polígonos estabelecidos no Projeto ARPA.
- executar no âmbito do Projeto ARPA, as atividades relacionadas a administração das UCs Federais, legalmente criadas no âmbito do Projeto ARPA.
- elaborar, revisar, analisar e encaminhar os POAs feitos pelas UCs, à Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) do Projeto ARPA.
- fornecer informações e especificações necessárias para que o Funbio possa executar o ~~diligenciamento requerido~~ determinado nos POAs referentes a criação, implementação e manutenção de Unidades de Conservação Federais, no bioma Amazônia, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP) ARPA.

aprovando os planos de manejo ~~em vigor~~ ^{nos termos} da legislação em vigor.

e)



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

Versão após reunião em BSB - 01 a 03/07/02

- e) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao Funbio, permitindo-lhe o mais amplo acesso a informações e documentos relacionados com a execução do presente Instrumento.
- f) compartilhar com o Funbio as informações e mecanismos necessários para o desenvolvimento do Projeto ARPA.
- g) estabelecer a relação de prioridades das Unidades de Conservação (UCs) quanto à sua implementação.
- h) informar imediatamente ao Funbio toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados.
- i)
- j) fornecer permanente suporte técnico aos prestadores de serviço contratados quando dispuser desse suporte, buscando equacionar eventuais problemas surgidos no curso da prestação dos serviços.
- k)
- l) acompanhar as atividades de execução dos serviços, avaliando os seus resultados e impactos.
- m)
- n) zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados pelo Funbio.
- o)
- p) garantir a vinculação dos bens adquiridos e serviços contratados aos propósitos definidos nos POAs.

após aprovação as minutas de Plano de Manejo

II - Constituem Obrigações do Funbio, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

- a) adquirir em nome do IBAMA com os recursos dos doadores e do FAP, os bens necessários para a implementação dos POAs, previamente definidos e aprovados pelo CP.
- b) contratar, com os recursos dos doadores e do FAP, os serviços previamente definidos nos POAs e aprovados pelo CP, ficando desde já acordado entre as partes que os contratados não terão qualquer vínculo empregatício com o IBAMA ou o Funbio.
- c) desenvolver em conjunto com o IBAMA, estudos, sub-projetos e projetos pilotos visando a sustentabilidade financeira das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA.
- d) criar e gerir O FAP ~~Fundo-Fiduciário~~ para o Projeto ARPA (FAP), com vistas a garantir a manutenção e sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação contempladas no Projeto ARPA, previstas no documento de Projeto e no PAD.

de conformidade com o estabelecido em seus planos de manejo

para garantir a salvaguarda socioambientais. P/ não obstar no que diz respeito especificamente



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

e) adotar os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do projeto ARPA para o Funbio presentes mencionado no contrato de doação Banco Mundial para o Funbio para Funbio.

f) adotar Manual para a criação e administração ~~de um Fundo Fiduciário~~ do FAP para o Projeto ARPA (FAP), onde estarão expressas as normas de gestão de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo Projeto ARPA.

g) elaborar os termos de referência, que servirão de base para a contratação dos serviços, visando a execução dos POAs.

Parágrafo Primeiro O Funbio não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.

Parágrafo Segundo O Funbio não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer entidade executora do Projeto ARPA.

CLÁUSULA QUINTA - DOS BENS

Os bens adquiridos pelo Funbio serão objeto de termo de doação a ser celebrado com o IBAMA, no qual constará descrição detalhada do bem e será estabelecida expressamente a sua vinculação ao Projeto ARPA, sendo vedada a sua utilização para fins diversos daquele constantes do termo de doação.

Parágrafo Primeiro – Os bens doados serão imediatamente incorporados ao patrimônio do IBAMA.

Parágrafo Segundo – Nos bens móveis e/ou imóveis adquiridos pelo Funbio em nome do IBAMA, com recursos dos doadores e do FAP e entregues na unidades de conservação especificadas elo IBAMA, constantes nos POAs, ~~objeto de doação ao IBAMA~~ deverão ser aposta placa ou adesivo, conforme o caso, localizados em local de fácil visualização, contendo os seguintes dizeres: “Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA – Cooperação Técnica IBAMA-Funbio.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente acordo não prevê a transferência de recursos financeiros entre as partes, sendo que cada parte deverá aplicar seus próprios recursos financeiros, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, para o cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Único - Quando as ações referidas no *caput* desta cláusula envolverem transferência de recursos financeiros entre as partes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS
Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

O prazo de vigência deste Instrumento será de 48 (quarenta e oito meses) a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado e/ou alterado mediante lavratura de Termo Aditivo, se houver interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O IBAMA providenciará, à sua conta, a publicação deste Instrumento em extrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil subsequente à sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20(vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento, serão atribuídos às partes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias), e ainda, por descumprimento de quaisquer Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS ANEXOS VINCULADOS A ESTE INSTRUMENTO

- a) Decreto Presidencial de nº... que reconhece o Projeto ARPA como compromisso da República Federativa brasileira.
- b) Documento de Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do MMA/SCA, sendo o documento oficial do Governo Federal do Brasil.
- c) Project Document – do Banco Mundial, sendo o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

- d) Portaria (MMA) de criação do Comitê do Projeto, sendo documento oficial do Governo Federal do Brasil que reconhece esta unidade como instância máxima do Projeto ARPA..
- e) Acordo de doação (Grant Agreement nº....) do Banco Mundial (GEF) para o Funbio.
- f) Acordo de doação (nº....) do WWF-Brasil para o Funbio.
- g) Acordo de doação (nº....) do BrasilConnect para o Funbio.
- h) Convênio do MMA com o Funbio para repasse dos recursos do Kfw, através do PPG7 para o Funbio.
- i) Convênio de Assistência Técnica entre o GTZ e o Funbio.
- j) Manual de Operações do Projeto ARPA.
- k) Manual de Operações do Projeto ARPA para o Funbio.
- l) Manual do Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP).
- m) Estatuto de Criação do Funbio.
- n) Regimento Interno do Funbio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Instrumento, as partes concordam em submeter seus eventuais conflitos aos institutos de mediação, arbitragem, ou outra diligência que o Comitê do Projeto assim julgar como melhor forma de entendimento para dirimir possíveis contendas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir eventuais litígios oriundos deste Instrumento.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos de direito, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Brasília, de julho de 2002

RÔMULO JOSÉ FERNANDES
BARRETO MELLO
Presidente Interino do IBAMA

PEDRO WILSON LEITÃO FILHO
Diretor Executivo do Funbio

INTERVENIENTE:

MMA
Nome do Representante



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

Versão após reunião em BSB - 01 a 03/07/02

TESTEMUNHAS:

CPF:

C.I.:

CPF:

C.I.:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

Acordo

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ARPA Nº

Acordo

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, S/C, SEM FINS LUCRATIVOS, CUJO OBJETIVO É A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO ÂMBITO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE -MMA, órgão da Administração Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 e Medida Provisória nº 1.795, de 01 de janeiro de 1999 e suas reedições subsequentes, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375/0001-07, doravante denominado MMA, neste ato representado por seu Ministro de Estado do Meio Ambiente, **JOSÉ CARLOS CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente na praça Marino Mendes Campos, 12 – Apt. 503, Bairro Anchieta, Belo Horizonte e domiciliado nesta Capital, Carteira de Identidade nº MG-10.735.933 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.735.597-34, conforme atribuição que lhe confere o Decreto Presidencial de 04 de março de 2002, publicado no DOU de 5 de março de 2002, pag. 2, Seção 2 e **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO S/C**, doravante denominado **FUNBIO**, com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, Cep.: 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**, brasileiro, administrador, separado consensualmente, residente e domiciliado à rua Prefeito João Felipe, 450, Santa Tereza, , Cep.: 20.251-140, , na cidade do Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.600.877-72 sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, no que couber, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Instruções Normativas nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, nº 03, de 27 de maio de 1991, e nº 10, de 02 de outubro de 1991, ambas do Departamento do Tesouro Nacional, conforme processo nº, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

Considerações Preliminares

Considerando que o **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)** consiste no compromisso assumido pela República Federativa do Brasil em 1998, visando a ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no Brasil, em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), como agência implementadora de recursos provenientes do GEF (Global Environmental Facility) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o objetivo de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

Considerando que o Projeto ARPA é um projeto decenal da República Federativa do Brasil, que visa exclusivamente a criação e consolidação de Unidades de Conservação(UCs), tendo como meta proteger 10% da Amazônia brasileira. Para tanto, pretende viabilizar, em sua primeira fase de quatro anos: **a)** a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação(UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Usos Sustentável(US), sendo esta última categoria subdividida em Reservas Extrativistas (Rsex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); **b)** a consolidação de UCs de Proteção Integral que totalizam 7 milhões de hectares; e **c)** estabelecer um fundo fiduciário para financiar os custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e de controle ambiental de UCs de Uso Sustentável.

Considerando que o Projeto ARPA conta com recursos de doação do Global Environmental Facility - GEF (cuja agência implementadora é o Banco Mundial ou Bird), do Fundo Mundial para a Natureza do Brasil (WWF-Brasil), do Instituto de Crédito para a Reconstrução (Kfw) por meio do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, da Brasil Connects, além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil.

Considerando a existência do sofisticado arcabouço legal para o meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei de nº 6.938/81 que criou a **Política Nacional do Meio Ambiente**, surgindo como divisor de águas entre uma época de forte industrialização afastada de compromissos ambientais, para tempos de crescimento econômico com forte envolvimento e compromisso com políticas públicas do meio ambiente; a Lei nº 9.935/00, que instituiu o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**, que trata desde o processo de criação, implantação e consolidação das Unidades de Conservação(UCs), através de diferentes categorias de manejo, permitindo a preservação da biodiversidade, por meio da construção de mosaicos de Unidades de Conservação (UCs), demonstrando a tradição brasileira de vanguarda em política pública ambiental e social; a **Lei de Crimes Ambientais de nº 9.605/98**, que passou a penalizar aqueles que agem pelo progresso econômico dissociado da proteção e preservação do meio ambiente de nosso país.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

Considerando que o Projeto ARPA é um dos principais projetos governamentais de implementação do SNUC, tendo como princípio fundamental a criação, consolidação e manutenção de UCs com pleno envolvimento e participação efetiva da sociedade brasileira, nas suas mais diversas facções: populações tradicionais, quilombos, povos indígenas, seus representantes e organizações interessadas, dentre outros atores que demonstrem legitimidade para interferir no processo de consulta pública para o processo de criação e consolidação de UCs..

Considerando que para tanto o Presidente da República Federativa do Brasil, em ... publicou no Diário Oficial da União (DOU), **Decreto Presidencial de nº.....**, regulamentando o Projeto ARPA.

Considerando que em ... de maio de 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), elaborou **Documento Oficial do Governo Brasileiro** para o Projeto ARPA.

Considerando que para o alcance dos objetivos do Projeto ARPA a que se referem as declarações anteriores, a Lei nº **9.935/00** (SNUC) determina que o IBAMA, é a autarquia federal competente e encarregada de sua implementação.

Considerando que o **Funbio**, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, tendo como missão catalisar ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da diversidade biológica do país, tem como objetivos apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprimindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não; promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a Sociedade Civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades; contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais; fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares; gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação; implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa.

Considerando que o **Funbio** é originalmente um programa do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), com recursos administrados por este último, provenientes do GEF (Global Environmental Facility), em iniciativa conjunta com o Governo Brasileiro, tendo regras preestabelecidas que regulamentam toda atividade de apoio a projetos que conservem a biodiversidade no Brasil e promovam o uso sustentável dos recursos naturais.

Considerando que o Conselho Deliberativo do **Funbio**, tendo em vista os objetivos que motivam



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

sua existência, aprovou a participação da instituição no Projeto ARPA, para tanto criando uma Comissão Técnica, que vem negociando as condições de participação no referido Projeto.

Considerando que os doadores do Projeto ARPA escolheram o **Funbio** como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação: Grant Agreement com Banco Mundial (GEF) de nº....., vinculado ao Project Document), para a finalidade específica de o **Funbio** atuar como agente implementador das atividades de: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **Funbio**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **INCRA**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e o **FUNAI**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, decidiram por bem firmar **Termo de Cooperação Técnica** entre o MMA e os **Estados e Municípios** da federação brasileira, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência dos doadores do Projeto ARPA, conforme *Project Appraisal Document (PAD)*, a luz da Lei do SNUC, decidiram por bem estabelecer entre o IBAMA e o **Funbio**, um **Acordo de Cooperação Técnica** a fim de estabelecer responsabilidades, obrigações, direitos e deveres acerca da execução das atividades designadas ao **Funbio** de: **a)** compras de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos POAs das UCs, após aprovação pelo Comitê do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Funbio** para o Projeto ARPA; **b)** desenvolvimento de estudos e projetos pilotos, aprovados pelo Comitê do Projeto (CP), com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Projeto (Sustentabilidade financeira das UCs); e **c)** constituição e administração de um fundo fiduciário para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA, mencionadas anteriormente.

Considerando que as Partes têm pleno conhecimento dos dados, termos e condições constantes do Documento Oficial do Governo Brasileiro, *Project Appraisal Document (PAD)*, Acordo de Doação e demais documentos relacionados ao Projeto ARPA, que, por referência e para todos os efeitos, fazem parte integrante deste documento.

Resolvem celebrar o presente termo, que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

Para fins deste contrato:

(i) **Convenção sobre Diversidade Biológica** é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 05 de junho de 1992 e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993, cuja autorização do Congresso brasileiro para ratificação ocorreu pelo Decreto legislativo nº 2/94, ratificada pela República Federativa do Brasil em 28 de maio de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16/02/98;

(ii) **Decreto Presidencial de nº...** é o documento que dispõe sobre os conceitos, objetivos e instâncias de gestão para o Projeto ARPA, nos termos da ementa do Decreto Presidencial, regulamentando o compromisso da República Federativa do Brasil com o Projeto ARPA. .

(iii) **Documento Oficial do Governo Brasileiro (Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA)** é o documento contendo, de forma genérica, as metas, as atividades necessárias para alcançá-las, as metodologias para todo o Projeto. É o documento oficial do Governo Brasileiro. Abrange o período total de duração do Projeto. É o instrumento de referência para a assinatura de contratos e acordos subsidiário aos acordos de doação.

(iv) **Project Appraisal Document (PAD)** é o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores, celebrado entre o Banco Mundial e o Funbio, e que trata dos seguintes aspectos do Projeto (a) metas e atividades necessárias para alcançá-las, (b) indicadores de desenvolvimento, (c) cronograma físico-financeiro, (c) programação financeira, (d) criação de fundo fiduciário para sustentabilidade das UCs, e (e) captação de recursos junto a outras fontes; é, juntamente com o



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

Documento Oficial do Governo Brasileiro, o instrumento de referência para a celebração de contratos e acordos subsidiários aos Acordos de Doação (conforme a cláusula Décima Segunda).

(v) O Projeto ARPA é o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), contemplados tanto no Documento Oficial do Governo brasileiro, como no *Project Appraisal Document -PAD* (vinculado ao Grant Agreement nº...) firmado entre o Banco Mundial e o Funbio.

(vi) Documentos Oficiais do Projeto ARPA é o conjunto de documentos que regem todo o Projeto ARPA, sendo dentre outros: Decreto Presidencial de nº...; Documento Oficial do Governo Brasileiro; *Project Appraisal Document -PAD*;

(vii) Grant Agreement nº ... é o contrato mediante o qual o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, na condição de administrador dos recursos do Global Environmental Facility-GEF, doa recursos no montante de 30,000,000.00 *Special Drawing Rights* (SDR) ou Direito Especial de Saque (DES) ao Funbio, com a finalidade específica e exclusiva deste: (a) efetuar compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme previsto nos POAs das Ucs e aprovado pelo Comitê do Projeto ("CP"), de acordo com as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA (b) desenvolver os estudos e projetos pilotos aprovados pelo Comitê do Projeto, relacionados com a implementação do Componente 3 do Projeto ("Sustentabilidade financeira das UCs"), conforme definido no Documento Oficial do Governo Brasileiro; (c) constituir e administrar fundo fiduciário, nos termos do acordo com os doadores, para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

(viii) Manual do Operativo do Projeto ARPA para o Funbio é o manual que tem por objetivo orientar as atividades do Projeto a serem desenvolvidas pelo Funbio: (a) efetuar compras de bens e contratação de serviços (procurement), conforme previsto nos POAs das Ucs e aprovado pelo Comitê do Projeto ("CP"), de acordo com as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Funbio para o Projeto ARPA (b) desenvolver os estudos e projetos pilotos aprovados pelo Comitê do Projeto, relacionados com a implementação do Componente 3 do Projeto ("Sustentabilidade financeira das UCs"), conforme definido no Documento Oficial do Governo Brasileiro; (c) constituir e administrar fundo fiduciário, nos termos do acordo com os doadores, para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Projeto ARPA.

(ix) Coordenação Geral do Projeto (CG) é a instância decisória máxima do Projeto ARPA, composta pelo Ministério do Meio Ambiente ("MMA"), representado pela sua Secretaria Executiva ("SECEX"), Secretaria de Coordenação da Amazônia ("SCA") e Secretaria de Biodiversidade de Floresta ("SBF"), e pelo IBAMA, cabendo especificamente à SECEX a coordenação geral do Projeto ARPA junto às instituições de coordenação governamentais, em articulação com a política ambiental da República Federativa do Brasil, e ações correlatas.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

(x) Comitê do Projeto (CP) é a instância deliberativa colegiada, presidida pela SECEX e subordinada à CG, encarregada das seguintes atribuições, conforme escopo dos objetivos do Projeto ARPA: (a) propor, e aprovar estratégias de ação, (b) definir procedimentos e diretrizes, (c) estabelecer critérios para celebração de acordos, contratos e convênios relacionados ao Projeto ARPA, (d) analisar e aprovar POAs das UCs, e (e) analisar e opinar sobre relatórios físico-financeiros.

(xi) Painel Científico de Aconselhamento do Projeto (PCA) é formado por um quadro de cientistas de universidades; Instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas UCs. O PCA será escolhido e nomeado pelo Comitê do Projeto (CP).

(xii) Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) instituída no âmbito da SCA, possui natureza executiva, com as seguintes atribuições: (a) responsabilidade pelo estabelecimento de relação direta entre o CP e os diferentes executores do Projeto ARPA, (b) promover a supervisão física e financeira dos diferentes componentes do Projeto ARPA, (c) orientar técnica, financeira e administrativamente os executores do Projeto, conforme as regras do Banco Mundial, (d) sistematizar e consolidar os documentos recebidos dos diversos executores do Projeto, submetendo-os à análise e aprovação pelo CP, (e) receber POAs das UCs e do Funbio, (f) receber os relatórios físico-financeiros de todas os executores do Projeto, consolidando-os e encaminhando-os para análise e aprovação pelo CP, (f) desempenhar a função de secretaria executiva da CG e do CP, e (g) conduzir as reuniões para mediação e solução de controvérsias, solicitadas pelo CP, CG e demais representantes da sociedade civil.

(xiii) Comitê de Mediação para Solução de Conflitos é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, encarregada da coordenação executiva do projeto ARPA, com a finalidade de *i)* negociar e propor potenciais soluções para questões sociais, relativas a criação e implementação de UCs; *ii)* atuar como fórum de discussão para solução de questões e/ou conflitos relacionadas a populações tradicionais dentro de UCs de Proteção estrita. Este grupo deverá ser formado por representantes do CP, sendo MMA, FUNAI, IBAMA, (CNPT e DIREC) e INCRA. O detalhamento das atividades e procedimentos deste Comitê estarão detalhadas no Manual Operativo do Projeto ARPA.

(xiv) Plano Operativo Anual (POA) é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas para execução do Projeto ARPA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento das



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

responsabilidades referente a parceria entre o MMA e o Funbio, na implemenção das atividades do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), respaldadas no Decreto xxxxx, observando o conjunto de documentos oficiais do Projeto ARPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Compete ao MMA, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

- a) Coordenar a execução do Projeto ARPA, associado ao Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PP-G7) de modo a garantir a expansão e a consolidação de áreas protegidas no bioma Amazônia, assegurando a conservação da biodiversidade na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.
- b) Criar, num prazo de 10 (dez) anos, área com dimensão de 37,5 milhões de hectares de florestas sob proteção na Amazônia por meio da criação, implementação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável), na forma da legislação aplicável;
- c) Garantir a manutenção das unidades de conservação de proteção integral e dos serviços de vigilância das unidades de conservação de uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável);
- d) Garantir que os aportes financeiros necessários para a implementação do Projeto no âmbito governamental serão disponibilizados através dos orçamentos anuais da União;
- e) Criar as instâncias deliberativas do Projeto: a Coordenação Geral (CG) e o Comitê do Projeto (CP), que tomam as decisões no âmbito governamental e geral, respectivamente.
- f) Garantir que as atividades de coordenação operacional do Projeto serão exercidas por uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), secretariada por uma Coordenação Executiva (CE), subordinada ao Comitê de Projeto (CP); e,
- g) Apoiar a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) com a assessoria de um Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos.

II – Compete ao FUNBIO, no âmbito das UCs Federais contempladas no Projeto ARPA:

Atender as deliberações do Comitê de Projeto (CP) com vistas a:

- a) Desenvolver estudos sobre instrumentos financeiros e legais visando a sustentabilidade financeira de Unidades de Conservação;
- b) Desenvolver projetos pilotos visando a sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

- c) adquirir, com os recursos dos doadores, os bens necessários para a implementação dos POAs, previamente definidos e aprovados pelo CP.;
- d) contratar, com os recursos dos doadores, os serviços previamente definidos nos POAs e aprovados pelo CP, ficando desde já acordado entre as partes que os contratados não terão qualquer vínculo empregatício com o IBAMA ou o Funbio;
- e) Criar e gerir Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP), com vistas a garantir a manutenção das Unidades de Conservação contempladas pelo Projeto ARPA .
- f) Implementar as decisões do Comitê do Projeto (CP), salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, regimento interno, ou seu *modus operandi*.
- g) O Funbio não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.
- h) O Funbio não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer entidade executora do Projeto ARPA.

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS

Os bens adquiridos pelo Funbio serão objeto de termo de doação a ser celebrado com o IBAMA ou órgão Estadual ou Municipal ambiental competente por lei, no qual constará descrição detalhada do bem e será estabelecida expressamente a sua vinculação ao Projeto ARPA, sendo vedada a sua utilização para fins diversos daquele constantes do termo de doação.

Parágrafo Primeiro – Os bens doados serão imediatamente incorporados ao patrimônio do IBAMA ou órgão Estadual ou Municipal ambiental competente por lei.

Parágrafo Segundo – Nos bens móveis e/ou imóveis adquiridos pelo Funbio com recursos dos doadores e objeto de doação ao IBAMA ou órgão Estadual ou Municipal ambiental competente por lei, deverá ser aposta placa ou adesivo, conforme o caso, localizados em local de fácil visualização, contendo os seguintes dizeres: “Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA – Cooperação Técnica IBAMA-Funbio ou ou órgão Estadual ou Municipal ambiental competente por lei.”.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito meses), contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser renovado por igual período, através de Termo Aditivo.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O presente Termo não prevê a transferência de recursos entre as partes, sendo que cada parte deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, para o cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Único - Quando as ações referidas no *caput* desta cláusula envolverem transferência de recursos financeiros entre as partes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Os Partícipes podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Termo, sendo-lhes imputada as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Único - O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os partícipes, mediante justificativa consubstanciada no Termo Aditivo, obedecidas às disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, fica designado o Comitê de Projeto, para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Cooperação Técnica.

Parágrafo Único - Ao Agente Gerencial Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua Auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabível.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo primeiro do art. 61, da Lei número 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Instrumento, as partes concordam em submeter seus eventuais conflitos aos institutos de mediação, arbitragem, ou outra diligência que o Comitê do Projeto assim julgar como melhor forma de entendimento para dirimir possíveis contendas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS ANEXOS VINCULADOS A ESTE INSTRUMENTO

- a) Decreto Presidencial de nº... que reconhece o Projeto ARPA como compromisso da República Federativa brasileira.
- b) Documento de Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do MMA/SCA, sendo o documento oficial do Governo Federal do Brasil.
- c) Project Document – do Banco Mundial, sendo o documento oficial do Projeto ARPA para os seus doadores.
- d) Portaria (MMA) de criação do Comitê do Projeto, sendo documento oficial do Governo Federal do Brasil que reconhece esta unidade como instância máxima do Projeto ARPA..
- e) Acordo de doação (Grant Agreement nº....) do Banco Mundial (GEF) para o Funbio.
- f) Acordo de doação (nº....) do WWF-Brasil para o Funbio.
- g) Acordo de doação (nº....) do BrasilConnect para o Funbio.
- h) Convênio do MMA com o Funbio para repasse dos recursos do Kfw, através do PPG7 para o Funbio.
- i) Convênio de Assistência Técnica entre o GTZ e o Funbio.
- j) Manual de Operações do Projeto ARPA.
- k) Manual de Operações do Projeto ARPA para o Funbio.
- l) Manual do Fundo Fiduciário para o Projeto ARPA (FAP).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSSISTEMAS

Versão após reunião em BSB – 01 a 03/07/02

litígios oriundos deste Instrumento, ressalvados os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2002.

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

PEDRO WILSON LEITÃO FILHO
Diretor Executivo
FUNBIO

TESTEMUNHAS:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Serviço de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica

Protocolo Geral

(Nº de Protocolo: 00000.017129/2002-00)

Data do Protocolo:	20/09/2002	Hora do Protocolo:	15:47:22
Nº do Documento:	1685	Data do Documento:	20/09/2002
Tipo do Documento:	MEMORANDO		
Procedência:	Interna de pessoa jurídica Ministério do Meio Ambiente SCA/ARPA - SCA/ARPA		
Interessado:	DR. FLÁVIO MONTIEL (COORD. PROJETO ARPA) / SCA/MMA / FUNAI / INCRA		
Recurso Financeiro:	Não	Arquivado:	Não
Data para resposta:			
Resumo:	ENCAMINHA MINUTAS DOS TERMOS DE COOPERAÇÃO ENTRE O MMA, A FUNAI E O INCRA, RELATIVOS AO PROGRAMA ARPA.		
Cadastramento:	CONJUR/SAA - Serviço de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica Wagner Natalda Silva		

TRAMITAÇÕES

Data da Tramitação:	20/09/2002	Hora da Tramitação:	15:54:48
Destino:	Interno para pessoa física DRA. GISELA ALENCAR		
Encaminhamento:	O próprio	Data para resposta:	
Despacho:			
Cadastramento:	CONJUR/SAA - Serviço de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica Wagner Natalda Silva		
Data da Tramitação:	20/09/2002	Hora da Tramitação:	15:47:22
Destino:	Interno para pessoa jurídica Ministério do Meio Ambiente CONJUR/SAA - Serviço de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica		
Encaminhamento:	O próprio	Data para resposta:	
Despacho:	Este trâmite foi gerado automaticamente pelo sistema, indicando a entrada do documento no órgão/unidade que o cadastrou.		
Cadastramento:	CONJUR/SAA - Serviço de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica Wagner Natalda Silva		

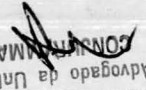
Do Sr. Luciano Carlesso,
para análise.
25/09/02

Gisela Santos de Alencar
Consultora Jurídica
OAB/DF 9789

1. juntar-se cópias de mensagens
de convergência da reunião realizada
na data 03/10/2002 entre
o TEMA, bem como a lista
de presença

2. Ao Sr. Valtér OTAVIANO
por pertinência


BBB 07/10/2002


Luciano Otávio Carlosso
Advogado da União
CONJUR/MMA

P/ D^a Tânia Araújo

Encaminho-os conforme solicitado.

07/10


Valtér Otávio Júnior
Advogado da União
CONJUR/MMA



Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Coordenação da Amazônia

Correspondência Expedida: Memorando 1685/2002

- Nº de registro no sistema: 10184
- Remetente: Flávio Montiel/Coordenador do ARPA
- Destinatário: Mary Allegretti/Secretária de Coordenação da Amazônia
- Classificação:
- Incluído por: Lucy Heri Yamaguti
- Data do documento: 20/9/2002
- Antecedentes:
- Resumo/Observações:
Encaminha minutas dos termos de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente a FUNAI e o INCRA relativos ao programa ARPA.
- Anexos:

Recebido na CONSVR
em 20 / 09 / 02
às 15 : 45 .

Mary Allegretti
Assinatura

● Tramitações:

DATA	Remetente	Destinatário	Despacho
20/9/2002	SAG/SCA	Carmen Yammine/Chefe do Gabinete da SCA	Para conhecimento e despacho
20/9/02	Carmen	CONJUR	Solicitando análise e parecer. <i>Carmen Yammine</i> Chefe de Gabinete Secretaria de Coordenação da Amazônia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA



Memorando nº 1685 SCA/MMA


Em, 20 de SETEMBRO de 2002.

À Secretária de Coordenação da Amazônia

Assunto: Encaminha Minutas dos Termos de Cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente a FUNAI e o INCRA relativos ao programa ARPA

Dando continuidade ao processo de atendimentos das condições de efetividade previstas pelo PDA do Banco Mundial, encaminho as MINUTAS dos Termos de Cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente a FUNAI e o INCRA, relativos ao programa ARPA, para a devida apreciação pelo jurídico deste Ministério.

Atenciosamente,


FLAVIO MONTIEL
Coordenador do ARPA

MINUTA 14/06/02

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ARPA Nº



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS PARTÍCEPES, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES REASSENTAMENTO, PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE -MMA, órgão da Administração Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 e Medida Provisória nº 1.795, de 01 de janeiro de 1999 e suas reedições subsequentes, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375/0001-07, doravante denominado **MMA**, neste ato representado por seu Ministro de Estado do Meio Ambiente, **JOSÉ CARLOS CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente na praça Marino Mendes Campos, 12 – Apt. 503, Bairro Anchieta, Belo Horizonte e domiciliado nesta Capital, Carteira de Identidade nº MG-10.735.933 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.735.597-34, conforme atribuição que lhe confere o Decreto Presidencial de 04 de março de 2002, publicado no DOU de 5 de março de 2002, pag. 2, Seção 2 e a **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**, doravante denominado **INCRA**, criado pela Lei nº xxx, sediado em Brasília – DF, situado no, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por seu Titular, **XXXXX**, residente _____ e domiciliado à _____ - Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade nº XXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXX, _____, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, no que couber, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Instruções Normativas nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, nº 03, de 27 de maio de 1991, e nº 10, de 02 de outubro de 1991, ambas do Departamento do Tesouro Nacional, conforme processo nº _____, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo a conjugação de esforços entre partícipes para a implementação de ações de reassentamento referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), respaldadas no Decreto nº 4.326/2002.

PARÁGRAFO ÚNICO – As atividades a serem executadas, no tocante aos componentes, serão objeto de apreciação e decisão das instâncias deliberativas, isto é, a Coordenação Geral (CG) e o Comitê de Programa (CP), conforme disposto no Artigo 3º do Decreto nº 4.326/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Compete ao MMA:

- a) Estabelecer e manter no Ministério do Meio Ambiente – MMA uma Unidade Coordenação Geral do ARPA com: (i) Responsabilidades, estrutura e funções adequadas; (ii) equipe em número e qualificação adequados à execução das tarefas técnicas, administrativas e financeiras exigidas pelo ARPA; e,
- b) encaminhar, quando solicitado pelo Comitê do Programa (CP), demandas em relação a reassentamento de populações não tradicionais (produtores familiares) no âmbito do Projeto.

II – Compete ao INCRA:

- a) Encaminhar as demandas de reassentamento de famílias (populações não tradicionais) para Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Projetos de Assentamento Agroextrativista, ou outros, existentes ou a serem criados, preferencialmente em áreas próximas ao local de residência dessas famílias;
- b) Garantir as condições de tratamento dos produtores familiares prescritas pela legislação brasileira e que nenhuma atividade ou estudo será elaborado ou executado sem prévia consulta e consideração da opinião dessas famílias; e,
- c) Realizar outras atividades que assegurem a boa execução do ARPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser renovado por igual período, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Os signatários deste Termo podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Termo, sendo-lhes imputada as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido, de comum acordo entre os signatários ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de conformidade com a legislação em vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os signatários, mediante justificativa consubstanciada no Termo Aditivo, obedecidas às disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, ficam designados o Coordenador do Projeto ARPA como representante do MMA, e _____, como representante do INCRA, para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Cooperação Técnica.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao Agente Gerencial Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua Auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei número 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, ressalvados os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2002.

JOSÉ CALOS CARVALHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

XXXX
Presidente do INCRA

TESTEMUNHAS:

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ARPA Nº**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS PARTÍCEPES, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES, PARA A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE -MMA, órgão da Administração Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 e Medida Provisória nº 1.795, de 01 de janeiro de 1999 e suas reedições subseqüentes, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375/0001-07, doravante denominado **MMA**, neste ato representado por seu Ministro de Estado do Meio Ambiente, **JOSÉ CARLOS CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente na praça Marino Mendes Campos, 12 – Apt. 503, Bairro Anchieta, Belo Horizonte e domiciliado nesta Capital, Carteira de Identidade nº MG-10.735.933 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.735.597-34, conforme atribuição que lhe confere o Decreto Presidencial de 04 de março de 2002, publicado no DOU de 5 de março de 2002, pag. 2, Seção 2 e a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**, doravante denominada **FUNAI**, criada pela Lei nº 5.371 de 05 de dezembro de 1967, sediada em Brasília – DF, situada no SRTVS, Bloco "A", Edifício LEX, 3º andar, Zona Central, Plano Piloto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por seu Titular, **XXXXX**, residente _____ e domiciliado à _____ - Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade nº XXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXX, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, no que couber, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Instruções Normativas nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, nº 03, de 27 de maio de 1991, e nº 10, de 02 de outubro de 1991, ambas do Departamento do Tesouro Nacional, conforme processo nº, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo a conjugação de esforços entre partícipes para a implementação de ações referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), respaldadas no Decreto nº 4.326/2002.



PARÁGRAFO ÚNICO – As atividades a serem executadas, no tocante aos componentes, serão objeto de apreciação e decisão das instâncias deliberativas, isto é, a Coordenação Geral (CG) e o Comitê do Programa (CP), conforme disposto no Artigo 3º do Decreto nº 4.326/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Compete ao MMA:

- a) Estabelecer e manter no Ministério do Meio Ambiente –MMA uma Unidade Coordenação Geral do ARPA com: (i) Responsabilidades, estrutura e funções adequadas; (ii) equipe em número e qualificação adequados à execução das tarefas técnicas, administrativas e financeiras exigidas pelo ARPA;
- b) dar apoio técnico à FUNAI (PPTAL e PDPI) para a execução das atividades necessárias à elaboração e execução de atividades em Terras Indígenas previstas no ARPA ou nas eventuais ações deliberadas pelo Comitê do Programa (CP);
- c) ouvir a FUNAI, quando da criação de novas Unidades de Conservação, visando evitar a sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas e a identificação de grupos indígenas isolados; e,
- d) encaminhar, quando solicitado pelo Comitê do Programa (CP), demandas em relação a atividades a serem desenvolvidas em Terras Indígenas.

II – Compete a FUNAI:

- a) Encaminhar demandas de povos indígenas presentes na área de influência do ARPA ao Comitê do Programa (CP);
- b) Encaminhar ao PPTAL e PDPI demandas identificadas pelo Comitê do Programa (CP);
- c) Estabelecer procedimentos para informar à Coordenação do Programa ARPA de eventuais sobreposições de Unidades de Conservação e Terras Indígenas no âmbito do ARPA;
- d) Estabelecer procedimentos para informar à Coordenação do Programa ARPA de eventuais identificações de grupos isolados indígenas em Unidades de Conservação no âmbito do ARPA;
- e) Garantir condições de trato com povos indígenas que prescreve a legislação nacional e que nenhuma atividade ou estudo será elaborado ou executado em Terras Indígenas sem a prévia consulta a qualquer povo indígena da área do Projeto ou entorno, sem considerar a opinião desses povos indígenas; e,
- f) Realizar outras atividades que assegurem a boa execução do ARPA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser renovado por igual período, através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO**

Os signatários deste Termo podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Termo, sendo-lhes imputada as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido, de comum acordo entre os signatários ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os signatários, mediante justificativa consubstanciada no Termo Aditivo, obedecidas às disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, ficam designados o Coordenador do Projeto ARPA como representante do MMA, e _____, como representante da FUNAI, para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Cooperação Técnica.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao Agente Gerencial Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua Auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabível.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei número 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, ressalvados os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

MINUTA 14/06/02



E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2002.

JOSÉ CALOS CARVALHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

XXXX
Presidente da FUNAI

TESTEMUNHAS:



ESTATUTO

Estatuto da
Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio



Capítulo I - Da Denominação, Natureza, Sede e Duração	Pág. 2
Capítulo II - Dos Objetivos	Pág. 2
Capítulo III - Da Composição Social e Responsabilidade De Seus Membros	Pág. 3
Seção I - Da Responsabilidade e Preposição	Pág. 3
Seção II - Dos Tipos de Associado	Pág. 3
Seção III - Da Admissão	Pág. 4
Seção IV - Dos Direitos e Deveres	Pág. 4
Seção V - Da Exclusão	Pág. 5
Capítulo IV- Do Patrimônio e sua Destinação	Pág. 6
Seção I - Do Patrimônio	Pág. 6
Seção II - Da Aplicação de Recursos	Pág. 6
Seção III - Extinção	Pág. 7
Capítulo V - da Administração	Pág. 7
Seção I - Dos Órgãos e Aspectos Gerais	Pág. 7
Seção II - Do Conselho Deliberativo	Pág. 7
Seção III - Da Composição Conselho Deliberativo	Pág. 8
Seção IV - Das Atribuições Do Conselho Deliberativo	Pág. 9
Seção V - Das Reuniões Plenárias do Conselho Deliberativo	Pág. 10
Seção VI - Das Comissões Técnicas do Conselho Deliberativo	Pág. 11
Seção VII - Da Comissão de Finanças e Auditoria	Pág. 12
Seção VIII - Do Comitê Executivo	Pág. 12
Seção IX - Do Presidente do Conselho Deliberativo	Pág. 13
Seção X - Da Secretaria Executiva	Pág. 14
Seção XI - Do Diretor Executivo	Pág. 15
Seção XII - Do Conselho Consultivo	Pág. 15
Capítulo VI - Das Disposições Gerais e Transitórias	Pág. 16

19º OFÍCIO DE NOTAS - Nº 1544702
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Tel. 240-0624
Av. Graça Aranha, 326 2º andar RJ
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
ATINAIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APMN - 33
Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$.0,90





Capítulo I

Da Denominação, Natureza, Sede e Duração

Artigo 1º - O **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade**, cuja sigla é **Funbio**, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída sob a Lei da República Federativa do Brasil, que se regerá por este Estatuto e pela legislação em vigor.

Parágrafo único - É incompatível com a missão do **Funbio** a percepção pelos associados de rendimentos financeiros ou patrimoniais de qualquer natureza e título, oriundos do resultado positivo das operações e atividades realizadas pela entidade.


Artigo 2º - O **Funbio** tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, no Largo do Ibm, nº 1, parte, Humaitá, Rio de Janeiro/RJ, podendo abrir filiais em outras cidades da federação e no exterior.

Artigo 3º - O tempo de duração do **Funbio** é indeterminado.

Capítulo II


Dos Objetivos

Artigo 4º - O **Funbio** tem por finalidade catalisar ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil, tendo como referência geral as diretrizes da convenção sobre diversidade biológica, considerando inclusive as relações entre a biodiversidade e outras questões ambientais globais conexas. Seu fim e objetivo prevêem especialmente o suporte a essas iniciativas, suprindo e/ou diligenciando para que obtenham apoio financeiro, técnico e material. O **Funbio** deve, na consecução de seus objetivos maiores e finais, especialmente:

- I - Apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não;
 - II - Promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a Sociedade Civil e com a Iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades;
- 

190 OFICIO DE NOTAS - Nº 1544703
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - RJ - Tel. 240-0624
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADI RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APM - 33
n/Ant. 0,12 - P/Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$ 0,90



- 
- III - Contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais;
- IV - Fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares;
- V - Gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação;
- VI - Implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa.

Capítulo III

Da Composição Social e Responsabilidade De Seus Membros

• Seção I - Da Responsabilidade e Preposição

Artigo 5º - Os membros Conselheiros do **Funbio** serão seus associados e não responderão, em qualquer situação, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais


Artigo 6º - A nenhum membro do **Funbio** será intuída a preposição ou representação da entidade sem que porte instrumento expresso e determinado de outorga ou delegação ou, ainda, ocupe cargo ou função determinados expressamente neste estatuto.

• Seção II - Dos Tipos de Associado

Artigo 7º - O **Funbio** será composto de duas categorias de associados:

- I - Conselheiros Efetivos**
- II - Conselheiros Consultores**

Parágrafo 1º - Os Conselheiros Efetivos compõem a totalidade do quadro de sócios do **Funbio** para os fins dos artigos 1375º e seguintes do Código Civil, e são aqueles



199 OFICIO DE NOTAS -

MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544704

Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624

Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000

SINAR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APMM - 33

Doc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$ 0,90



que estão no pleno exercício de seus direitos sociais e funções como membros do Conselho Deliberativo da **Funbio**, conforme artigo 29º (vigésimo nono).



Parágrafo 2º - Os Conselheiros Consultores são aqueles que, tendo sido Efetivos, sejam eleitos pelo Conselho Deliberativo para compor o Conselho Consultivo da instituição, zelando e auxiliando-a a atingir seus objetivos.

Parágrafo 3º - Os associados que participaram da Assembléia de Fundação do **Funbio**, passarão a dispor e ostentar da denominação de "Fundadores", além daquela relativa à categoria que lhes couber, sem que tal denominação signifique direito ou dever distinto da categoria que integrar.

• Seção III - Da Admissão

Artigo 8º - A admissão dos associados, em qualquer categoria, será decisão do Conselho Deliberativo, e, quando para o preenchimento de suas próprias vagas, respeitará as regras de proporcionalidade e representatividade descritas neste estatuto.

Parágrafo único - Somente será admitido associado que tenha obtido indicação de algum Conselheiro Efetivo, observado o disposto no artigo 32º desse estatuto.

• Seção IV - Dos Direitos e Deveres

Artigo 9º - Aos Conselheiros Efetivos caberá a gestão do **Funbio** nos termos deste estatuto, cumprindo-o e fazendo com que se cumpram suas determinações.

Artigo 10º - Aos Conselheiros Consultores caberá formar um grupo de aconselhamento à entidade e ao Conselho Deliberativo para o cumprimento da missão institucional do **Funbio**.

Artigo 11º - Os Conselheiros Efetivos não poderão ostentar a qualificação de Conselheiros Consultores, nem utilizar-se de suas prerrogativas, enquanto perdurar o mandato no Conselho Deliberativo.

Artigo 12º - Não haverá distinção em direitos e deveres entre os associados fundadores e os não fundadores.

199 OFICIO DE NOTAS - Nº 1544705
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Tel. 240-0624
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ
Certifico que a presente é cópia fiel
original que foi exibido.



• **Seção V - Da Exclusão**

Artigo 13° - O Conselheiro Efetivo, membro vogal ou suplente, que se ausentar consecutivamente a 3 (três) sessões ordinárias do Conselho Deliberativo, perderá seu mandato.

Parágrafo único - A vacância derivada da aplicação dos termos deste artigo, para ter validade, deverá ser declarada pelo Conselho Deliberativo e terá preferência na substituição periódica estipulada aos membros deste.

Artigo 14° - Perderá a condição de associado e o direito de ostentá-la publicamente aquele que por seus atos, práticas ou palavras, direta ou indiretamente, contribuir contrariamente à causa da conservação da biodiversidade, do uso sustentável dos recursos naturais, bem como de objetivos e meios outros, descritos neste estatuto e nos códigos de conduta que o **Funbio** vier a adotar.

Parágrafo único - Preservado o direito à discordância e ampla liberdade de opinião, aplicar-se-á igual penalidade àquele que agir formal e contrariamente a este estatuto, ao espírito associativo, insubordinar-se aos fóruns internos de deliberação estabelecidos e às diretrizes unânimes da instituição; assim como àquele que, do ponto de vista da entidade, agir de forma improba ou contrária à ordem pública e à lei, ou, que cause danos de qualquer natureza ao **Funbio**, à sua imagem e a de seus conselheiros e membros do corpo técnico-administrativo.

Artigo 15° - O Conselho Deliberativo decidirá e aplicará as penalidades aos associados do **Funbio**.

Parágrafo único - Da decisão do Conselho Deliberativo caberá recurso ao Conselho Consultivo com efeito meramente devolutivo, em julgo arbitral, que se reunirá e decidirá, inclusive, quanto aos métodos processualísticos a serem adotados e que preservem a ampla defesa das partes envolvidas.

Artigo 16° - Toda penalidade poderá ser revista pelo Conselho Deliberativo e, quando não contar com limites que a justifiquem provisória, será considerada permanente.

Artigo 17° - Não será admitido no **Funbio** aquele que tenha sido apenado com a exclusão de seu quadro social enquanto vigorar a penalidade estabelecida.



199 OFICIO DE NOTAS - Nº 1544706
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Tel. 240-0624
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Ver. 240-0624
O que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APM - 33
Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$ 0,90

OFICIO DE NOTAS
SELO DE FISCALIZAÇÃO
DA JUSTIÇA RJ
CORREGEDORIA GERAL
24497

Artigo 18° - Perderá a condição de associado, o Conselheiro Efetivo ao fim do seu mandato e todo aquele que prestar serviços remunerados ao **Funbio**.

Artigo 19° - O ato de associar-se ao **Funbio** designa livre intenção de associação e inclui expressa opção de estipulação de juízo arbitral, nos litígios que envolvam os membros e ex-membros do **Funbio**, em relação a instituição e seus órgãos e decisões. A corte arbitral será composta pelo Conselho Consultivo do **Funbio**.

Capítulo IV

Do Patrimônio e sua Destinação

• Seção I - Do Patrimônio

Artigo 20° - O patrimônio do **Funbio** será constituído por:

- I - Doações de bens e direitos
- II - Bens e direitos provenientes de rendas patrimoniais
- III - Bens e direitos derivados das atividades exercidas pela entidade
- IV - Outras fontes

• Seção II - Da Aplicação de Recursos

Artigo 21° - Todo patrimônio e receitas do **Funbio** deverão ser investidos nos objetivos a que se destina a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento administrativo.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto acima, o patrimônio financeiro do **Funbio** deverá ser prioritariamente investido diretamente no suporte dos programas atinentes ao objeto social da entidade.

Artigo 22° - Aos associados ou doadores, não será admitida a percepção de qualquer remuneração, distribuição de lucros, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, ou outras vantagens pecuniárias auferidas mediante o exercício das atividades do **Funbio**.

199 OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544707
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APMM - 33
P/Aut. 0,17 - P/Proc. Dados 1,72 - P/ETD 0,38 - Total R\$.0,90



- **Seção III - Extinção**

Artigo 23° - A extinção do **Funbio** que resulte de decisão unilateral do Conselho Deliberativo deve contar com a anuência de 2/3 (dois terços) de seus membros.



Capítulo V

da Administração

- **Seção I - Dos Órgãos e Aspectos Gerais**

Artigo 24° - A administração do **Funbio** é exercida por seus órgãos, observadas as competências a eles atribuídas neste estatuto.

Artigo 25° - São órgãos do **Funbio**:

- I - Conselho Deliberativo
- II - Comissões Técnicas
- III - Comissão de Finanças e Auditoria
- IV - Comitê Executivo
- V - Presidência do Conselho Deliberativo
- VI - Secretaria Executiva
- VII - Conselho Consultivo

Artigo 26° - Aos membros dos Conselhos não será atribuída responsabilidade solidária ou subsidiária quanto aos atos praticados e derivados de decisão coletiva, que respeitem ao estatuto do **Funbio** e à lei brasileira.

Artigo 27° - Não haverá remuneração para o exercício dos cargos atribuídos aos associados.

- **Seção II - Do Conselho Deliberativo**

Artigo 28° - O Conselho Deliberativo é o órgão supremo do **Funbio** e a ele caberá a administração direta da entidade e a deliberação quanto a seus métodos e fins.

199 OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544688
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 05 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APM - 33
Int. 0,17 - P/Proc. Dados 1,72 - ECT 0,38 - Total R\$.0,90





• **Seção III - Da Composição do Conselho Deliberativo**

Artigo 29° - O Conselho Deliberativo é composto pelos sócios, Conselheiros Efetivos, pessoas físicas de reputação ilibada, comprometidas com a causa do **Funbio** e que sejam oriundas dos setores sociais abaixo indicados:

- I - Setor Empresarial
- II - Setor Acadêmico
- III - Setor Ambientalista não governamental

Artigo 30° - A composição total do Conselho Deliberativo respeitará a equidade entre os três setores acima apontados, sendo os membros do Conselho denominados vogais e em número de 4 (quatro) para cada setor, acrescida de outros 4 (quatro), também por setor, denominados suplentes.

Artigo 31° - Os membros Conselheiros Efetivos terão mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução consecutiva.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Deliberativo serão renovados à razão de 25% (vinte e cinco por cento) dos membros de cada setor por ano.

Artigo 32° - Os sócios oriundos dos setores sociais que compõem o Conselho Deliberativo serão selecionados a partir de indicação de conselheiros associados a esses mesmos setores, dentre pessoas com interesse e conhecimento nas áreas de atuação do **FUNBIO**, portadoras de competências específicas e capazes de contribuir para que o **FUNBIO** opere adequadamente na multiplicidade de frentes de trabalho que o cumprimento dos seus objetivos exigirem.

Parágrafo único - Independentemente do poder e competência plenos do Conselho Deliberativo relativo ao arbítrio irrenunciável em eleger seus membros, cada grupo social poderá praticar processos próprios para a indicação dos candidatos preferenciais às vagas existentes.

Artigo 33° - As vagas determinadas a um setor social não poderão ser preenchidas por pessoas estranhas a ele.

Artigo 34° - Além dos membros dos setores elencados no artigo 29° deste estatuto, o **Funbio** reservará, junto a seu Conselho Deliberativo, 4 (quatro) vagas permanentes, 2 (duas) para membros vogais e 2 (duas) para membros suplentes, em igualdade de condições aos membros efetivos, para representantes e/ou pessoas indicadas pelo Ministério do Meio Ambiente ou organismo federal que o suceda. Neste caso, o mandato será submetido ao interesse

19º OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544689
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APMN - 33
P/Aut. 0,17 - P/Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$0,90



e determinação ministerial, sem que haja prazo previamente determinado para seu cumprimento.



• **Seção IV - Das Atribuições do Conselho Deliberativo**

Artigo 35º - O Conselho Deliberativo terá por atribuições:

- I - Definir o programa estratégico e operacional do Funbio;**
- II - Eleger seu Presidente e Vice-Presidente entre seus membros;**
- III - Aprovar até 30 de novembro de cada ano, o plano de trabalho e a conseqüente proposta orçamentária do Funbio para o exercício seguinte;**
- IV - Aprovar, até 31 de março de cada ano, o relatório anual do Funbio, a sua prestação de contas relativa ao exercício anterior e o parecer do auditor independente;**
- V - Aprovar as diferentes iniciativas e instrumentos de realização de sua missão e objetivos;**
- VI - Supervisionar e aprovar processos de seleção de projetos, de definição dos recursos a eles destinados e de acompanhamento da sua execução;**
- VII - Acompanhar a execução dos planos operacionais anuais aprovados e dos seus respectivos orçamentos;**
- VIII - Aprovar normas operacionais e códigos de conduta;**
- IX - Aprovar a aceitação de doações com encargos e condicionadamente, bem como as que possam acarretar ônus de qualquer natureza;**
- X - Aprovar a aceitação de normas e procedimentos solicitadas por doadores;**
- XI - Aprovar a contratação das firmas que farão a gestão de ativos e auditoria independente;**
- XII - Escolher e contratar o Diretor Executivo;**
- XIII - Aprovar Regimentos Internos e suas alterações;**
- XIV - Aprovar alterações estatutárias;**

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APMM - 33
n/aut. A 17 - P/Proc. Dados 1,72 - PETJ 0,38 - Total R\$.0,90



XV - Eleger os membros que preencherão suas vagas e aprovar o ingresso de novos associados;

XVI - Aprovar a extinção do **Funbio** e a destinação de seu patrimônio, conforme artigos 23º e 67º deste estatuto;

XVII - Deliberar sobre todos os assuntos que digam respeito à gestão da entidade;

XVIII - Eleger os membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo.

Parágrafo único - O Plano de Trabalho, a proposta orçamentária e a prestação de contas do exercício anterior, serão objeto de acesso público, devendo o Conselho Deliberativo zelar pela sua publicação em meio eficaz.

• **Seção V - Das Reuniões Plenárias do Conselho Deliberativo**

Artigo 36º - O Conselho Deliberativo se reunirá em Reuniões Plenárias, também denominadas Seções:

I - Ordinárias, 3 vezes ao ano;

II - Extraordinárias, sempre e quando necessário.

Artigo 37º - A convocação da Reunião Plenária do Conselho Deliberativo competirá ao seu Presidente ou, quando assim deliberar, um quarto de seus membros.

Parágrafo primeiro - A Reunião Plenária Ordinária obedecerá calendário fixado no plano anual de trabalho do **Funbio**, aprovado pelo Conselho Deliberativo no exercício anterior, cabendo à Secretaria Executiva diligenciar junto aos Conselheiros visando o cumprimento dessa agenda.

Parágrafo segundo - A tarefa de divulgação da convocação da Reunião Plenária Extraordinária caberá à Secretaria Executiva que, com a devida antecedência, dará ciência a todos os conselheiros, sempre que possível, com a comprovação do recebimento da notícia, podendo valer-se, para tanto, de todos os meios de comunicação disponíveis.

Artigo 38º - A Reunião Plenária do Conselho Deliberativo ocorrerá em primeira chamada, se presentes, ao menos 1/3 (um terço) de seus membros efetivos ou suplentes em exercício e, em segunda e



19º OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544691
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APM - 33
P/Aut. 0,17 - P/Proc. Dados 1,72 - PETJ 0,38 - Total R\$ 0,90



última, 30 (trinta) minutos após a primeira chamada, em qualquer número. Suas decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes, observados os limites deste estatuto.



Parágrafo único - Todos os Conselheiros Efetivos terão direito à voz nas Plenárias do Conselho Deliberativo. Os Conselheiros Efetivos Vogais terão direito a voto. A participação com direito a voto dos Conselheiros Efetivos Suplentes, bem como as regras que disciplinam a suplência e vacância, serão determinadas por resoluções do Conselho Diretor e somente terão efeito para os atos futuros.

• **Seção VI - Das Comissões Técnicas do Conselho Deliberativo**

Artigo 39º - O Conselho Deliberativo deverá organizar Comissões com o objetivo geral de orientar de modo específico o cumprimento dos múltiplos objetivos e obrigações do **Funbio** e de catalisar as competências específicas dos membros do Conselho, agrupando-as de tal forma que possam melhor servir às necessidades do **Funbio**.

Parágrafo primeiro - As Comissões serão instâncias de análise, aconselhamento e recomendação ao Conselho Deliberativo e à Secretaria Executiva do **Funbio**, podendo extraordinariamente exercer capacidade decisória, por delegação expressa e determinada do Conselho Deliberativo.

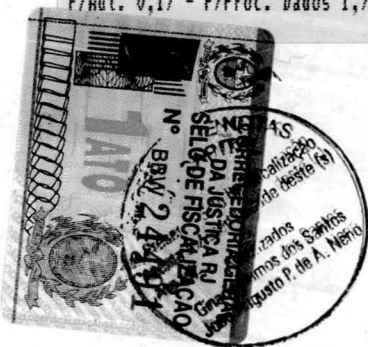
Parágrafo segundo - Ainda que tenham por escopo agregar competências específicas, a composição das Comissões procurará atender ao princípio de representatividade dos setores que compõem o Conselho Deliberativo.

Artigo 40º - As Comissões serão criadas pelo Conselho Deliberativo sempre que este considerá-las necessárias, devendo contar com objetivos específicos, composição definida e prazo de existência, quando temporárias.

Artigo 41º - O responsável pelos trabalhos, andamentos e resultados das Comissões será seu Coordenador e, na falta desse, seu Vice-Coordenador, sendo ambos eleitos entre os membros da comissão.

199 OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544692
Av. Graça Aranha, 326 29 andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APMN - 33
P/Aut. 0,17 - P/Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$.0,90



Artigo 42° - As comissões deverão contar com agendas e calendários próprios de trabalho, definidos em função da distribuição de suas obrigações no programa de trabalho anual do **Funbio**.



• **Seção VII - Da Comissão de Finanças e Auditoria**

Artigo 43° - A Comissão de Finanças e Auditoria é a única Comissão obrigatória do **Funbio**, exercendo as funções de conselho fiscal e com competência mínima para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade. Seu funcionamento é permanente.

Artigo 44° - A composição e competência extensiva da Comissão de Finanças e Auditoria será delimitada pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 45° - No cumprimento de sua competência mínima a Comissão de Finanças e Auditoria terá acesso franqueado e irrestrito a todos os livros e controles do **Funbio** e a todos seus arquivos e dependências.

• **Seção VIII - Do Comitê Executivo**

Artigo 46° - O Comitê Executivo é a instância coordenadora e orientadora dos trabalhos das Comissões e supervisora e orientadora dos afazeres da Secretaria Executiva.

Artigo 47° - O Comitê Executivo é composto pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo e pelos Coordenadores das Comissões.

Artigo 48° - Caberá ao Comitê Executivo ouvir em primeira instância as recomendações ou os relatos dos trabalhos conduzidos pelas Comissões Técnicas e pela Secretaria Executiva, bem como decidir sobre questões operacionais imediatas que requeiram orientação ou referendo do Conselho Deliberativo, mas que não justifiquem a convocação de reunião extraordinária ou manifestação daquele conselho.

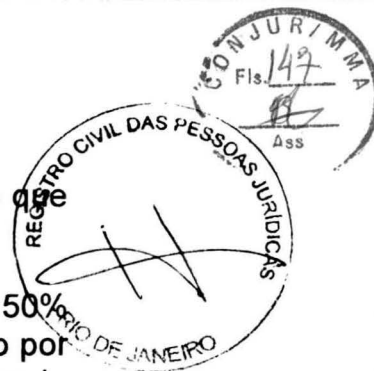
Parágrafo primeiro - O Comitê Executivo somente poderá decidir as questões de competência do Conselho Deliberativo por autorização direta e específica ou *ad referendum* deste.

Parágrafo segundo - As decisões do Comitê Executivo poderão ser sempre reavaliadas pelo Conselho

199 OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544693
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
ALGIBERTO RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APNM - 33
Pror. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$ 0,90



Deliberativo e terão sempre eficácia determinada até que este resolva decidir em contrário.



Artigo 49° - O quorum mínimo do Comitê Executivo é de 50% (cinquenta por cento) de seus membros, admitida a participação por métodos de conferência remota, desde que de alguma sorte comprováveis.

Artigo 50° - O Comitê Executivo deverá reunir-se sempre que assim dispuserem seus membros, o Presidente do **Funbio**, ou o Diretor Executivo da entidade, no intervalo das reuniões plenárias do Conselho Deliberativo, para cumprir as funções que lhe são previstas neste estatuto e com o intuito de preparar a pauta e orientar o desenvolvimento dos assuntos a serem submetidos ao Conselho Deliberativo.

• **Seção IX - Do Presidente do Conselho Deliberativo**

Artigo 51° - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo:

- I - Representar o **Funbio** ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, promovendo sua representação em todas as instâncias por presença pessoal ou outorga específica e determinada de poderes;
- II - Convocar e presidir as Reuniões Plenárias do Conselho Deliberativo, secretariado pela Secretaria Executiva do **Funbio**;
- III - Convocar e presidir as Reuniões Plenárias do Conselho Executivo, secretariado pela Secretaria Executiva do **Funbio**;
- IV - Designar relatores para os assuntos submetidos ao Conselho Deliberativo;
- V - Supervisionar as atividades do **Funbio**, promovendo os atos necessários à sua administração;
- VI - Submeter ao Conselho Deliberativo as indicações do gestor financeiro, do auditor independente e do captador de recursos, este último, quando houver;
- VII - Exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho Deliberativo;

199 OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544696
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APMM - 33
P/Out. 0,17 - P/Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$ 0,90



VIII - Expressar, com voto de qualidade, nos casos cuja votação termine em empate, seja no Conselho Deliberativo ou no Executivo;

IX - Abrir e fechar contas bancárias, assinar cheques e aceites em títulos de crédito, firmar contratos, distratos, acordos e transações, dar e receber quitação, receber e requerer alvarás, tudo por e em nome do Funbio, respeitadas as limitações estatutárias.

Parágrafo único - As competências descritas nos itens I, IV e IX acima poderão ser objeto de delegação expressa ao Vice-Presidente e/ou Diretor Executivo do Funbio.

Artigo 52º - O Presidente, em suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente e, na ausência de ambos, por um conselheiro designado pelo Conselho Executivo *ad referendum* do Conselho Deliberativo.

Artigo 53º - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente é de 2 (dois) anos, admitida uma recondução consecutiva.

• Seção X - Da Secretaria Executiva

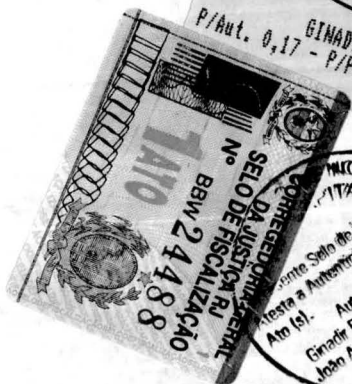
Artigo 54º - A Secretaria Executiva executará a estratégia e o programa de trabalho do Funbio, tanto nos seus aspectos técnicos quanto nos administrativos e financeiros, assistindo também o Conselho Deliberativo com propostas, análises e informações necessárias às suas decisões.

Artigo 55º - A Secretaria Executiva será composta de uma equipe permanente de funcionários do Funbio, devendo ter estrutura ágil, leve, de baixo custo, orientada para destinar o máximo dos recursos do Funbio para o apoio de suas atividades-fins.

Artigo 56º - O Associado do Funbio que vier a compor um dos quadros da Secretaria Executiva terá suspensos seus direitos de associado enquanto perdurar esta vinculação.



MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544694
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APM - 33
P/Aut. 0,17 - P/Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$.0,90



COPIA
ORIGINAL
Selo de Fiscalização
Atesta a Autenticidade desta (s)
Assinatura: Autorizados
Ginadir Ramos dos Santos
João Augusto P. de A. Neto



• **Seção XI - Do Diretor Executivo**

Artigo 57° - Ao Diretor Executivo cabe gerenciar os negócios sociais do **Funbio** e dirigir a Secretaria Executiva.

Artigo 58° - O Diretor Executivo será nomeado pelo Conselho Deliberativo e a ele competirá:

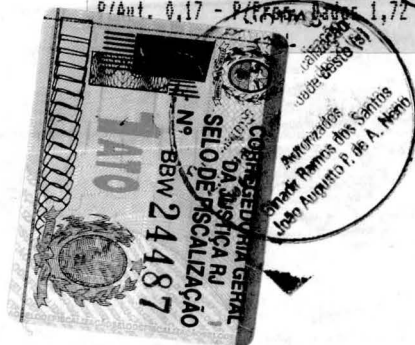
- I - Representar o **Funbio** ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por via de instrumento de outorga de poderes específicos emitido pelo Presidente da entidade na forma como disposto no artigo 51° e § único;
- II - Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as diretrizes operacionais determinadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Executivo;
- III - Encaminhar as propostas e pedidos de apoio financeiro a projetos para decisão do Conselho Deliberativo, após as necessárias avaliações;
- IV - Providenciar a elaboração para encaminhamento anual ao Conselho Deliberativo de:
 - a) Plano de Trabalho, proposta orçamentária, relatório, prestação de contas e parecer do auditor independente;
 - b) Avaliação das entidades responsáveis pela gestão financeira, auditoria e captação de recursos;
- V - Apresentar quadrimestralmente ao Conselho Deliberativo, relatório sucinto sobre o andamento dos trabalhos e balancete das operações realizadas até mês anterior ao da seção plenária;
- VI - Participar das reuniões do Conselho Deliberativo sem direito a voto.

• **Seção XII - Do Conselho Consultivo**

Artigo 59° - O Conselho Consultivo é um organismo formado pelos ex-sócios Conselheiros Efetivos da entidade, eleitos na forma deste estatuto, servindo como instrumento de aconselhamento técnico para o **Funbio**.

199 OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - Nº 1544695
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APMM - 33
P/Ant. 0,17 - P/Post. 1,72 - P/ETJ 0,38 - Total R\$0,90



Parágrafo único - Ao fim de cada período de 4 (quatro) anos consecutivos na condição de Conselheiro Consultor, o sócio deverá manifestar seu desejo de permanecer no Conselho Consultivo do Funbio, sob pena de perda desta condição.



Artigo 60º - Não haverá competência determinada ao Conselho Consultivo, afora aquelas descritas nos artigos 15º (décimo quinto), parágrafo único, e 19º (décimo nono), na qualidade de juiz arbitral.

Artigo 61º - O Conselho Consultivo se reunirá livremente e sem quorum mínimo obrigatório, por convocação do Presidente do Conselho Deliberativo. Nesta ocasião, elegerá um representante entre seus membros, encarregado de convocar e instalar o juízo arbitral.

Parágrafo primeiro - A Secretaria Executiva do Funbio auxiliará material e tecnicamente o Representante do Conselho Consultivo quando da convocação de suas reuniões, possibilitando a ampla participação de seus membros.

Parágrafo segundo - Ar. e o impedimento temporário, falta ou omissão do Representante do Conselho Consultivo, este poderá ser convocado pelo Presidente da instituição para formação do juízo arbitral.

Parágrafo terceiro - Quando de sua convocação para exercer juízo arbitral, deverá estabelecer Presidente e Relator para o procedimento, disciplinando os métodos pelos quais se regerá.

Parágrafo quarto - Será facultado aos membros do Conselho Consultivo a participação na última reunião anual do Conselho Deliberativo com direito a voz.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 62º - Os mandatos dos membros do Conselho Deliberativo consideram-se automaticamente prorrogados até a posse dos sucessores.

Artigo 63º - Os ex-membros do Conselho Deliberativo na época em que o Funbio fez parte de iniciativa da Fundação Getúlio



199 OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário Nº 1544697
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ - Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2000
DIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APM - 33
/Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$0,90



Vargas, poderão se candidatar a Conselheiros Consultivos para todos efeitos.



Artigo 64° - A alteração estatutária somente será válida se fizer parte de pauta prévia e específica.

Parágrafo único - Não poderão ser objeto de alteração estatutária por quorum menor do que 2/3 (dois terços) dos Conselheiros Efetivos ou suplentes em exercício, o disposto nos artigos 1° (primeiro) e parágrafo único, 5° (quinto) e 6° (sexto). O Artigo 23° (vigésimo terceiro) e as disposições acerca da destinação do patrimônio contidas no artigo 67, somente podem ser alterados nas mesmas condições dos precedentes citados neste parágrafo.

Artigo 65° - Em nome da entidade os seus Dirigentes e associados não podem, em qualquer circunstância, avalizar ou endossar títulos de crédito referentes a obrigações estranhas a seu objeto social e atividades não aprovadas diretamente pelo Conselho Deliberativo, a não ser quando decorrentes de decisão deste último com delegação de poderes específica

Artigo 66° - Toda e qualquer interpretação da aplicação dos conceitos e determinações desse estatuto, assim como os casos omissos, serão disciplinados pelo Conselho Deliberativo ou Regimento Interno.

Artigo 67° - Extinto o **Funbio**, seu patrimônio será revertido a pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, que tenham atividades e objetivos afins aos do **Funbio**.

Parágrafo único - Fica expressamente ressalvada a destinação específica de parcela do patrimônio que derive de doação condicionada, quando houver cláusula inequívoca e expressa que regulamente a destinação do patrimônio doado, em caso de extinção do **Funbio**.

Artigo 68° - O Conselho Deliberativo disciplinará as matérias de sua competência por via de resoluções.

O presente estatuto foi objeto de aprovação unânime da Assembleia de Fundação do **Funbio**, realizada no dia 01 de Outubro de 1999, na Praia de Botafogo n° 190, Rio de Janeiro.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DA CAPITAL - RJ
EMOLUMENTOS PAGOS
R\$ 20,97

Rogério Almeida
Escritor Autorizado

Pedro Wilson Leitão Filho
Diretor Executivo

Ata da Assembleia
018/99 71763 17

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Comarca da Capital - RJ
Av. Pres. Wilson nº 164 - Subloja 103
CERTIFICO que este documento foi protocolizado sob
nº 83522 do livro 443 em 20/12/1999
Rio de Janeiro





199 OFICIO DE NOTAS -
MARCO ANTONIO PRATES - Notário - MS 1344698
Av. Graça Aranha, 326 2º andar - RJ Tel. 240-0624
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 02 de Janeiro de 2000
GINADIR RAMOS DOS SANTOS - Autorizado - APM - 33
0,17 - 1/Proc. Dados 1,72 - FETJ 0,38 - Total R\$ 0,90





ATA

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO
BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE
(FUNBIO).



Aos 10 dias do mês de novembro de dois mil, às quatorze horas, na sala de reuniões da Secretaria Executiva do FUNBIO, situada no Largo do IBAM, nº 1 – 6º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a segunda Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO. Na ausência do Conselheiro Roberto Konder Bornhausen, Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO, assumiu a direção dos trabalhos seu Vice Presidente, Conselheiro Jean Marc von der Weid. À reunião compareceram os Conselheiros Ângelo B. Monteiro Machado, Antonio Carlos Diegues, Antonio Sergio Lima Braga, Benjamin Gilbert, Carlos Affonso de Aguiar Teixeira, Fredmar Corrêa, Ibsen de Gusmão Câmara, José Adalberto de Oliveira Veríssimo, José Luiz Magalhães Neto, Luiz Antonio Maciel de Paula, Manoel de Freitas, Maria Mercedes von Lachmann, Muriel Saragoussi, Roberto Brandão Cavalcanti e Roberto Leme Klabin. Estavam presentes, também, o Diretor Executivo e os seguintes integrantes da equipe da Secretaria Executiva: Arminda Eugênia Campos, Georgia Patrício Pessoa, Ledina Marcarian, Maria Clara Couto Soares e Telmo Neves. O Presidente da sessão abriu a reunião dando boas vindas aos Conselheiros, passando em seguida ao **item 1** da pauta da reunião, que tratou da apresentação e posse dos conselheiros Antonio Carlos Diegues, Luiz Antonio Maciel de Paula e Roberto Brandão Cavalcanti. A seguir, solicitou que todos os conselheiros presentes se apresentassem, o que foi feito. O **item 2** da pauta correspondia à aprovação da ata da reunião anterior. O Diretor Executivo informou que a existência de duas atas com a mesma data se prendia ao fato de a reunião de julho ter marcado o término da hospedagem do FUNBIO na Fundação Getúlio Vargas (XVIª ata) e o início de suas atividades independentes (1ª ata do novo FUNBIO). Ambas as atas foram aprovadas por unanimidade. O **item 3** referia-se aos Relatos dos Coordenadores das Comissões Técnicas; no entanto, foi solicitada e aprovada a inversão de pauta, para que o Conselheiro Roberto Leme Klabin (integrante da Comissão de Áreas Protegidas e que não ficaria até o término da sessão) pudesse participar da discussão sobre Projeto de Áreas Protegidas da Amazônia. O Diretor Executivo deu início à exposição informando que o Projeto de Áreas Protegidas da Amazônia resulta de uma campanha mundial lançada pela WWF que objetiva a proteção de 10% das reservas florestais do planeta. Esse programa foi exposto ao Governo Brasileiro que encampou a idéia e, pelo fato de ser a instância adequada, passou a ser o interlocutor junto ao GEF. No Brasil, o projeto tem por objetivo proteger 10% da área da Amazônia legal e o nome do FUNBIO foi cogitado para ser o responsável pela sua gestão financeira. Essa idéia foi trazida ao Conselho Deliberativo do FUNBIO na primeira reunião deste ano pelo Conselheiro Garo Batmanian, Secretário Executivo do WWF e, posteriormente, oficializada por representantes do MMA. Após haver sido feita aos presentes a entrega da proposta de arranjo

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Largo do IBAM, 1- 6º andar - 22271 070 - Rio de Janeiro - Brasil

Tel/Fax: 21 579 0809 - e-mail: funbio@opelink.com.br / funbio@funbio.org



3º OFFÍCIO DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Subseção de Defesa da Propriedade - Subseção de Defesa da Propriedade
22/10/99
2003 N.º 091002151541
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
GRUPO DE FISCALIZAÇÃO

50 Ofício de Notas - Suc. Botafogo - Rua Manoel Cardoso Jr.
Autenticado - Frente 1/11 - Fone: 286-2433
Certificado que esta fotocópia e reprodução do original que se foi apre-
sentado, conferindo e autenticando a (Versão em branco)
Total 2,18
Rto de Janeiro 0,71
Minaizides da Câmara Bonzaça - 9 de Outubro de 2003

Valor
Autenticado
P. Dado 487087PB
Código
Código
Código



institucional elaborada pelo MMA em contrapartida à proposta do FUNBIO, seguiu-se uma extensa discussão sobre o assunto, que resultou nos seguintes comentários / recomendações do Conselho Deliberativo: o FUNBIO deverá propor que as ONGs ou instituições privadas façam parte do arranjo institucional, visto que a falta de participação das ONGs caracterizaria o FUNBIO exclusivamente como uma grande operação de compra e contratação; antes de ser feita uma avaliação final sobre a possibilidade de participação do FUNBIO no projeto, devem ser analisados os seguintes níveis de responsabilidade: legal, técnica, financeira e operacional; o papel dos parceiros deverá ser bem definido a fim de evitar que o FUNBIO venha a assumir responsabilidades não acordadas previamente; a inviabilidade de haver uma presença operacional do FUNBIO na Amazônia; a necessidade da oferta financeira ser compatível com as metas; o risco de as metas não serem atingidas e o FUNBIO ficar sujeito a questionamentos legais. A esses pontos deve ser acrescida a responsabilidade política. Apesar de o FUNBIO ter consciência da importância política do projeto, deve ter em mente, também, que não terá espaço para influir nos demais aspectos. O Diretor Executivo informou que o processo de negociação não foi interrompido; no entanto vários aspectos da estrutura e dos arranjos institucionais ainda não foram estipulados e/ou negociados. Em razão do exposto, o Conselho Deliberativo recomendou que a Comissão de Áreas Protegidas se reúna para uma jornada de estudos, ocasião na qual deverá ser elaborada uma contra proposta para ser apresentada ao MMA. A recomendação foi aprovada, tendo sido marcada uma reunião da Comissão de Áreas Protegidas no dia 02 de dezembro próximo. Consultado o Conselho Deliberativo, verificou-se que seus membros não poderão participar das reuniões de pré appraisal do Projeto, conforme calendário definido pelo Banco Mundial e o MMA, a serem realizadas no FUNBIO nos dias 7, 8 e 9 de dezembro e em Brasília na semana de 11 a 15 de dezembro. Em razão do mesmo calendário, o Conselho Deliberativo considerou oportuno desmarcar a reunião do Comitê Executivo e da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, marcadas para o dia 08 de dezembro de 2000, na sede do FUNBIO. A seguir passou-se ao **item 4** que se refere à eleição de membros do Conselho Deliberativo. A pedido do presidente da sessão, o Diretor Executivo informou que um dos quatro conselheiros eleitos na reunião anterior para integrar o segmento acadêmico não pôde aceitar sua indicação como membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO. Em razão do exposto e com a concordância dos conselheiros integrantes do setor acadêmico, foi indicado o Professor Cláudio Benedito Valladares Pádua, cuja eleição foi referendada pelo Conselho Deliberativo. Por outro lado e em face à decisão do professor Warwick Estevam Kerr de não ter seu nome submetido à reeleição, o Diretor Executivo lembrou que o setor precisaria indicar nome de candidato a essa vaga, cujo mandato vigora até 2004. Continuando, verificou-se que o setor acadêmico contava com os seguintes conselheiros: vogais – Benjamin Gilbert (com mandato até 2001); Ângelo Barbosa Monteiro Machado (com mandato até 2002); Virgílio Maurício Viana (com mandato até 2003); Luiz Antonio Maciel de Paula (com mandato até 2004). Suplentes: Roberto Brandão Cavalcanti (com mandato até 2001); Antonio Carlos Diegues (com mandato até 2002); Cláudio Benedito Valladares Pádua (com mandato até 2003). O presidente da sessão solicitou que o setor acadêmico apresentasse proposta de nome ao preenchimento da vaga aberta com a renúncia do Professor Warwick Estevam Kerr. A Conselheira Muriel

59 Ofício de Notas - Suc. Botafogo - Wladimir Elmano Cardim Jr.
 R. Real Grandeza, 193 Loja 1/11 Fone: 288-2443 Ng 091002151541
 Autenticação - Frente (Verso em branco)
 Certificado que esta fotocopia e reprodução do original que se foi apre-
 sentado, conferindo-a e autenticando-a (Dec. 2148 de 22/4/49 art. 89)
 0,71 / Rio de Janeiro
 2,16 / Planaltins da Parana Bonza - Substituição de 2002
 2,87 /

Conferido - Auxiliar
 Gilson M. Alencar
 CPF 88.477.097/000
 (p. Dados)
 Total





Saragoussi informou que existe unanimidade do setor não governamental no que se refere à reeleição do Conselheiro Garo Batmanian; no entanto, para a vaga aberta com a renúncia da Conselheira Niéde Guidon o setor ~~continua~~ buscando competências e/ou áreas geográficas ainda não representadas, para integrar Conselho Deliberativo, o que espera seja resolvido em breve. O Conselho Deliberativo concordou com as duas propostas. Desta forma, o setor não governamental ficou assim composto: vogais – Ibsen de Gusmão Câmara (com mandato até 2001); Gustavo Alberto Bouchard da Fonseca (com mandato até 2002); Jean Marc von der Weid (com mandato até 2003); Garo Batmanian (com mandato até 2004). Suplentes – Muriel Saragoussi (com mandato até 2001); Adriano Campolina de Oliveira Souza (com mandato até 2002); José Adalberto de Oliveira Veríssimo (com mandato até 2003). Por proposta do Conselheiro José Luiz Magalhães Neto, os representantes do setor empresarial presentes à reunião reelegeram, por unanimidade, os Conselheiros Roberto Konder Bornhausen e Manoel de Freitas. Ficou o setor assim constituído: vogais – José Luiz Magalhães Neto (com mandato até novembro/2001); Roberto Paulo Cezar de Andrade (com mandato até novembro/2002); Roberto Leme Klabin (com mandato até novembro/2003) e Roberto Konder Bornhausen (com mandato até novembro/2004). Suplentes – Carlos Affonso de Aguiar Teixeira (com mandato até 2001); Maria Mercedes von Lachmann (com mandato até novembro/2002); Maurício José Lima Reis (com mandato até 2003) e Manoel de Freitas (com mandato até 2004). Finalizando o assunto, o Diretor Executivo sugeriu que, sempre que possível, fossem levadas em consideração as diretrizes do Conselho Deliberativo no que se refere ao processo de eleição. É previsto que na primeira reunião do ano, os Conselheiros sejam informados sobre as vagas que se verificarão no Conselho Deliberativo no final do ano. Na segunda reunião haverá a apresentação dos nomes e na terceira e última reunião do ano serão empossados os conselheiros eleitos. A proposta foi aprovada. O **item 5** diz respeito à Eleição para Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO e, procedida a eleição, foi o Conselheiro Roberto Konder Bornhausen, aclamado, por unanimidade de votos, presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO, para mais um mandato de 2 anos. Discutido o **item 6**, ratificou-se a distribuição dos novos Conselheiros entre as diversas comissões, a saber: Antonio Carlos Diegues (Bioprospecção); Luiz Antonio Maciel de Paula (Planejamento e Estratégia); Roberto Brandão Cavalcanti (Fomento) e Cláudio Benedito Valladares Pádua (Acompanhamento e Avaliação). No entanto, caso essas indicações sejam incompatíveis com os interesses dos conselheiros, serão feitas as modificações que porventura venham a ser sugeridas. O **item 7** fez menção às atribuições da Comissão de Finanças e Auditoria propostas pela própria Comissão em reunião de 28 de setembro de 2000 e cujas atividades são em prol do Conselho Deliberativo e sem prejuízo de outras funções. As atribuições da Comissão de Finanças e Auditoria foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo. O **item 8** referiu-se ao Plano Operativo Anual 2001 sobre o qual, a pedido do presidente da sessão, o Diretor Executivo fez uma detalhada explanação chamando atenção, inicialmente, para o conteúdo da correspondência do Conselheiro Almirante Ibsen a respeito do POA 2001, na qual registra suas preocupações relativas à orientação filosófica sobre a razão de ser do FUNBIO e a política a ser adotada para concretizá-la. A seguir, o Diretor Executivo relatou ao Conselho Deliberativo que a mensagem contida no POA contempla, fundamentalmente, a adoção de

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

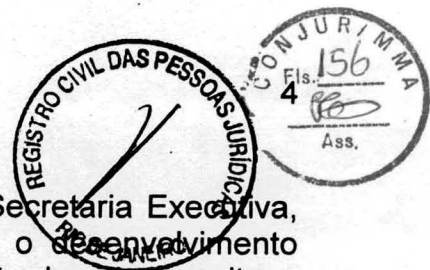
Largo do IBAM, 1- 6º andar - 22271 070 - Rio de Janeiro - Brasil

Tel/Fax: 21 579 0809 - e-mail: funbio@opelink.com.br / funbio@funbio.org

5º Ofício de Notas - Sub. Botafogo-Monte-Elmano Cardia Jr.
 R. Real Grandeza, 193 Loja 1/11 - Fone: 266-2446 Nº 091002151541
 Autenticação - **Fronte (verso em branco)**
 Certificado que esta fotocópia e reprodução original que se foi apre-
 sentado, conferindo-a e autenticando-a em 21/4/49 art. 89)
 0,71 Rio de Janeiro, 9 de Outubro de 2002
 2,18 Atanezides da Cunha Corzaga - Substancia
 2,89

Conferido - Auxiliar
 Gilson M. Alencar
 C. P. 88.287/097/PB
 Valores
 Autent
 P. Dados
 Total





estratégias e providências práticas para o crescimento da Secretaria Executiva, visando a que o FUNBIO venha alcançar a velocidade e o desenvolvimento esperado. A seguir, o Diretor Executivo passou à apresentação dos diversos itens que compõem o POA 2001, apresentando-se, abaixo, apenas aqueles sobre os quais o Conselho Deliberativo fez recomendações ou tomou decisões. Sobre Captação de Recursos, o Diretor Executivo informou que a principal estratégia deverá ser a continuidade da formação de fundo de parceria com o setor empresarial que, atualmente, é a estratégia mais efetiva adotada pelo FUNBIO. Discutido o assunto sob vários ângulos, o Conselho Deliberativo considerou oportuno que o FUNBIO estudasse a possibilidade de constituir um parceiro ou representante nos Estados Unidos visando à captação de recursos externos para internalizar, e/ou um representante no Brasil cujas portas no exterior seriam abertas por aquele representante. Foi levantada a necessidade de previsão de recursos orçamentários para suportar a atuação desse profissional. Em seguida foram tratados os vários tópicos que integram o item relativo a Fomento e que são: Programa de Apoio à Produção Sustentável, Experiência Piloto em Capacitação, Programa Fundação Ford-FUNBIO, Programa Melhores Práticas em Ecoturismo, Programa Fundos de Parceria e Plano de Monitoramento e Avaliação. Com relação ao Programa Fundos de Parceria, por seu intermédio, já foram captados U\$ 3.600.000,00, em função dos 6 contratos assinados. O Conselho Deliberativo levou em consideração a sugestão relativa à realização de reunião específica da Comissão de Planejamento e Estratégia para desenvolver um exercício e recomendar ao Conselho Deliberativo as diretrizes serem adotadas pelo programa e o perfil dos parceiros desejados. Sobre o Monitoramento e Avaliação, o Diretor Executivo informou que o plano contendo diretrizes e indicadores para o monitoramento e avaliação dos projetos, exigência do Banco Mundial e cujos padrões foram sugeridos conjuntamente, deverá estar concluído até abril/2001. O Conselho Deliberativo tomou conhecimento de que o FUNBIO já tem um instrumento para elaborar um sistema para acompanhamento e avaliação não só dos projetos como também do próprio desempenho do FUNBIO. Com relação a Estudos Estratégicos, o Conselho Deliberativo, revendo decisão anterior, concordou em que ficasse a cargo da Secretaria Executiva a dinâmica da proposição das atividades necessárias ao desenvolvimento desses estudos, cujos resultados, se aprovados pelo Conselho Deliberativo, poderão ser transformados em áreas de ação do FUNBIO. No que tange ao Desenvolvimento Institucional, o Diretor Executivo deu conhecimento ao Conselho Deliberativo das necessidades que vêm sendo objeto de desafio à Secretaria Executiva e que se verificam, não só devido ao aumento de responsabilidades que advieram em razão de novas áreas de trabalho, como também daquelas que passaram a ser impostas ao FUNBIO em razão de sua saída da FGV. Sugeriu-se, inclusive, que fosse avaliada a oportunidade de o FUNBIO promover um seminário sobre as tendências internacionais do mercado de filantropia, investimentos, monitoramento de gestão financeira e/ou outro aspecto que o Conselho Deliberativo venha a considerar carente de capacitação. Finalizando, passou-se à análise da planilha orçamentária, tendo o Conselho Deliberativo sugerido propor ao Presidente, Dr. Roberto Konder Bornhausen, que fosse avaliada a oportunidade de se proceder a estudos relativos à formatação da planilha financeira, assim como a revisões orçamentárias trimestrais. Ficou decidido, também, que deverão ser iniciados estudos que visem à confecção de um

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

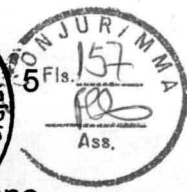
Largo do IBAM, 1- 6º andar - 22271 070 - Rio de Janeiro - Brasil

Tel/Fax: 21 579 0809 - e-mail: funbio@opelink.com.br / funbio@funbio.org

53 Ofício de Notas - Suc. Notafono Miraflores - Elmano Cardim Jr.
 R. Real Grandeza, 173 Loja 1/11 Fone: 246-1433 No 091002151551
 Autenticação - Frente (verso em branco)
 Certificado que esta fotocopia e reprodução do original que me foi apre-
 sentado, conferindo-a e autenticando-a (dec. 2148 de 22/4/49 art. 89)
 0,71
 2,10
 2,81
 Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 2002
 Atanázio da Câmara Bonzaga - Substituto

Conferido: ..
 Valores: Auxiliar
 Auten: 1000 M. Alencar
 p. 1000 M. Alencar
 Total: 477097108





orçamento plurianual (3 anos). O Conselho Deliberativo aprovou o Plano Operativo Anual 2001. Passando ao **item 9** - Novas instruções de investimentos para o gestor de ativos - o Conselho Deliberativo, levando em consideração a explanação feita pelo Diretor Executivo e a análise de documentos elaborados por consultores financeiros sobre o desempenho do gestor financeiro (RAM), resolveu: ① orientar o gestor financeiro de forma a que os investimentos sejam diversificados (maior equilíbrio entre investimentos em dólar e euro); ② buscar outro gestor financeiro para futuros aportes (manter em paralelo ao RAM) e ③; contratar monitor financeiro independente para orientar o Conselho Deliberativo nos investimentos. Essas resoluções, no entanto, estão sujeitas ao "referendum" do Presidente, Dr. Roberto Konder Bornhausen. Com relação às Informações do Diretor Executivo, constantes do **item 10**, foi distribuída ao Conselho Deliberativo a versão final do Regimento Interno, documento complementar ao estatuto do FUNBIO. Sobre a reunião anual da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (RedLAC), o Conselho Deliberativo aprovou que o FUNBIO seja o organizador do encontro, a ser agendado para setembro ou outubro de 2001, no Rio de Janeiro. Passou-se então ao **item 11**, que diz respeito ao Relato dos Coordenadores das Comissões Técnicas. O Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, Conselheiro Adalberto Veríssimo, informou que do Edital 96 - Edital Inaugural do FUNBIO - todos os projetos já foram fechados e avaliados por auditores independentes e consolidados em seminário havido em julho. O projeto do AS-PTA será apresentado na Paraíba e o da Rureco está em fase conclusiva também. Quatro dos cinco projetos de Fundo de Parceria já foram visitados pela Secretaria Executiva e desses quatro, três estão tendo bom desempenho. Um deles (Promar no Espírito Santo) tem apresentado problema, mas não com o executor final e sim com o intermediário. A seguir, o Professor Benjamin Gilbert, Coordenador da Comissão de Fomento, informou que na última reunião do Comitê Executivo foi determinada a interrupção das negociações com os proponentes dos seguintes Fundos de Parceria: Ouro Fértil, Poematec, Fetagri, CVRD e Avimatla. Pro-Fauna foi considerado um bom projeto e o FUNBIO está aguardando o plano de trabalho, para análise. Também estão em processo de análise os planos detalhados e relativos às propostas de Fundo de Parceria a serem firmadas com The Nature Conservancy e com a Rureco. O Conselho Deliberativo entendeu que os assuntos relativos às comissões de Finanças e Auditoria, Planejamento e Estratégia e Captação de Recursos já haviam sido abordados quando da discussão do Plano Operativo Anual/2001. O Presidente da sessão agradeceu a presença e participação dos Conselheiros e declarou encerrada a sessão, do que, para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, é devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

AV

RZ

[Handwritten signature]

Jean Marc von der Weid

[Handwritten signature of Jean Marc von der Weid]

Ângelo B. Monteiro Machado

[Handwritten signature of Ângelo B. Monteiro Machado]

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Largo do IBAM, 1- 6º andar - 22271 070 - Rio de Janeiro - Brasil

Tel/Fax: 21 579 0809 - e-mail: funbio@opelink.com.br / funbio@funbio.org

[Handwritten signature]

50 Ofício de Notas - Suc. Botafogo Nº 10 - Elmano Cardim Jr.
 R. Real Grandeza, 133 loja 1/11 - Fone: 241-1433 Nº 091002151541
 Autenticação - Frente (verbo em branco)
 Certificado que esta fotocópia e reprodução do original que se foi apre-
 sentado, conferindo-a e autenticando-a (Det. 2148 de 22/4/49 art. 89)
 0,71
 2,18
 2,89
 Rio de Janeiro, 9 de Outubro de 2002
 Afanazibes de Tanara Gonzaga - Substituto

Conferido.....
 Valido.....
 Autenticado.....
 Total.....
 18/10/02
 2002/09



Antonio Carlos Diegues

Antonio Sergio Lima Braga

Benjamin Gilbert

Carlos Affonso de Aguiar Teixeira

Fredmar Corrêa

Ibsen de Gusmão Câmara

José Adalberto de Oliveira Veríssimo

José Luiz Magalhães Neto

Luiz Antonio Maciel de Paula

Manoel de Freitas

Maria Mercedes von Lachmann

Muriet Saragoussi

Roberto Brandão Cavalcanti

Roberto Leme Klabin.



REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Av. Presidente Wilson, nº 164 sobreloja 103

CERTIFICO que este documento, protocolo nº 20010905 - 1529394 foi averbado e arquivado neste Ofício na matrícula nº 179105, nesta data. Rio de Janeiro, 15/10/2001.

Valor: 25,02

O Oficial



FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Largo do IBAM, 1- 6º andar - 22271 070 - Rio de Janeiro - Brasil
Tel/Fax: 21 579 0809 - e-mail: funbio@opelink.com.br / funbio@funbio.org



REGIMENTO INTERNO



Em 28 de julho de 2000, o Conselho Deliberativo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO –, por via de resolução número 001/2000, de acordo com o estabelecido no artigo 68º de seu estatuto, tendo em vista o cumprimento do preceituado nos artigos 35º, XIII, 66º do mesmo documento, tendo por objetivo regular as relações de caráter eminentemente interno, assim como estabelecer metodologias e procedimentos que sirvam de critério e segurança a seus parceiros, institui o presente

**Regimento Interno
do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO**

I. Normas e Princípios Gerais

Artigo 1º – Compõem o quadro de normas aplicáveis internamente ao FUNBIO, em escala hierárquica decrescente:

- I. Estatuto,
- II. Regimento Interno,
- III. Resoluções do Conselho Deliberativo,
- IV. Normas de conduta e outras de conteúdo genérico que digam respeito aos objetivos do FUNBIO e a defesa da biodiversidade, que tenham sido expressamente assumidas pelo FUNBIO como suas,
- V. Manuais de procedimentos genéricos, aprovados pelo Conselho Deliberativo,
- VI. Regimentos internos das comissões do FUNBIO, e
- VII. Manuais de procedimentos que se relacionam apenas a operações ou parceiros específicos.

Parágrafo único – Salvo estipulação específica em contrário, as resoluções do Conselho Deliberativo consideram-se publicadas e em vigor a partir da Sessão Plenária na qual forem deliberadas.

Artigo 2º – As atividades do FUNBIO deverão priorizar os projetos que signifiquem o cumprimento de seu objetivo maior.

Artigo 3º – O escopo dos projetos a serem apoiados pelo FUNBIO inclui, em princípio:

- I. a conservação da biodiversidade, especialmente iniciativas de longo prazo de gestão da conservação e do uso sustentável da biodiversidade;
- II. o uso sustentável da biodiversidade associado à geração de trabalho e renda, envolvendo a participação da comunidade;



- III. o desenvolvimento de pesquisa aplicada, cujos resultados possam subsidiar a proteção e o uso sustentável da biodiversidade;
- IV. o desenvolvimento de estudos, orientados para subsidiar a elaboração de políticas e a tomada de decisão em geral para a proteção da biodiversidade e o estímulo a seu uso sustentável.
- V. a participação da sociedade nas atividades de proteção, gestão e uso sustentável da biodiversidade.

Artigo 4º – Sem exclusão do setor público, deverão ser prioritariamente beneficiados pelos projetos do FUNBIO pessoas jurídicas de direito privado e, desde que o resultado de suas ações em respeito ao cumprimento dos projetos financiados respeite o desenvolvimento econômico, a cultura e os princípios das comunidades em que se sediam e atuam.

II. Conselho Deliberativo – Convocação e Suplência

Artigo 5º – O Plano Anual de Trabalho e as Sessões Plenárias do Conselho Deliberativo, as quais obedecem a calendário prefixado, deverão ser comunicados ao Conselheiro quando de sua admissão, considerando-se cumprido nesse ato o disposto no artigo 37º, parágrafo primeiro do Estatuto do FUNBIO. A renovação do calendário ou do Plano Anual de Trabalho deverá ser remetida a todos os conselheiros e ao Ministério do Meio Ambiente para que possam se utilizar das prerrogativas que lhe são atribuídas estatutariamente.

Parágrafo primeiro – Para cumprimento das tarefas de diligência que são atribuídas à Secretaria Executiva, objetivando o cumprimento do parágrafo segundo do artigo 37º do Estatuto, poderá essa se comunicar por via de correio eletrônico e comunicação direta por telefone, sem prejuízo de outros métodos que se mostrem disponíveis à época.

Parágrafo segundo – Para regulamentar a convocação por método de comunicação remota e comprovar sua efetividade, valerá como recibo a certificação de funcionário da Secretaria Executiva.

Artigo 6º – Para efeitos de convocação e ciência das sessões plenárias do Conselho Deliberativo não haverá distinção de tratamento entre Conselheiros efetivos, vogais, suplentes ou consultivos, bem como os representantes do MMA.



Artigo 7º – Somente a presença na sessão garante a aplicação dos princípios de suplência e substituição em vacância.

Artigo 8º – A proporcionalidade dos setores é assegurada pela convocação e ciência prévia da sessão plenária.

Artigo 9º – Ao regulamentar o artigo 38º e seu parágrafo único do Estatuto, o Conselho Deliberativo deverá respeitar a capacidade dos setores em apontar seus métodos de escolha, na forma e limites como determinado no Estatuto, em seus outros artigos.

Parágrafo único – Quando da renovação dos integrantes do Conselho Deliberativo, a Secretaria Executiva do FUNBIO poderá identificar candidatos a Conselheiros, encaminhando seus currículos aos representantes dos segmentos sociais a que correspondem, sem prejuízo das prerrogativas desses representantes.

Artigo 10º – Os suplentes somente poderão ocupar as vagas dos Conselheiros Vogais ausentes correspondentes a seus setores sociais.

III. Das Votações nas Sessões Plenárias do Conselho Deliberativo e nas Comissões

Artigo 11º – A Presidência da mesa dos encontros promovidos pelo FUNBIO deverá tentar obter o consenso dos presentes sobre os encaminhamentos dos debates e de suas votações.

Artigo 12º – Sem prejuízo de outros métodos que se mostrarem oportunos, as votações serão preferencialmente por declaração aberta e oral.

Artigo 13º – É permitido o registro de voto discordante em ata, podendo se acompanhar da síntese da posição do conselheiro votante que justifique sua discordância.

Artigo 14º – A sistemática de votações deverá respeitar uniformidade em todos os fóruns do FUNBIO, sejam eles de deliberação, aconselhamento ou execução.

Artigo 15º – Quando da participação nas comissões não haverá distinção entre os membros efetivos vogais e suplentes ou membros do conselho consultivo.

Parágrafo único – Nas comissões que tenham competência determinada ou delegada, suas decisões



serão tomadas com o voto eqüitativo e singular de seus membros.

IV. Das Comissões

Artigo 16º – As comissões do FUNBIO serão em conformidade com o que estipular o Conselho Deliberativo por resolução, seja em relação a criação, prazo para existência e extinção. Quando sem prazo determinado para existência, considerar-se-ão permanentes.

Artigo 17º – Toda comissão, na falta de determinação expressa do Conselho Deliberativo, poderá determinar seu funcionamento por via de regimento interno que deverá respeitar os métodos e princípios estabelecidos nas normas internas do FUNBIO. Na falta de regimento interno as comissões regular-se-ão pelos mesmos métodos utilizados ao Conselho Deliberativo.

Artigo 18º – O Comitê Executivo, à feição do Conselho Deliberativo, poderá, a seu turno, demonstrada a conveniência, criar comissões.

Artigo 19º – Na composição dos membros das comissões, embora não obrigatoriamente, o FUNBIO deverá tentar preservar a paridade dos setores que o compõe.

Artigo 20º – As comissões deverão noticiar à Secretaria Executiva de suas reuniões, de forma que todo membro do FUNBIO possa se informar de seus andamentos.

Artigo 21º – Preservado o bom andamento dos trabalhos, é permitida a participação com voz de todo o membro do FUNBIO em suas comissões.

Artigo 22º – De toda reunião das comissões deve resultar ata que registre os acontecimentos, debates e seus resultados. Todo membro do FUNBIO tem direito a ter acesso às atas das comissões.

V. Do registro dos atos e sessões dos órgãos do FUNBIO

Artigo 24º – As atas que registrem as sessões dos órgãos do FUNBIO não terão forma prévia, devendo contar com a identificação dos participantes, os registros dos debates ocorridos, o resultado da opinião dos presentes, data, hora, local e resumo das decisões e recomendações que entenderem devidas.

Artigo 25º – As atas das sessões das comissões do FUNBIO serão assinadas pelo seu relator e, quando esse não for membro da instituição, por um dos participantes da sessão.



Artigo 26º – A Secretaria Executiva manterá as atas das reuniões das comissões e do Conselho Deliberativo em arquivo próprio para consultas, podendo registrá-las, quando conveniente, no cartório respectivo.

Artigo 27º – Toda ata que necessitar da assinatura dos membros presentes na sessão a que corresponda, poderá ser validamente firmada por eles posteriormente, permitindo-se a sua elaboração e formas de registro variado.

Artigo 28º – Qualquer membro da equipe técnica da Secretaria Executiva do FUNBIO poderá ser convocado para participar das reuniões de seus órgãos, ocasião em que terão direito a voz.

VI. Da prestação de Contas da Entidade

Artigo 29º – Ao final do exercício social e fiscal o FUNBIO, por via de sua Secretaria Executiva, promoverá prestação de contas sobre a totalidade de suas operações patrimoniais, com prazo de apresentação até a primeira reunião subsequente do Conselho Deliberativo, que tornará acessível a qualquer membro conselheiro os relatórios de atividades, demonstrações financeiras, incluindo-se as certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Receita Federal. Na prestação de contas constarão obrigatoriamente os seguintes documentos:

- I. relatório anual de execução de atividades;
- II. demonstração de resultados do exercício;
- III. balanço patrimonial;
- IV. demonstração das origens e aplicações de recursos;
- V. demonstração das mutações do patrimônio social;
- VI. notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e
- VII. parecer e relatório de auditoria.

VII. Aspectos Gerais

Artigo 30º – O Diretor Executivo terá assegurado direito a voz junto ao Conselho Deliberativo, Comitê Executivo e demais comissões do FUNBIO.

Artigo 31º – O presente Regimento Interno é reformável por resoluções do Conselho Deliberativo, criando norma que entrará em vigor no momento de seu arquivamento cartório respectivo.



PROCURAÇÃO
CARTEIRA DE IDENTIDADE
CARTÃO CPF



PROCURAÇÃO

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, associação civil sem fins lucrativos, CNPJ nº 03 537 443/0001 – 04 , com sede no Largo do Ibam, nº 1, 6º andar, neste ato regularmente representado por seu Presidente Roberto Konder Bornhauser, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº I/R 44.560, SSI/SC, CPF nº 003 899 359 / 72, tendo em vista determinações e prerrogativas estatutárias, nomeia e constitui o Sr. Pedro Wilson Leitão Filho, brasileiro, separado consensualmente, portador da cédula de identidade nº 02065498-4 expedida pelo Instituto Félix Pacheco , CPF nº 043 600 877 / 72, outorgando-lhe poderes necessários e suficientes para assistir e representar o outorgante para a prática dos atos estabelecidos no artigo 51, parágrafo único e 58º alínea 1, especialmente em relação à abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, praticando todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, podendo, inclusive sub-rogar e substabelecer os poderes ora outorgados.xxxxxxxx

28 JUN. 2000

Rio de Janeiro, de junho de 2000.

Tabelião Falleiros

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO
Roberto Konder Bornhauser - Presidente

TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO PAULO	
ITABELTADO FALLEIROS	
Av. Rebouças, 3.749 Fone: 815.9855 - SP	
RECONHECO POR SEMELHANÇA 0001 FIRMA DE:	
0001 ROBERTO KONDER BORNHAUSER	
SÃO PAULO, 28 de JUNHO de 2000.	
EM TESTE DA VERDADE	
REL. GLAUCO FALLEIROS	
SUBSTITUTO	
Emolumentos + Custas = R\$ 20,00	
INVALIDO SEMPRE COM SELO	
Carimbo: 107091	



5º Ofício de Notas - Suc. Botafogo - NOTARIO-Elmano Cardim Jr.
 R. Real Grandeza, 193 Loja 1/11-Fone: 286-2733 NG 091002151541
 Autenticação - Frente (Verso em branco)
 Certifico que esta fotocopia e reprodução do original que me foi apre-
 sentado, conferindo-a e autenticando-a (Dec. 2148 de 22/4/49 art. 89)

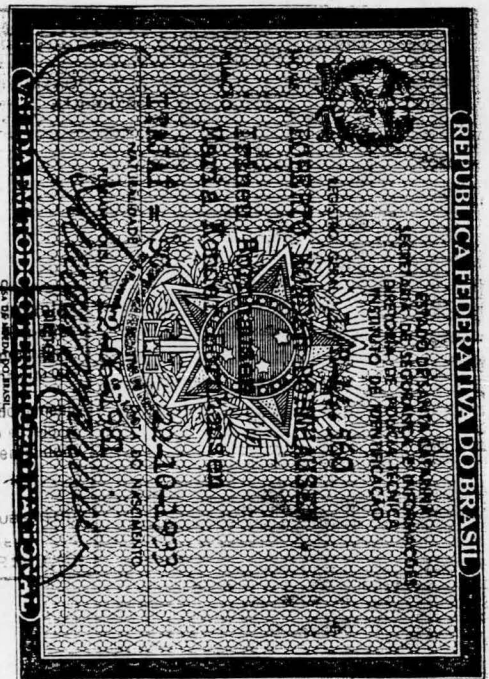
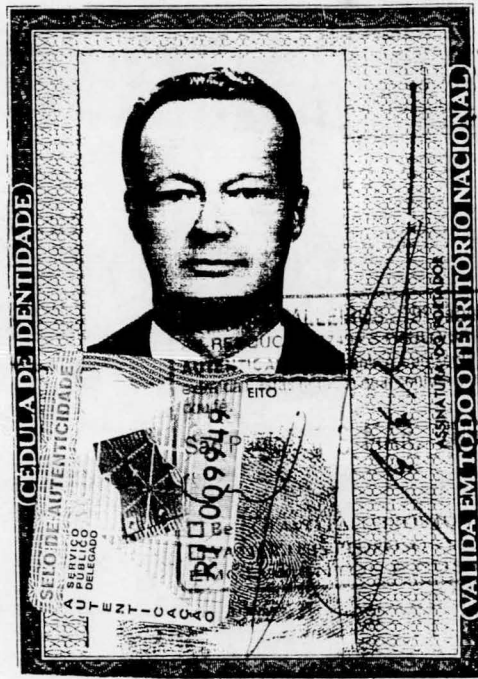
conferido: Auxiliar
 Gildo M. Alencar
 CTPS 68.457/087/PB

0,71
 2,18
 2,89

Rio de Janeiro, 9 de Outubro de 2002
 Atanazides da Camara Gonzaga - Substituto



CONJUR
Fls. 167
FCS



C/C

NASCIMENTO		INSCRIÇÃO NO CPF		CONTROLE	
22.10.33		003 899 359		72	
CONTRIBUINTE					
ROBERTO KONDER BORNHAUSEN					
 SELO DE AUTENTICIDADE SERVICO PUBLICO DELEGADO R/ 00994		 SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL LILAO FALLEIR LEBOUCAS 3749 PAULO, 13			
ASSINATURA DO CONTRIBUINTE					
VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL					
DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE EMPRESAS E ESTABECIMENTOS					
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE					
MINISTERIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONOMICAS-FISCAIS					

RECEITA
FISCAL
168

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
INSTITUTO DE REGISTRO E TITULACAO

W. O. K. O. M. A.

5
R. Real
Autent
Certifi
sentado

Valores
Autent
P. Dados
Total

C/C

NASCIMENTO	07.02.47	INSCRIÇÃO NO CPF	043 600 877 72
CONTRIBUINTE			
PEDRO WILSON LEITÃO FILHO			

Roberto Chaves F. Silva
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE
Pedro Wilson

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	02065498-4	DATA DE EMISSÃO	20/12/94
NOME	PEDRO WILSON LEITÃO FILHO		
FILIAÇÃO	PEDRO WILSON LEITÃO		
ALYRIA WENZELLER FIGUEIRA			
PARA	07/02/1947		
DATA DE NASCIMENTO			

10322326564
C. CASM LIV 207 FLS 261
JANEIRO RJ





GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 408, DE 16 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.326 de 08 de agosto de 2002, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Programa de Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA para agilizar o processo de implementação e execução do referido Programa.

Art. 2º Ao ARPA compete:

- I - aprovar as estratégias de ação, definir procedimentos e diretrizes, estabelecer critérios para a formalização de convênios e contratos previstos no Programa;
- II - analisar e aprovar o Plano Operativo Anual-POA do Programa; e,
- III - analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro.

Art. 3º O ARPA será composto por:

I - um representante indicado pelos seguintes órgãos e segmentos:

- a) da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, que o presidirá;
- b) da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente;
- c) da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- d) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;
- e) do Fórum dos Secretários de Meio Ambiente da Região Amazônica;
- f) da Região Amazônica da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente-ANMMA;
- g) do Fundo Brasileiro da Biodiversidade-FUNBIO, e
- h) dos doadores.

II - dois representantes indicados pelos seguintes órgãos e segmentos:

- a) do Grupo de Trabalho Amazônico-GTA; e
- b) de Organizações Não-Governamentais Ambientalistas da Amazônia.

Parágrafo único. Os representantes juntamente com seus suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos ou segmentos e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 4º A Unidade de Coordenação do Programa, no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia, promoverá o apoio administrativo ao ARPA.

Art. 5º A participação no Comitê não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS CARVALHO



ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 4.326, DE 8 DE AGOSTO DE 2002

Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, a ser desenvolvido com recursos ordinários de programas daquele Ministério da mesma categoria de programação, com recursos oriundos de cooperação internacional internalizados pelo Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, regulado pelo Decreto nº 2.119, de 13 de janeiro de 1997, e com recursos de doação internacional e nacional.

Art. 2º O ARPA tem por finalidade expandir e consolidar a totalidade de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa. Parágrafo único. O ARPA terá caráter estratégico e será executado em articulação com o PPG7.

Art. 3º São objetivos específicos do ARPA:

- I - a criação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica;
- II - a consolidação das unidades de conservação de proteção integral;
- III - a manutenção das unidades de conservação de proteção integral e dos serviços de vigilância das unidades de conservação do uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável); e
- IV - a criação de mecanismos que garantam a sustentação financeira das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável em longo prazo.

Art. 4º O ARPA será dirigido pelo Comitê do Programa, que terá como membros necessários:

- I - o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que o presidirá;
- II - os Secretários de Coordenação da Amazônia e de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- III - o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- IV - um representante do Fórum Estadual de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia;
- V - um representante da região amazônica, designado pela Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA;
- VI - um representante dos doadores de recursos privados; e
- VII - um representante do Fundo Nacional de Biodiversidade - FUNBIO.



§ 1º Na ausência do Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, as reuniões do Comitê do Programa serão presididas pelo titular da Secretaria de Coordenação da Amazônia.

§ 2º O Ministro de Estado do Meio Ambiente poderá designar outros representantes da sociedade civil e do Governo Federal para integrar o Comitê do Programa, de modo a assegurar a paridade do colegiado.

§ 3º De acordo com a natureza dos assuntos em pauta, o Comitê do Programa poderá convidar outras pessoas de notável saber para participar das suas reuniões.

§ 4º A participação no Comitê do Programa não será remunerada, cabendo aos órgãos nele representados a prestação de apoio técnico e administrativo aos respectivos representantes.

Art. 5º Ao Comitê do Programa compete, prioritariamente:

I - deliberar sobre o planejamento estratégico do ARPA, estabelecendo procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de convênios e contratos nele previstos;

II - acompanhar e avaliar as atividades do ARPA;

III - articular a participação dos órgãos governamentais e dos governos estaduais da Amazônia no ARPA;

IV - analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro;

V - analisar e aprovar o Plano Operativo Anual do ARPA.

Art. 6º O Comitê do Programa, nos noventa dias seguintes à publicação deste Decreto, adotará as providências necessárias para o seu funcionamento.

Art. 7º O Ministro de Estado do Meio Ambiente baixará as normas complementares para a implementação deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA



*Ho Arpa
Para atender demand
da da Consultoria
jurídica.*

*Ana Maria Carvalh
Secretaria de Coordenação da Amazônia*

DESPACHO Nº 388 /CONJUR/MMA/2002

REF: Processo nº 02000.002272/2002-40

ASS: Minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrada com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO

INT: Secretaria de Coordenação da Amazônia-SCA

Senhora Consultora,

Preliminarmente, impõe-se recomendar o encaminhamento dos autos a **Secretaria de Coordenação da Amazônia**, a fim de juntar manifestação técnica sobre a conveniência e oportunidade da celebração da avença, tendo em vista a minuta do Instrumento acostada à contracapa do processo.

Logo após, devem os autos retornar a esta área jurídica para pronunciamento jurídico conclusivo.

À consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 10 de outubro de 2002.

TÂNIA ARRAIS MONTEIRO
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

De acordo.

Brasília, 11 de outubro de 2002.

GISELA SANTOS DE ALENCAR
Consultora Jurídica



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Coordenação da Amazônia



Memo. nº 1882 ARPA/SCA/MMA

Brasília DF, 16 de outubro de 2002.

À Secretária de Coordenação da Amazônia Substituta

Assunto: Processo de Proposta do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO, visando a implementação do Programa ARPA.

Trata o presente processo de proposta de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO, visando a implementação do Programa ARPA.

2. O Projeto Áreas Protegidas da Amazônia do Brasil (ARPA), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), insere-se no conjunto de esforços governamentais de fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

3. Esse Projeto, produto de um longo processo de negociação entre governo brasileiro, *Global Environment Facility* (GEF), por intermédio do Banco Mundial, Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil) e os Movimentos Sociais da Amazônia (GTA, CNS, CONTAG, COIAB e ASMUBIP) tem como principal escopo estabelecer um regime de proteção ambiental para a Amazônia brasileira por meio de um mosaico de áreas protegidas, ampliando e consolidando o sistema de unidades de conservação do bioma Amazônia do Brasil.

4. Sua meta principal constitui-se no incremento de 28,5 milhões de hectares de florestas sob proteção na Amazônia em um prazo de 10 anos.

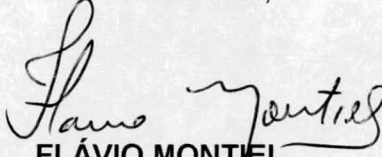
5. Em 1992 o documento supra citado recebe o aval do Conselho de Parques da IUCN à proposta, durante o Congresso Internacional de Áreas Protegidas, realizado em Caracas na Venezuela. Três anos depois em 1995 o WWF lança a campanha mundial "Forest for Life", endossada pela IUCN.

6. Posteriormente em 1997 é estabelecida uma parceria do WWF com o Banco Mundial que resulta na "Aliança para a Floresta", com duas metas básicas: 50 milhões de florestas protegidas e 200 milhões certificadas no mundo até o ano de 2005.



7. Em 1998 a proposta recebe o apoio político do Governo brasileiro, com meta de 28 milhões de hectares de floresta a serem protegidas na Amazônia representando mais da metade da meta mundial.
8. Após dois anos de negociação o Programa foi legalmente instituído, no âmbito do Governo brasileiro através do Decreto nº 4.326 de 08 de agosto de 2002.
9. Para a implementação do Programa foi desenvolvido um arranjo institucional que incorpora experiências inovadoras de outros países nesse tema e fortalece iniciativas da sociedade civil brasileira em conservação da biodiversidade.
10. Para isso, os representantes dos órgãos e instituições envolvidas com a preparação do Programa concordaram com a sugestão dos doadores de que a responsabilidade pela gestão operacional e financeira do fundo fiduciário do Programa ficasse a cargo de uma organização não governamental que contasse com uma bem sucedida experiência em parcerias com o governo e na gerência de fundos dessa natureza. Avaliou-se, assim, que o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, reunia estes atributos, além de já gerir recursos provenientes do GEF.
11. O Acordo em tela atende as funções e competências deste Ministério na medida em que busca a compatibilização das ações em desenvolvimento pelo Ministério do Meio Ambiente como a principal estratégia de trabalho a ser adotada no esforço de promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.
12. Da mesma forma, o Projeto será executado em articulação com os demais programas e projetos setoriais em desenvolvimento no país, particularmente aqueles coordenados pelo MMA. A complementaridade entre as ações de projetos implementados, sob a orientação do MMA, será permanentemente buscada e está expressa no referido Acordo.
13. É oportuno registrar que o Acordo ora proposto é uma das condições de efetividade do Programa acordadas com o Banco Mundial. Sendo assim somos favoráveis à assinatura do presente Acordo.

Atenciosamente,


FLÁVIO MONTIEL
Coordenador do ARPA

de acordo
Ana Lange
Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange
Secretaria de Coordenação da Amazônia
Substituta

18.10.02



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Coordenação da Amazônia



URGENTE

Memorando nº *1901* /2002/CEX/SCA

Em 18 de outubro de 2002.

À Consultoria Jurídica - CONJUR

Assunto: Processo 02000.002272/2002-40

Atendida a solicitação dessa Consultoria Jurídica (folhas 174 e 175), devolvo o presente processo para conclusão dos procedimentos cabíveis.

Atenciosamente,

Ana Maria G. R. Lange
ANA MARIA CARVALHO RIBEIRO LANGE
Secretária de Coordenação da Amazônia
- Substituta -



Legislação Federal

Fls. 177
Proc. 1

Ato: Decreto 4.326/2002

DECRETO Nº 4.326, DE 8 DE AGOSTO DE 2002

Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, a ser desenvolvido com recursos ordinários de programas daquele Ministério da mesma categoria de programação, com recursos oriundos de cooperação internacional internalizados pelo Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, regulado pelo Decreto nº 2.119, de 13 de janeiro de 1997, e com recursos de doação internacional e nacional.

Art. 2º O ARPA tem por finalidade expandir e consolidar a totalidade de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

Parágrafo único. O ARPA terá caráter estratégico e será executado em articulação com o PPG7.

Art. 3º São objetivos específicos do ARPA:

I - a criação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica;

II - a consolidação das unidades de conservação de proteção integral;

III - a manutenção das unidades de conservação de proteção integral e dos serviços de vigilância das unidades de conservação do uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável); e

IV - a criação de mecanismos que garantam a sustentação financeira das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável em longo prazo.

Art. 4º O ARPA será dirigido pelo Comitê do Programa, que terá como membros necessários:

I - o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que o presidirá;

II - os Secretários de Coordenação da Amazônia e de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;

III - o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

IV - um representante do Fórum Estadual de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia;

V - um representante da região amazônica, designado pela Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA;

VI - um representante dos doadores de recursos privados; e

VII - um representante do Fundo Nacional de Biodiversidade - FUNBIO.

§ 1º Na ausência do Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, as reuniões do Comitê do Programa serão presididas pelo titular da Secretaria de Coordenação da Amazônia.

§ 2º O Ministro de Estado do Meio Ambiente poderá designar outros representantes da sociedade civil e do Governo Federal para integrar o Comitê do Programa, de modo a assegurar a paridade do colegiado.

§ 3º De acordo com a natureza dos assuntos em pauta, o Comitê do Programa poderá convidar outras pessoas de notável saber para participar das suas reuniões.

§ 4º A participação no Comitê do Programa não será remunerada, cabendo aos órgãos nele representados a prestação de apoio técnico e administrativo aos respectivos representantes.

Art. 5º Ao Comitê do Programa compete, prioritariamente:

I - deliberar sobre o planejamento estratégico do ARPA, estabelecendo procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de convênios e contratos nele previstos;

II - acompanhar e avaliar as atividades do ARPA;

III - articular a participação dos órgãos governamentais e dos governos estaduais da Amazônia no ARPA;

IV - analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro;

V - analisar e aprovar o Plano Operativo Anual do ARPA.

Art. 6º O Comitê do Programa, nos noventa dias seguintes à publicação deste Decreto, adotará as providências necessárias para o seu funcionamento.

Art. 7º O Ministro de Estado do Meio Ambiente baixará as normas complementares para a implementação deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Brasília, 8 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Carlos Carvalho

D.O.U., 09/08/2002



Legislação Federal

P. 1 179
Proc. 1 9 Ato: Portaria MMA 408/2002

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº- 408, DE 16 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.326 de 08 de agosto de 2002, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Programa de Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA para agilizar o processo de implementação e execução do referido Programa.

Art. 2º Ao ARPA compete:

I - aprovar as estratégias de ação, definir procedimentos e diretrizes, estabelecer critérios para a formalização de convênios e contratos previstos no Programa;

II - analisar e aprovar o Plano Operativo Anual-POA do Programa; e,

III - analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro.

Art. 3º O ARPA será composto por:

I - um representante indicado pelos seguintes órgãos e segmentos:

a) da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, que o presidirá;

b) da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente;

c) da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;

d) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;

e) do Fórum dos Secretários de Meio Ambiente da Região Amazônica;

f) da Região Amazônica da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente-ANMMA;

g) do Fundo Brasileiro da Biodiversidade-FUNBIO, e

h) dos doadores.

II - dois representantes indicados pelos seguintes órgãos e segmentos:

a) do Grupo de Trabalho Amazônico-GTA; e

b) de Organizações Não-Governamentais Ambientalistas da Amazônia.

Parágrafo único. Os representantes juntamente com seus suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos ou segmentos e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 4º A Unidade de Coordenação do Programa, no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia, promoverá o apoio administrativo ao ARPA.

Art. 5º A participação no Comitê não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS CARVALHO

D.O.U., 19/08/2002

Fls. 180
Proc. 1

Copyright © 2000 IDS Tecnologia e Editora. Todos os direitos reservados. Termos de uso.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA

Flo. 181
Proc. 9

INFORMAÇÃO Nº 192/CONJUR/MMA/2002

REF.: PROC. Nº 02000.002272/2002-40

ASS.: Acordo Cooperação

INT.: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-
FUNBIO

Versa o presente processo de minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o MMA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO.

Da análise dos autos verifica-se que o presente instrumento visa a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) instituídas através do Decreto nº 4.326, de 08/08/2002.

Cabe esclarecer, por oportuno, no que concerne aos Acordos, ser o instrumento utilizado para viabilizar relações de Cooperação Técnica interinstitucional, **não envolvendo transferência de recursos financeiros** (grifei)

Sob esse aspecto, releva que se traga à colação a norma citada no art. 48 do Decreto nº 93.872/86, cuja disposição norteiam a celebração da avença, *verbis*:


“Art. 48. Os serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades públicas ou organizações particulares, poderão ser executados, sob regime de mútua cooperação, mediante convênio, **acordo** ou ajuste”. (nosso grifo)

Relativamente ao aspecto jurídico-formal, da leitura realizada na minuta acostada à contracapa dos autos, a mesma reúne as condições essenciais e formais aos instrumentos da espécie, estando apta a ser assinada pelos partícipes.

Isto posto, o Acordo, na forma da minuta examinada, encontra-se regular e de acordo com as normas subsidiárias aplicadas à espécie, podendo, assim, ser chancelada por esta Consultoria Jurídica. Após restitua-se o processo a **Secretaria de Coordenação da Amazônia-SCA**, para as providências complementares quanto a assinatura, publicação, etc...

É a Informação.

Brasília, 21 de outubro de 2002.


TÂNIA ARRAIS MONTEIRO
Consultora Jurídica - Substituta

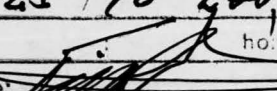
90

Si. Coordenador do ARPA solicitando providência e elaboração do extrato para publicação.

espumante
Carmen Yammine
Chefe de Gabinete
Secretaria de Coordenação da Amazônia
28/10/2002

A Sra. Carmen Yammine, Chefe do Gabinete da SCA, encaminhando extrato do acordo de cooperação técnica MMA/FUNBIO para publicação.


19/10/2002

SCA/MMA	
RECEBI O ORIGINAL	
Em:	25/10/2002
Às:	horas
Nome:	

Francisco da Chaga Rodrigues Araújo
Secretaria de Coordenação da Amazônia
Auxiliar

à CAF, solicitando encaminhar extrato para publicação.

espumante
Carmen Yammine
Chefe de Gabinete
Secretaria de Coordenação da Amazônia
30/10/2002



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Coordenação da Amazônia

Fls. 182
Proc. 7

Memorando nº 2063 CAF/SCA

Em, 30 de outubro de 2002.

Ao Chefe de Gabinete do Ministro

Assunto: Publicação no Diário Oficial

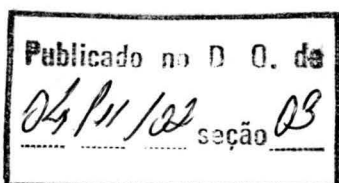
Solicito a Vossa Senhoria, que seja feita a Publicação no Diário Oficial da União, do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO.

Atenciosamente,

KELOISA DE LACERDA MEDEIROS
Técnica em Orçamento e Finanças

De acordo

Daniel Simonetti Quatara
Chefe de Gabinete do
Ministro do Meio Ambiente



EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PROCESSO nº : 02000-002272/2002-40

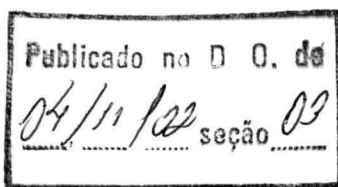
ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente-MMA, CGC/MF/ n ° 37.115.375/0001-98 e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO S/C, CGC/MF/Nº 03.537.443/0001-04.

OBJETO: Estabelece as responsabilidades da relação de parceria entre o MMA e o FUNBIO para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA. Fundamento Legal: Lei Nº 8.666/93 e Decreto Nº 93.872/86, no que couber .

DOS RECURSOS: o presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre as partes.

DA VIGÊNCIA: O presente instrumento vigorará pelo prazo de quatro anos, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser alterado e/ou prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse das partes.

LOCAL, DATA E ASSINATURA: Brasília, 24 de outubro de 2002- José Carlos Carvalho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, CPF/MF nº 282.735.597-34, Pedro Wilson Leitão Filho.





COORDENAÇÃO GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2002

Número do Contrato: 40/2001. Nº Processo: 52000020372200145. Contratante: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMÉRCIO EXTERNO. CNPJ Contratado: 00339291000147. Contratado: EMPRESA JUIZ DE FORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. Objeto: Promover a alteração da Cláusula Décima que trata da vigência, visando prorrogar o seu prazo por 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 01/12/2002 a 30/11/2003. Valor Total: R\$587.988,00.

Fonte de Recurso	Nota de Empenho
100000000	2002NE900044
150031055	2002NE900045

Data de Assinatura: 28/10/2002.

(SICON - 31/10/2002) 280101-00001-2002NE900420

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2002

Número do Contrato: 22/2000. Nº Processo: 52000101637/00-54. Contratante: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMÉRCIO EXTERNO. CNPJ Contratado: 01468437000117. Contratado: ZAP S/A. Objeto: Promover a alteração da Cláusula Primeira e da Cláusula Quinta, que tratam do objeto e do preço e pagamento, respectivamente. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 12/09/2002 a 14/09/2002. Valor Total: R\$32.175,00.

Fonte de Recurso	Nota de Empenho
100000000	2002NE9000117
100000000	2002NE900122

Data de Assinatura: 12/09/2002.

(N - 31/10/2002) 280101-00001-2002NE900420

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO E SOCIAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Convênio de Cooperação Técnica, celebrado em 30 de outubro de 2002. CONVENIENTES: Banco Central do Brasil (BACEN) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. OBJETO: Cooperação entre o BACEN e o BNDES, para a coordenação do processo de desestatização da participação acionária da União, representada por 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações ordinárias nominativas de emissão do Banco do Brasil S/A, depositadas no Fundo Nacional de Desestatização - FND e incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme art. 2º do Decreto nº 4.398, de 1º de outubro de 2002. VIGÊNCIA: A partir da data da publicação deste extrato no Diário Oficial da União e terá a duração de 1(um) ano, prorrogável por igual período, mediante anuência prévia das partes. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2002. Luiz Fernando Cardoso Chaves-Gerente Jurídico 8.

(Of. El. nº 350/2002)

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE

INDUSTRIAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2002

Nº Processo: 524000001272002. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. CNPJ Contratado: 33372251006278. Contratado: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA. Objeto: Prestação de serviços de Garantia Técnico lógica dos suportes técnicos IBM OPENLINE e IBM COBERTURA 24x7 aos softwares já licenciados pe lo Contratante. Fundamento Legal: Inciso I do artigo 25 da Lei nº 8.666/93 Vigência: 25/10/2002 a 24/10/2003. Valor Total: R\$650.004,00.

Fonte de Recurso	Nota de Empenho
250183038	2002NE900899

Data de Assinatura: 25/10/2002.

(SICON - 31/10/2002) 183038-18801-2002NE000108

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,

NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2002

Número do Contrato: 9/2001. Nº Processo: 116/2001. Contratante: INMETRO- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL. CNPJ Contratado: 36325116000148. Contratado: FEDERAL AUTOMARCAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de veículos utilitários, processo adita do por mais 02(dois) meses. Fundamento Legal: Lei 8666/93 Vigência: 03/10/2002 a 03/02/2003. Valor Total: R\$21.890,00.

Fonte de Recurso	Nota de Empenho
250183023	2001NE000995

Data de Assinatura: 03/10/2002.

(SICON - 31/10/2002) 183037-18205-2002NE000117

DIRETORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 492/2002

Nº Processo: 4760/02. Objeto: Contratação emergencial para reparos na cabine medidora. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Reparar a cabine medidora. Declaração de Dispensa em 16/09/2002. LUIS FILIPE MEDEIROS DE MACEDO. Gerente da Dieng. Ratificação em 22/10/2002. ARMANDO MARIANTE CARVALHO JUNIOR. Presidente do INMETRO. Valor: R\$ 117.485,86. Contratada: RAVI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Valor: R\$ 117.485,86

(SIDECA - 31/10/2002)

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 123/2002

Nº Processo: 52614003729/02. Objeto: Prestação de serviços de coleta, trans - porte e entrega de correspondência agrupada, pa ra a Superintendência Regional de Goiás. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93. Justificativa: Por necessidade dos serviços. Declaração de Inexigibilidade em 15/10/2002. ANTONIO CARLOS GODINHO FONSECA. Diretor Administrativo e Financeiro. Ratificação em 15/10/2002. ANTONIO CARLOS GODINHO FONSECA. Superintendente Regional da SUR-01-GO. Valor: R\$ 30.000,00. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Valor: R\$ 30.000,00

(SIDECA - 31/10/2002) 183025-18205-2002NE000074

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE

MANAUS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

Espécie: Termo Aditivo nº 33/02, de 11/10/02, constituindo-se no Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 024/00. Partes: SUFRAMA. CNPJ/MF nº 04.407.029/0001-43 e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ/AP. CNPJ/MF nº 05.995.766/0001-77. Signatários: Pela Concedente seu Superintendente OZIAS MONTEIRO RODRIGUES, C.I. nº 41.979-SESEG/AM, C.P.F. nº 000.702.032/53. Objeto: Prorrogar, "de ofício" por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de vigência do referido Convênio, a iniciar em 13/10/02 e a vigor até 10/04/03. Processo nº 06100.1940/2000 - SUFRAMA.

(Of. El. nº 429/2002)

EXTRATO DE RESCISÃO DE CREDENCIAMENTO

Espécie: Rescisão nº 58/02, de 28/10/02. Partes: SUFRAMA. CNPJ/MF sob o nº 04.407.029/0001-43, e ELIZABETH ASSAYAG, CPF/MF nº 193.425.512-20. Signatários: pela SUFRAMA seu Superintendente Adjunto de Administração, Sr. FRANCISCO DE SOUZA RODRIGUES, C.I. nº 75.935-SESEG/AM, CPF/MF nº 001.434.992-20, pelo credenciado, ELIZABETH ASSAYAG, CPF/MF nº 193.425.512-20. Objeto: Rescisão do Termo de Credenciamento, celebrado em 26/05/97. Processo nº 06100.0173/97-SUFRAMA.

(Of. El. nº 430/2002)

AVISO DE ANULAÇÃO

CANCELAMENTO dos extratos dos Convênios nºs 003/2002; 004/2002; 005/2002; 006/2002; 007/2002; 008/2002; 009/2002; 010/2002; 011/2002; 012/2002; 013/2002; 014/2002; 015/2002; 016/2002; 017/2002; 019/2002; 020/2002; 021/2002; 022/2002; 023/2002; 024/2002; 025/2002; 026/2002; 027/2002; 028/2002; 029/2002; 030/2002; 031/2002; publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 139, Seção 3, de 22/07/2002, páginas 64 e 65, por força do Contrato Administrativo nº 035/01, de prestação de serviços pela Caixa Econômica Federal - CEF, para a operacionalização, incluindo a formalização, acompanhamento e prestação de contas das ações integrantes do Programa de Apoio à Infra-estrutura Econômica e Social na área de atuação da SUFRAMA.

(Of. El. nº 431/2002)

Ministério do Esporte e Turismo

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 78/2000

PROCESSO: 58400.001698/2000-02. CONVENIENTE: AGETUR - Agência Goiana de Turismo. OBJETO: Alterar a Cláusula Décima do Convênio nº 78/2000, relativa ao prazo de vigência que fica prorrogado por mais 123 (cento e vinte e três) dias. VIGÊNCIA: expirando em 17/02/2003. FUNDAMENTO LEGAL: Dec. 93.872/86, Lei 8.181/91, Dec. 448/92, Lei 8.666/93, IN/STN/Nº 01/97 e Lei 9.692/98. LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Brasília-DF, 17/10/2002. SIGNATÁRIOS: Pela EMBRATUR, João Elias Cardoso (CPF nº 270.422.007-72), Diretor de Administração e Finanças. Pela CONVENIENTE, Marcelo de Oliveira Safadi (CPF nº 410.140.061-04), Presidente.

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 95/2000

PROCESSO: 58400.001696/2000-79. CONVENIENTE: AGETUR - Agência Goiana de Turismo. OBJETO: Alterar a Cláusula Décima do Convênio nº 95/2000, relativa ao prazo de vigência que fica prorrogado por mais 123 (cento e vinte e três) dias. VIGÊNCIA: expirando em 17/02/2003. FUNDAMENTO LEGAL: Dec. 93.872/86, Lei 8.181/91, Dec. 448/92, Lei 8.666/93, IN/STN/Nº 01/97 e Lei 9.692/98. LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Brasília-DF, 17/10/2002. SIGNATÁRIOS: Pela EMBRATUR, João Elias Cardoso (CPF nº 270.422.007-72), Diretor de Administração e Finanças. Pela CONVENIENTE, Marcelo de Oliveira Safadi (CPF nº 410.140.061-04), Presidente.

(Of. El. nº 427/2002)

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Convênio nº 81/2002, publicado no D.O.U. de 8/7/2002, Seção 3, pag. 101, onde se lê: Valor Total R\$: 66.000,00 e Valor da Contrapartida R\$: 6.000,00, leia-se: Valor Total R\$: 67.000,00 e Valor da Contrapartida R\$: 7.000,00.

(SICON - 31/10/2002) 185001-18203-2002NE900029

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PROCESSO nº: 02000-002272/2002-40. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente-MMA, CGC/MF nº 37.115.375/0001-98 e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO S/C, CGC/MF nº 03.537.443/0001-04. OBJETO: Estabelece as responsabilidades da relação de parceria entre o MMA e o FUNBIO para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA. Fundamento Legal: Lei Nº 8.666/93 e Decreto Nº 93.872/86, no que couber. DOS RECURSOS: o presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre as partes. DA VIGÊNCIA: O presente instrumento vigorará pelo prazo de quatro anos, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser alterado/ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse das partes. LOCAL, DATA E ASSINATURA: Brasília, 24 de outubro de 2002. José Carlos Carvalho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, CPF/MF nº 282.735.597-34, Pedro Wilson Leitão Filho.

(Of. El. nº 1296/2002)

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE

E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2002

Nº Processo: 02013000972/01-07. Objeto: Atender despesas com locação de um pre-dio onde funciona a Gerez/IBAMA/Sinop/MT. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93. Justificativa: Visto tratar-se de locação de bens imóveis, Declaração de Dispensa em 01/07/2002. VILMAR RAMOS DE MEIRA, Gerente Executivo II/Sinop/MT. Ratificação em 01/07/2002. ROMULO JOSE FERREIRANDES BARRETO MELO. Presidente do IBAMA. Valor: R\$ 6.000,00. Contratada: MARIA DE FATIMA MANARIM. Valor: R\$ 6.000,00

(SIDECA - 31/10/2002) 193099-19211-2002NE900066

Fls. 184
Proc. 1

90

Coordenador do ARPA

(M. Flávio Montiel) tendo em
vista publicação do extrato de Cooperação
Técnica, no D.O. de 4/11/2002, para
as providências complementares.

efpmmmm
Carmen Yammine
Chefe de Gabinete
Secretaria de Coordenação da Amazônia
5/11/2002



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO "B" 5º ANDAR
CEP: 70.068-900 - BRASÍLIA/DF
TEL: (61) 317-1179 - FAX: (61) 321-4657

Fls. 185
Proc. 1

Ofício nº 030/CONJUR/MMA

Ass: Ref. GEF Grant nº 051240 (Projeto de Áreas Protegidas na Região Amazônica-ARPA)

Brasília, 14 de fevereiro de 2003.

Senhor Advogado,

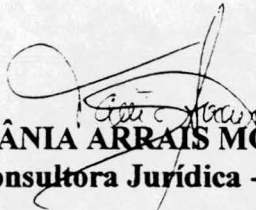
A fim de cumprir a condição estipulada na Seção 6.02(b) e (c) do Contrato de Doação celebrado, em 24 de outubro de 2002, entre o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD para financiamento do projeto acima referido, venho, na qualidade de Consultora Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, emitir o seguinte parecer:

O Acordo de Cooperação Técnica firmado em 24 de outubro de 2002, entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente representado neste ato pelo Ministro José Carlos de Carvalho e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO representado pelo seu Diretor Executivo Pedro Wilson Leitão Filho, objetiva a implementação da convenção sobre a Diversidade Biológica no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA. Programa este instituído através do Decreto Presidencial nº 4326 de 08/08/02.

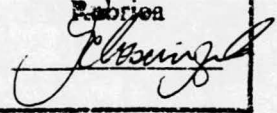
O representante do Ministério do Meio Ambiente no presente Termo é detentor de competência legal para assinar e assumir os direitos e as obrigações decorrentes do mesmo.

Isto posto e de se concluir que o Acordo de Cooperação Técnica em questão é um Instrumento legal vinculatório entre os seus pares (MMA E FUNBIO), de forma que produz entre si os seus jurídicos e legais efeitos.

Atenciosamente,


TÂNIA ARRAIS MONTEIRO
Consultora Jurídica - Substituta

Sua Senhoria o Senhor
JOSE AUGUSTO CARVALHO
Advogado
Banco Mundial
SCN - Quadra 02 - Lote A Ed. Corporate Financial Centro - Sala 304
Nesta

MMA	
PROTOCOLO GERAL	
Data	Assinatura
20/02/03	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

186
Proc. 1

Em 11 de fevereiro de 2004.

Ao Sr.
Cláudio Langone
Secretário Executivo
Presidente do Comitê do Programa ARPA
Chefe da Coordenação Geral do ARPA

Assunto: Termo Aditivo e Termo de Doação para transferência de bens do Funbio para a Unidade de Coordenação do Programa ARPA

1. O Funbio com recursos do Programa ARPA adquiriu alguns equipamentos que serão doados ao MMA para apoio ao funcionamento da Unidade de Coordenação do Programa Áreas protegidas da Amazônia-(UCP/ARPA)
2. Para que esta doação se efetive foi necessária a elaboração de um Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MMA e o Funbio para implementação do Programa ARPA e, também um Termo de Doação Modal, cujas minutas seguem anexas para análise e providências de Vossa Senhoria em relação a assinatura e posterior publicação.
3. Encaminho o processo do Acordo de Cooperação, com a minuta dos documentos acima, para providências.

Atenciosamente,

Ronaldo Weigand Jr
Coordenador do Projeto ARPA

recebido na SECEX/MMA	
Data:	13 / 02 / 04
Nº Registro:	256
As	: horas
Ass:	

De ordem, o

M. Maurício Laxe

examinou

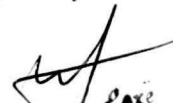
Carmen Yammine
Assessoria Administrativa
SECEX

16/2/04

P/ Contas

P/ Analise e parecer quanto as minutos
de Turno Aditivo e Turno de
Descanso Fúrbio/pers referente ao
Programa NPPA, e proceder
os devidos encaminhamentos.

26/02/04



Mariana Laxe
Assessoria Administrativa

A Dra. Lúcia Geralda,

para análise.

Em 27.02.04

Recebi em 01.03.04


Tânia Mara Almeida Montenegro
Coordenadora-Geral de atos Constatos e Ajustes



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA

INFORMAÇÃO Nº 064 /2004/CONJUR/MMA

REF: Processo nº 02000.002272/2002-40

ASS: Termo Aditivo e Contrato de Doação

INT: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO

Senhora Coordenadora,

1. Em conformidade com a disposição constante do art. 38, parágrafo único, c/c o art. 116, da Lei nº 8.666, 1993, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, submete à análise desta Consultoria Jurídica, o 1º Termo Aditivo e o Contrato de Doação a serem celebrados entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO.
2. A celebração do 1º Termo Aditivo e do contrato de doação *sub examine* estabelecem em síntese na Cláusula Primeira que “o FUNBIO doará ao MMA mediante termo de doação bens a serem utilizados pela Unidade de Coordenação de Projeto (UCP/ARPA).”
3. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea “a” do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993 subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico-formais das minutas acostadas à contracapa.
4. De acordo com os expedientes insertos aos autos à fl. 186, as celebrações do aludido Termo Aditivo e do contrato de doação estão centralizados no intuito de que o FUNBIO com recursos do Programa ARPA adquiriu alguns equipamentos que serão doados ao MMA para apoio ao funcionamento da Unidade de Coordenação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-UCP/ARPA.
5. Os excertos emergentes do expediente acima citado não deixam margem para dúvida quanto à conveniência e oportunidade da celebração do pacto, neste esteio dessume-se das declarações ali constantes que a formalização do ajuste permitirá a implementação de outro binômio o da utilidade/necessidade, este último,

inobstante mais afeto a teoria geral de processo, merece também ser considerado, notadamente quando da emissão de decisões circunscritas ao juízo discricionário do administrador, cuja atuação vincula-se ao princípio constitucional da motivação, que constitui um dos vetores da atividade administrativa:

“Na Lei nº 9.784, o princípio da motivação é previsto no art. 2º, caput, havendo, no parágrafo único, inciso VII, exigência de ‘indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão’.” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 12 ed. S.P.: Atlas. p. 82, 1999)

6. Como corolário das considerações acima expostas, é lícito consignar que a manifestação técnica, sendo ato administrativo, deve embasar-se em motivos fáticos plausíveis, para subsistir válida e indiscutível. Por esta razão, a doutrina assevera constituir pressuposto de validade do ato administrativo o motivo, “*situação do mundo empírico*” que autoriza ou exige a prática do ato.

7. Nesse esteio, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, “*prestantes serão os motivos que revelem pertinência lógica, adequação racional ao conteúdo do ato, ao lume do interesse prestigiado na lei aplicanda.*” (Curso de Direito Administrativo. 13ª ed. SP.: Malheiros, 2000, p. 354)

8. Acrescente-se, ainda, que o instrumento jurídico analisado serve para viabilizar relações de cooperação técnica interinstitucional, não envolvendo transferência de recursos financeiros.

9. Por oportuno, releva mencionar o disposto no art. 48, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, *in verbis*:

“Art. 48. Os serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades da Administração Federal e de outras entidades públicas ou organizações particulares, poderão ser executados sob regime de mútua cooperação mediante convênio acordo ou ajuste.”

10. No que concerne às minutas apresentadas do 1º Termo Aditivo e do contrato de doação submetidos à apreciação, ressalte-se que as suas elaborações atendem em termos gerais às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993, de aplicação subsidiária à hipótese vertente por força da disposição constante do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, que preconiza a aplicação dos preceptivos desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes, e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração. *✕*




11. Ressalte-se que na minuta do contrato de doação deverá constar a descrição dos bens e após as providências cabíveis deverá o mesmo retornar a esta consultoria para a chancela.

12. Em face da manifestação favorável da área técnica e sem adentrar em apreciações acerca da conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria Jurídica, sob o aspecto jurídico-formal as minutas acostadas foram elaboradas em consonância com as normas pertinentes à matéria. Todavia, faz-se mister que sejam regularizadas quaisquer pendências de ordem técnica porventura existentes no momento da celebração do Acordo.

13. Isto posto, propõe-se o encaminhamento dos autos ao **Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA**, para a adoção das providências hábeis ao aditamento proposto e a celebração do contrato de doação.

À apreciação superior.

Brasília, 11 de março de 2004.


MÁRCIA G. DE A. FERREIRA
Procuradora Federal

Acolho a Informação supra.

Brasília, 12 de março de 2004.


TÂNIA ARRAIS MONTEIRO
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e
Ajustes

De acordo.

Brasília, 12 de março de 2004.


GUSTAVO DE MORAES TRINDADE
Consultor Jurídico

Dr. Fernando Araújo,
Para providências.

Ronaldo Weigand Jr

Ronaldo Weigand Jr
Coordenador do Projeto ARPA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ARPA
Nº 01/2002

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE-FUNBIO, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA-ARPA.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 e Medida Provisória nº 1.795, de 1º de janeiro de 1999 e suas reedições subsequentes, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375/0001-07, doravante denominado **MMA**, neste ato representado por seu Ministro de Estado do Meio Ambiente, **JOSÉ CARLOS CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente na praça Marino Mendes Campos, 12, Aptº 503, Bairro Anchieta, Belo Horizonte/MG e domiciliado nesta Capital, Carteira de Identidade nº MG-10.735.933 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.735.597-34, conforme atribuição que lhe confere o Decreto Presidencial de 4 de março de 2002, publicado no DOU de 5 de março de 2002, pág. 2, Seção 2 e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE-FUNBIO S/C**, doravante denominado **FUNBIO**, com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, CEP 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**, brasileiro, administrador, separado consensualmente, residente e domiciliado à Rua Prefeito João Felipe, 450, Santa Tereza, CEP 20.251-140, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.600.877-72, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, no que couber, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, conforme Processo nº 02000.002272/2002-40, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer as responsabilidades da relação de parceria entre o MMA e o FUNBIO, na implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, observando o conjunto de documentos oficiais do Programa ARPA.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

Para fins deste Acordo de Cooperação Técnica:

(1) Convenção sobre Diversidade Biológica, é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 5 de junho de 1992, e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993.

(2) O Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, tem por finalidade expandir e consolidar a totalidade de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

(3) Documento Oficial do Governo Brasileiro - do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA é a descrição detalhada de todo o Programa contendo os objetivos, metas, metodologias e resultados.

(4) Project Appraisal Document-PAD, é o documento interno do Banco, relativo ao Programa ARPA, contendo os objetivos, metas, metodologias e resultados.

(5) Documentos Oficiais do Programa ARPA é o conjunto de documentos que regem todo o Programa ARPA.

(6) Grant Agreement é o contrato mediante o qual o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, na condição de administrador dos recursos do *Global Environmental Facility-GEF*, repassa recursos num montante equivalente a 22,700.000 Special Drawing Rights-SDR ou Direito Especial de Saque-DES ao FUNBIO, com a finalidade de implementar o Programa ARPA.

(7) Manual Operativo do Programa ARPA é o instrumento que tem por objetivo orientar as atividades e procedimentos do Programa a serem desenvolvidas por todos os parceiros.

(8) Coordenação Geral do Programa-CG é a instância de coordenação política e institucional do programa ARPA, composta pelo Ministério do Meio Ambiente, representado pela sua Secretaria-Executiva-SECEX, Secretaria de Coordenação da Amazônia-SCA e Secretaria de Biodiversidade de Floresta-SBF, e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

(9) Comitê do Programa-CP é a instância deliberativa colegiada, presidida pela SECEX e subordinada à CG, encarregada das seguintes atribuições, conforme escopo dos objetivos do Programa ARPA.

(10) Unidade de Coordenação do Programa-UCP é a instância de coordenação instituída no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia, para promover a supervisão física, financeira e Administrativa do Programa ARPA.

(11) Comitê de Mediação para Solução de Conflitos é a comissão permanente, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente, vinculada à coordenação do Programa ARPA.

(12) Painel Científico de Aconselhamento do Programa-PCA é formado por um quadro de cientistas de universidades; Instituições de pesquisa, governo, ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas Ucs, recomendar o aprimoramento na metodologia de seleção de áreas.

(13) Plano Operativo Anual-POA é o documento detalhado contendo metas, atividades, cronogramas para execução do Programa ARPA.

(14) Fundo Fiduciário para o Programa ARPA-FAP fundo financeiro permanente constituído sob a forma de um *endowment*, estabelecido a partir de recursos de doação.

(15) Manual do Fundo Fiduciário para o Programa ARPA-FAP é o manual que tem por objetivo estabelecer os procedimentos e orientar as operações do FAP.

(16) Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, é constituídos pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

(17) Unidade de Conservação-UC, espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

(18) Plano de Manejo, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem persistir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Compete ao MMA, no âmbito das UCs Federais contempladas no Programa ARPA:

a) coordenar a execução do Programa ARPA, associado ao Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais-PPG/7 de modo a garantir a expansão e a consolidação de áreas protegidas no bioma Amazônia, assegurando a conservação da biodiversidade na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa;

b) propor a criação, num prazo de dez anos, de área com dimensão de 37,5 milhões de hectares de florestas sob proteção na Amazônia por meio da criação, implementação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável), na forma da legislação aplicável;

c) garantir a manutenção das unidades de conservação de proteção integral e dos serviços de vigilância das unidades de conservação de uso sustentável (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável);

d) aportar recursos financeiros necessários para a implementação do Programa no âmbito governamental, disponibilizados através dos orçamentos anuais da União;

e) criar as instâncias deliberativas do Programa: a Coordenação Geral-CG e o Comitê do Programa-CP, que tomam as decisões no âmbito governamental e geral, respectivamente.

f) garantir que as atividades de coordenação e acompanhamento da execução do Programa ARPA serão exercidas por uma Unidade de Gerenciamento do Programa-UGP, secretariada por uma Coordenação Executiva-CE, subordinada ao Comitê de Programa-CP; e

g) apoiar a Unidade de Gerenciamento do Programa-UGP com a assessoria de um Comitê de Mediação para Resolução de Conflitos.

h) cumprir todas as obrigações previstas no *Grant Agreement* TF051240 como de responsabilidade do MMA.

II - Compete ao FUNBIO, no âmbito das UCs Federais contempladas no Programa ARPA:

Atender as deliberações do Comitê de Programa-CP com vistas a:

a) desenvolver em conjunto com o MMA, estudos, aprovados pelo Comitê do Programa-CP, dentre outros temas, sobre legislação ambiental e tributária, com a finalidade de buscar alternativas para a sustentabilidade financeira das Ucs contempladas no Programa ARPA;

b) desenvolver em conjunto com o MMA Programas Pilotos, decorrentes dos resultados alcançados nos estudos, com a finalidade de colocar em prática e exequibilidade de esquemas tentativos de sustentabilidade financeira de longo prazo das Ucs, contempladas no Programa ARPA;

c) adquirir em seu nome e doar ao IBAMA, mediante termo de doação, com os recursos dos doadores, os bens necessários para a implementação dos POAs, previamente definidos e aprovados pelo CP, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Programa ARPA;

d) contratar, com os recursos dos doadores, os serviços previamente definidos nos POAs, de conformidade com o estabelecido em seus cronogramas de desembolso e aprovados pelo CP, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Programa ARPA;

e) criar e gerir o FAP para o Programa ARPA, com vistas a garantir a manutenção e sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação contempladas no Programa ARPA, previstas no documento do Programa e no PAD;

f) implementar as decisões do Comitê do Programa-CP, salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, regimento interno, ou seu *modus operandi*;

g) adotar os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Programa ARPA;

h) elaborar os termos de referências, que servirão de base para a contratação dos serviços, visando a execução dos POAs;



i) adotar Manual do FAP para o Programa ARPA; onde estarão expressas as normas de gestão de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo Programa ARPA.

Parágrafo Primeiro - o FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.

Parágrafo Segundo - o FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer entidade executora do Programa ARPA.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre as partes, sendo que cada parte deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, para o cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo Único. Quando as ações referidas no *caput* desta cláusula envolverem transferência de recursos financeiros entre as partes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Instrumento vigorará pelo prazo de 04 (quatro) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser alterado e/ou prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e ainda, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento, serão atribuídos às partes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, fica designado o Comitê de Programa, para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

Parágrafo Único. Ao Agente Gerencial Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua Auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo primeiro do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Instrumento, as partes concordam preliminarmente em solucionar os administrativamente através do Comitê de Mediação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES, ANEXOS A ESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTES DE SUA TRANSCRIÇÃO

I) Considerações relevantes e necessárias para o FUNBIO na implementação do Programa ARPA;

II) Decreto Presidencial nº 4.326, de 8 de agosto de 2002 que reconhece o Programa ARPA como compromisso da República Federativa Brasileira;

III) Documento de Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, do MMA/SCA, sendo o documento oficial do Governo Federal do Brasil;

IV) *Project Appraisal Document*-PAD, do Banco Mundial, sendo o documento oficial do Programa ARPA para os seus doadores;

V) Portaria MMA nº 408, de 16 de agosto de 2002, que institui o Comitê do Programa ARPA.

VI) Acordo de Doação (*Grant Agreement* nº TF051240 do Banco Mundial (GEF) para o FUNBIO;

VII) Estatuto do Funbio;

VIII) Regimento Interno do Funbio.



196
-06

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE SERÃO ANEXADOS À ESTE INSTRUMENTO APÓS ASSINATURA OU ELABORAÇÃO, INDEPENDENTES DE SUA TRANSCRIÇÃO

I) Acordo de doação CBR 134.2002, do WWF-Brasil para o FUNBIO para execução do Programa ARPA.

II) Convênio do MMA com o FUNBIO para repasse dos recursos do KfW, através do PPG7 para o FUNBIO.

III) Convênio de Assistência Técnica entre o GTZ e o FUNBIO.

IV) Manual Operativo do Programa ARPA.


V) Manual do Fundo Fiduciário para o Programa ARPA (FAP).


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

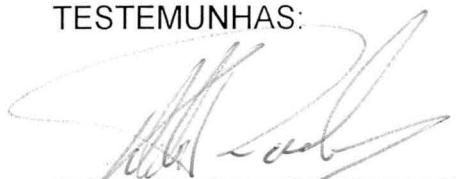
E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em três vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

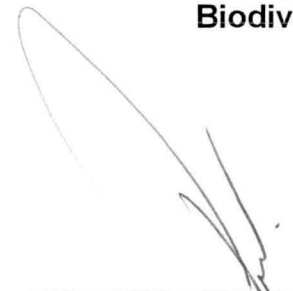
Brasília-DF, 24 de outubro de 2002.


JOSÉ CARLOS CARVALHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente


PEDRO WILSON LEITÃO FILHO
Diretor Executivo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO

TESTEMUNHAS:


Nome: KLOBERTO RAMOS ALVES
CPF: 296.482.381-20
CI: 1179051 SSP/DF


Nome: MARIO ASSIS MENDES
CPF: 023.530.581-24
CI: 158.551 - SSP-DF





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

197
AA

Referência: Processo nº 02000.002272/2002-40.

Assunto: Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica entre MMA e FUNBIO para a implementação do Programa ARPA.

Senhor Coordenador,

O Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), em 24 de outubro de 2002, foi estabelecido com o objetivo de formalizar a parceria entre ambas as instituições e definir responsabilidades para a implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

Para tanto, e especificamente no que se refere à Cláusula Terceira, Alínea "c", que trata da doação de equipamentos prevista naquele instrumento, após entendimentos entre os principais atores envolvidos no Programa ARPA, especialmente a WWF e FUNBIO, modificamos a redação original incorporando diversas melhorias e a faculdade de doação de equipamentos também a esta Unidade de Coordenação do Projeto – UCP/ARPA.

Nesse contexto, após a assinatura do Secretário Geral do FUNBIO, Dr. Pedro Wilson Leitão Filho, submeto à sua apreciação três vias originais assinadas da minuta do Primeiro Termo Aditivo ao supracitado Acordo, canceladas pela CONJUR/MMA, com vistas à assinatura da Exma. Sr.a Ministra do Meio Ambiente.

Ainda sobre o assunto, informo que autuei uma via original do supracitado Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 24 de outubro de 2002, às folhas de n.º 190 a 196.

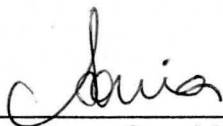
Em 12/04/2004,

Fernando Vasconcelos de Araújo
Gerente Adm. e Financeiro
ARPA/SCA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: CGAA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 27 dias do mês de novembro de 2006, procedemos ao encerramento deste volume inicial do processo nº 020000027 72/2002-40, contendo 197 folhas, abrindo-se em seguida o volume



Servidor

OBSERVAÇÃO

Este Termo de Encerramento de Volume está posto após a página de nº 197 e não está numerado para evitar a renumeração de todas as folhas subseqüentes.



MMA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 02000.002272/2002-40

Interessado: DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS, Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA

- Aos 09 dias do mês de maio de 2018, procedemos o encerramento deste Volume nº I do Processo nº 02000.002272/2002-40 contendo 197 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Pinto Júnior, Agente Administrativo**, em 10/05/2018, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0199966** e o código CRC **639BD490**.